



UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO – UNIVASF

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL

**A CADEIA DE VALOR DA FRUTICULTURA DOS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA
SERTÃO DO SÃO FRANCISCO NOS ESTADOS DA BAHIA E PERNAMBUCO:
uma reflexão a partir de aspectos socioeconômicos de assentamentos de
reforma agrária**

MIRELE RODRIGUES FEITOSA

JUAZEIRO/BA

2025

MIRELE RODRIGUES FEITOSA

A CADEIA DE VALOR DA FRUTICULTURA DOS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA
SERTÃO DO SÃO FRANCISCO NOS ESTADOS DA BAHIA E PERNAMBUCO: uma
reflexão a partir de aspectos socioeconômicos de assentamentos de reforma agrária

Produto final: Relatório técnico

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGExR), da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, Campus Espaço Plural - Juazeiro-BA, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Extensão Rural.

Linha de pesquisa: III Instituições Sociais e Desenvolvimento Territorial

Orientador: Prof. Dr. Helder Ribeiro Freitas

Coorientador Interno: Prof. Dr. Nilton de Almeida Araújo

Coorientador Externo: Prof. Dr. Estevan Felipe Pizarro Muñoz

JUAZEIRO/BA

2025

Feitosa, Mirele Rodrigues
F311c A cadeia de valor da fruticultura dos Territórios da Cidadania Sertão do São Francisco nos estados da Bahia e Pernambuco: uma reflexão a partir de aspectos socioeconômicos de assentamentos de reforma agrária / Mirele Rodrigues Feitosa. – Juazeiro – BA, 2025.
xvi, 120 f.: il. 29 cm.

Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, Espaço Plural, Juazeiro, 2025

Orientador: Prof. Dr. Helder Ribeiro Freitas.

1. Desenvolvimento econômico. 2. Fruticultura. 3. Assentamentos de Reforma Agrária. I. Título. II. Freitas, Helder Ribeiro. III. Universidade Federal do Vale do São Francisco.

CDD 338.92

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO – UNIVASF
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL - PPGExR

FOLHA DE APROVAÇÃO


Mirele Rodrigues Feitosa

A CADEIA DE VALOR DA FRUTICULTURA DOS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA SERTÃO DO SÃO FRANCISCO NOS ESTADOS DA BAHIA E PERNAMBUCO: uma reflexão a partir de aspectos socioeconômicos de assentamentos de reforma agrária


Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, nível Metrado Profissional, na Linha de Pesquisa III - INSTITUIÇÕES SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Extensão Rural.

Aprovada em: 28 de fevereiro de 2025.


Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
 HELDER RIBEIRO FREITAS
Data: 13/03/2025 17:37:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Helder Ribeiro Freitas - PPGExR/Univasf

Documento assinado digitalmente
 DENES DANTAS VIEIRA
Data: 14/03/2025 09:55:09-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Denes Dantas Vieira - PPGExR/Univasf

Documento assinado digitalmente
 ELSON DE OLIVEIRA
Data: 13/03/2025 19:50:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Elson de Oliveira - Instituto Conexões Sustentáveis

Aos meus amores - minha família e meu bem.

AGRADECIMENTOS

Embora qualquer agradecimento seja pequeno em relação ao tamanho das conquistas desta caminhada, agradeço profundamente a Deus pela permissão de trilhar essa jornada e pela permissão dos encontros oportunizados por meio dela.

Agradeço aos meus pais por estarem sempre ao meu lado, apoiando-me, incentivando-me e, acima de tudo, acreditando numa capacidade que, às vezes, eu mesma não acreditava ter.

Aos(Às) amigos(as)/colegas de turma pela partilha de conhecimento, experiências, tempo e pelos vínculos criados: Carol por sua amizade ter sido incentivo a me candidatar ao mestrado, pelas caronas, pelas marmitas compartilhadas, a almofadinha pra deixar a cadeira da sala de aula mais confortável, não teria sido tão fácil e divertido sem ela. Às queridas Lívia, Luana, Lucília, Silvanda, Maria Helena e Bruna, amizades preciosas, as quais espero ter sempre por perto.

Aos meus queridos orientadores Prof. Helder e coorientador Prof. Estevan, pela paciência, pela oportunidade de aprender, conhecer realidades que até então não conhecia, pela oportunidade de participar do Projeto Estudos Estratégicos para as Cadeias de Valor da Reforma Agrária e pela parceria, incentivo e cuidado no desenvolvimento deste trabalho.

E a todos(as) os(as) colegas do Projeto, os(as) quais tenho imenso orgulho e gratidão por termos compartilhando vivências, aprendizados e pelo quanto contribuíram para que este trabalho se concretizasse – Luan, Jozias, Elson, André, Naiara, Robson, Rosângela, Silvano, Gaia, Joba e Daniel.

Já se disse que as grandes ideias vêm ao mundo mansamente, como pombas. Talvez, então, se ouvirmos com atenção, escutaremos, em meio ao estrépito de impérios e nações, um discreto bater de asas, o suave acordar da vida e da esperança. Alguns dirão que tal esperança jaz numa nação; outros, num homem.

Eu creio, ao contrário, que ela é despertada, revivificada, alimentada por milhões de indivíduos solitários, cujos atos e trabalho, diariamente, negam as fronteiras e as implicações mais cruas da história.

Como resultado, brilha por um breve momento a verdade, sempre ameaçada, de que cada e todo homem, sobre a base de seus próprios sofrimentos e alegrias, constrói para todos.

Albert Camus

RESUMO

O estudo analisa a produção, mercados acessados e relações comerciais desses agricultores, além de identificar estratégias para ampliar sua inserção na cadeia valor da fruticultura nos Territórios do Sertão do São Francisco nos estados da Bahia e Pernambuco, com foco no desenvolvimento socioeconômico dos assentamentos de reforma agrária e teve como objetivo de analisar o ambiente institucional da cadeia de valor da fruticultura destes territórios com implicações para o desenvolvimento socioeconômico de assentamentos da reforma agrária. Quanto à forma de abordagem metodológica caracterizou-se como qualitativa na perspectiva de sistematizar, analisar e disponibilizar informações. A coleta dos dados teve início por meio de pesquisa bibliográfica, de análise documental e da base de dados coletadas pela equipe do Projeto Fruticultura Estudos Estratégicos para as Cadeias de Valor da Reforma Agrária que é fruto da cooperação técnica entre a Universidade Federal do Vale do São Francisco e Universidade Federal de Santa Catarina, nos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra dos Territórios da Cidadania Sertão do São Francisco nos estados da Bahia e Pernambuco, além de entrevista semiestruturada com atores sociais importantes na cadeia de valor da fruticultura irrigada nos referidos territórios. Para analisar os dados fez-se uso da triangulação, com base nas categorias de entrevistados(as). Os resultados apontaram para uma ampla rede de atores e organizações envolvidos no ambiente institucional constituída por associações, instituições bancárias e de fomento, sindicato, Mercado do Produtor, entre outros. Produziu-se informações referentes à cadeia de valor da fruticultura tais como o quê, onde e como produzem, como e para quem comercializam a produção nos Territórios de Cidadania Sertão do São Francisco nos estados da Bahia e Pernambuco, tendo constatado uma expressiva produção de frutas nos assentamentos pesquisados, com predominância da presença de atravessadores em sua comercialização, seguido das compras governamentais (PAA e PNAE). As informações produzidas podem instrumentalizar processos de formulação de políticas públicas, ações, decisões e intervenções que contribuam com os processos de estruturação e comercialização desenvolvidos pelos assentamentos de reforma agrária nas escalas locais e territoriais dos assentamentos e territórios envolvidos na pesquisa ou para além deles.

Palavras-chave: agricultura familiar camponesa; mercados; fruticultura; ambiente institucional; assentamentos rurais.

ABSTRACT

The study analyzes the production, accessed markets, and commercial relations of these farmers, as well as identifying strategies to expand their integration into the fruit farming value chain in the Territories of Sertão do São Francisco in the states of Bahia and Pernambuco, focusing on the socioeconomic development of agrarian reform settlements. The objective was to analyze the institutional environment of the fruit farming value chain in these territories and its implications for the socioeconomic development of agrarian reform settlements. Regarding the methodological approach, the study was characterized as qualitative, aiming to systematize, analyze, and provide information. Data collection began through bibliographic research, document analysis, and a database compiled by the team of the Strategic Studies on Fruit Farming for Agrarian Reform Value Chains Project, which resulted from a technical cooperation between the Federal University of Vale do São Francisco and the Federal University of Santa Catarina. The study focused on settlements of the Landless Rural Workers' Movement (MST) in the Citizenship Territories of Sertão do São Francisco, in the states of Bahia and Pernambuco, in addition to conducting semi-structured interviews with key social actors in the irrigated fruit farming value chain in these territories. Data analysis was conducted using triangulation based on categories of interviewees. The results pointed to a broad network of actors and organizations involved in the institutional environment, including associations, banking and development institutions, unions, and the Producer's Market, among others. The study produced information regarding the fruit farming value chain, such as what is produced, where and how it is produced, and how and to whom production is commercialized in the Citizenship Territories of Sertão do São Francisco in the states of Bahia and Pernambuco. The findings revealed significant fruit production in the studied settlements, with a predominant presence of middlemen in commercialization, followed by government purchases (PAA and PNAE). The generated information can support policy formulation, actions, decisions, and interventions that contribute to the structuring and commercialization processes developed by agrarian reform settlements at local and territorial scales, both within and beyond the territories covered by the research.

Keywords: peasant family farming; markets; fruit cultivation; institutional environment; rural settlements.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Esquema sintético da caracterização de uma cadeia produtiva.....	24
Figura 2 - Mapa dos Territórios da Cidadania do Sertão do São Francisco – Bahia e Pernambuco	29
Figura 3 - Lista de assentamentos e quantitativo por município e estado	31
Figura 4 - População, comunidades e atividades econômicas dos territórios	41
Figura 5 - Quantidade de assentamentos por município do Território de Cidadania Sertão do São Francisco - Bahia.....	48
Figura 6 - Distribuição da área dos assentamentos por municípios do Território da Cidadania do Sertão do São Francisco - Bahia.....	49
Figura 7 - Distribuição do número de famílias assentadas por município do território da Cidadania Sertão do São Francisco - Bahia.....	50
Figura 8 - Quantidade de assentamentos por município do Território de Cidadania Sertão do São Francisco - Pernambuco	50
Figura 9 - Distribuição da área dos assentamentos por municípios do Território da Cidadania do Sertão do São Francisco - Pernambuco	51
Figura 10 - Distribuição do número de famílias assentadas por município do território da Cidadania Sertão do São Francisco - Pernambuco	52
Figura 11 - Distribuição das famílias no assentamento	56
Figura 12 - Número de estabelecimentos agropecuários em áreas concedidas por órgão fundiário ainda sem titulação definitiva.....	56
Figura 13 - Área ocupada por estabelecimentos agropecuários em áreas concedidas por órgão fundiário ainda sem titulação definitiva	57
Figura 14 - Escolaridade dos agricultores familiares no Território da Cidadania Sertão do São Francisco – Bahia.....	58
Figura 15 - Escolaridade dos agricultores familiares no Território da Cidadania Sertão do São Francisco – Pernambuco.....	58
Figura 16 - Sistemas de abastecimento de água para consumo humano	60
Figura 17 - Sistemas de abastecimento de água para a produção	60
Figura 18 - Vias de acesso aos assentamentos	61
Figura 19 - Frutas produzidas no Nordeste	65
Figura 20 - Frutas produzidas na Bahia	66
Figura 21 - Frutas produzidas em Pernambuco	66
Figura 22 - Frutas produzidas no Território da Cidadania Sertão do São Francisco – Bahia	67
Figura 23 - Frutas produzidas no Território da Cidadania Sertão do São Francisco - Pernambuco	67
Figura 24 - Frutas produzidas nos assentamentos pesquisados pelo Projeto Estudos Estratégicos para as Cadeias de Valor da Reforma Agrária	68
Figura 25 - Volume da produção nos assentamentos pesquisados pelo Projeto Estudos Estratégicos para as Cadeias de Valor da Reforma Agrária	68
Figura 26 - Sistema de produção	69
Figura 27 - Área destinada ao plantio por tipo de manejo (em hectares)	70
Figura 28 - Área total destinada ao plantio por produto.....	70

Figura 29 - Canais de comercialização acessados	72
Figura 30 - Faturamento anual dos assentamentos por canal de comercialização acessados	73
Figura 31 - Percentual da renda proveniente da Fruticultura familiar	76
Figura 32 - Fluxograma da Cadeia de Valor da Fruticultura nos Territórios da	80

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estrutura da cadeia de valor.....	25
Quadro 2 - Quadro síntese da relação entre objetivos, instrumentos e dados.....	33
Quadro 3 – Número de referência dos(as) entrevistados(as).....	37
Quadro 4 – Assentamentos pesquisados e condições de acesso e distância do polo Petrolina e Juazeiro.....	54
Quadro 5 - Associações registradas na região e vinculadas aos assentamentos e que desenvolvem a fruticultura irrigada.....	74

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Área e População dos municípios que compõe os Territórios de Cidadania Sertão do São Francisco nos estados da Bahia e Pernambuco	42
Tabela 2 - Visão parcial da exportação de frutas brasileiras	62
Tabela 3 - Principais países destino da exportação de frutas brasileiras	62
Tabela 4 - Exportação de frutas por estado em 2023	63
Tabela 5 - Frutas exportadas em 2023	64
Tabela 6 - Faturamento das maiores empresas de fruticultura dos territórios	76

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abrafrutas	Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frutas e Derivados
Ama	Autarquia Municipal de Abastecimento
CGVs	Cadeias Globais de Valor
CHESF	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
CMDRS	Conselho Municipal - Desenvolvimento Rural Sustentável
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
Consea	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
Cooperparaíso	Cooperativa Agroindustrial Vale do Paraíso
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FETAPE	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPA	Instituto Agrônômico de Pernambuco
IRPAA	Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada
LECERA	Laboratório de Educação do Campo e Estudos da Reforma Agrária
RIDE	Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Polo Juazeiro e Petrolina
MAPA	Ministério da Agricultura e Pecuária
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONGs	Organizações Não Governamentais
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura
PTC	Programa Territórios da Cidadania
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sertão do São Francisco
PTDSS	Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário
Sintraf	Sindicato dos Agricultores Familiares de Petrolina
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFSC
Univasf
VSF

Universidade Federal de Santa Catarina
Universidade Federal do Vale do São Francisco
Vale do São Francisco

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 AGRICULTURA FAMILIAR E MERCADOS	16
2.2 SISTEMA AGROALIMENTAR.....	20
2.3 CADEIAS DE VALOR	22
3 OBJETIVOS	26
3.1 OBJETIVO GERAL.....	26
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	27
4 PROCESSO METODOLÓGICO	27
4.1 TIPO E CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	27
4.2 LÓCUS DA PESQUISA.....	28
4.3 TIPOLOGIAS E INSTRUMENTOS DE COLETA UTILIZADOS NA INVESTIGAÇÃO	29
4.3.1 Sujeitos Entrevistados no âmbito da pesquisa	34
4.4 SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	35
4.5 ASPECTOS ÉTICOS.....	38
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	38
5.1 CARACTERÍSTICAS HISTÓRICAS E SOCIOECONÔMICAS DOS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA SERTÃO DO SÃO FRANCISCO – BAHIA E PERNAMBUCO.....	38
5.1.1 Agricultura familiar e assentamentos de reforma agrária dos territórios	46
5.2 PRODUÇÃO DE FRUTAS NOS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA SERTÃO DO SÃO FRANCISCO – BAHIA E PERNAMBUCO.....	61
5.2.1 Produção de frutas nos assentamentos dos Territórios da Cidadania Sertão do São Francisco – Bahia e Pernambuco	67
5.2.2 Caracterização da Cadeia de Valor da fruticultura nos territórios e suas dinâmicas	78
5.2.3 Limitações, potencialidades da fruticultura e agricultura familiar e seus impactos para o meio ambiente	82
5.2.4 Produto final	89
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS	94
APÊNDICES	100
APÊNDICE I - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	101
APÊNDICE II - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	102
ANEXOS	103
ANEXO I – QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO APLICADO NOS ASSENTAMENTOS ...104	

INTRODUÇÃO

Os Territórios da Cidadania Sertão do São Francisco nos estados de Pernambuco e Bahia, destacam-se pela sua importância na produção de frutas, especialmente uva, manga, melão e coco-da-baía. Estes territórios, reconhecidos nacional e internacionalmente pela fruticultura irrigada, não só se consolidaram como um polo significativo de vitivinicultura, com produção de vinho premiado, mas também figura como o maior polo de exportação de frutas do Brasil. Contudo, a literatura existente tende a focar predominantemente nos grandes grupos empresariais e na Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Polo Juazeiro e Petrolina (RIDE), e geralmente invisibilizam a participação e o papel da agricultura familiar e camponesa neste cenário.

Estas características despertaram o interesse do Laboratório de Educação do Campo e Estudos da Reforma Agrária — LECERA — que está vinculado ao Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina e que, por meio de cooperação técnica com a Universidade Federal do Vale do São Francisco, objetiva promover estudos estratégicos para o fortalecimento das cadeias de valor dos assentamentos da reforma agrária localizados Sertão do São Francisco - Bahia e Pernambuco, por meio do projeto intitulado Estudos Estratégicos para as Cadeias de Valor da Reforma Agrária.

O estudo que ora se apresenta, por assim dizer, é parte da citada cooperação técnica entre Univasf e UFSC e seus resultados devem, para além dos objetivos acadêmicos, se somar aos trabalhos desta, de modo a fomentar o alcance de suas metas, dentre as quais está o diagnóstico da cadeia de valor da fruticultura nas áreas de assentamento de Reforma Agrária no Vale do São Francisco (VSF).

São numerosos os estudos (BAIARDI e RIBEIRO, 2023; LIMA, *et al.*, 2021; LIMA, *et al.*, 2023; VIDAL, 2023; MENDES, ANJOS e RAFAEL, 2018; GOMES, 2022) que caracterizam e evidenciam a importância da fruticultura para o desenvolvimento socioeconômico no Vale do São Francisco, grande parte delas são ligadas aos

mercados convencionais com destaque para a exportação de manga e uva por grandes grupos empresariais na região. A participação da agricultura familiar neste cenário, todavia, é pouco discutida e compreendida, sendo essa uma das faces que precisa ser melhor estudada.

Investigar e analisar a cadeia de valor da fruticultura dos territórios da cidadania Sertão do São Francisco - Bahia e Pernambuco tomam importante relevo, especialmente quando esta análise visa discutir suas implicações para o desenvolvimento socioeconômico de assentamentos de Reforma Agrária na região, ao buscar identificar o quê e quanto produzem, para quem e como vendem esta produção, como estão estabelecidas as relações com o mercado e qual sua participação e papel no que se tornou o destaque nacional e internacional desta região - a produção de frutas.

Informações levantadas por Cavalcanti (et al. 2014) indicam que os agricultores familiares acionam políticas de apoio às atividades produtivas da agricultura familiar, especialmente o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o Garantia Safra. Todavia, não há informações sistematizadas que deem conta de evidenciar dados como a produção nestes assentamentos, quais mercados acessam, com quais atores se relacionam dentro da cadeia de valor da fruticultura nos territórios e quais as estratégias possíveis para as áreas de reforma agrária do território melhorarem a sua inserção na cadeia de valor. Essa e outras questões relacionadas trazem importância e justificaram a execução desta pesquisa, que visa explorar a cadeia de valor da fruticultura no Sertão do São Francisco, com um olhar especial sobre os assentamentos de Reforma Agrária, respondendo ao problema de pesquisa: Qual é a influência do ambiente institucional da cadeia de valor da fruticultura nos territórios da cidadania do Sertão do São Francisco nos estados da Bahia e Pernambuco, em relação ao desenvolvimento socioeconômico dos assentamentos de reforma agrária?

A análise proposta buscou mapear a produção, os mercados acessados, e as relações dos agricultores familiares com os diversos atores da cadeia de valor, além de discutir estratégias para potencializar sua inserção nesse contexto agroindustrial.

Este trabalho se segue de cinco seções, a primeira trata-se de abordagens teóricas no que diz respeito a agricultura familiar e mercados, sistemas agroalimentares e cadeias de valor. A segunda apresenta os objetivos e a terceira trata do percurso metodológico, descrevendo o tipo de pesquisa e os métodos utilizados. Na quarta seção traz-se os resultados e a discussão, na qual apresentam-se alguns dados e informações levantadas na pesquisa e por fim, as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para este estudo, à luz de pesquisas realizadas nos últimos anos, foram abordados temas que propiciaram o entendimento da temática deste projeto e que fundamentaram a análise do ambiente institucional da cadeia de valor da fruticultura dos territórios de cidadania Sertão do São Francisco - Bahia e Pernambuco com implicações para o desenvolvimento socioeconômico de assentamentos de reforma agrária.

Como ambiente institucional entende-se

um conjunto de organismos, regras, convenções e valores que, na forma como intermedeiam a implementação das políticas públicas vis-à-vis as demandas locais, acabam determinando os resultados dessas políticas (BASTOS, 2006, p.22).

Segundo Bastos (2006), o ambiente institucional é construído a partir das representações e interpretações desses elementos, podendo resultar em práticas de reciprocidade ou deserção, dependendo do consenso e da compreensão dos participantes. No contexto das políticas públicas, por exemplo, o ambiente institucional é influenciado pelas tensões entre a intervenção estatal, as demandas locais e as construções mentais predominantes, o que condiciona os resultados das ações implementadas. O ambiente institucional caracteriza-se por sua natureza interativa, respondendo de forma ativa ou passiva aos estímulos externos, seja aceitando-os,

ignorando-os, impregnando-os de cultura, cooperando ou criando resistências. Em suma, o ambiente institucional é um campo de interação contínua, onde os institutos e os atores se influenciam mutuamente, gerando impactos nas dinâmicas sociais e políticas.

Assim, as temáticas da agricultura familiar e mercados, sistema agroalimentar e cadeias de valor são importantes para compreender o ambiente institucional da cadeia de valor da fruticultura nos assentamentos de reforma agrária do Sertão do São Francisco nos estados da Bahia e Pernambuco.

2.1 AGRICULTURA FAMILIAR E MERCADOS

Bastos (2006) traz que termo "agricultura familiar" surgiu no Brasil na década de 1990, com estudos de Ricardo Abramovay e Elida Veiga, e foi adotado para diferenciar pequenos agricultores da agricultura patronal.

Categoria social reconhecida pela Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006, a agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais compreende às atividades desenvolvidas no meio rural e que cumpram os requisitos de não deter área maior que quatro módulos fiscais, utilizar de modo predominante a mão-de-obra da própria família no desenvolvimento de suas atividades econômicas, ter um percentual mínimo da renda família com origem nas atividades desenvolvidas em seu estabelecimento ou empreendimento e dirigi-lo com sua família. Também são beneficiários desta lei silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam simultaneamente a todos os requisitos citados anteriormente. A Lei da Agricultura Familiar além de definir sua estrutura conceitual, passou a nortear as políticas públicas voltadas a ela.

Do ponto de vista sociológico, os agricultores familiares se caracterizam por uma forma social específica de trabalho e produção que se situa em um espaço geográfico definido e que consiste na interação de um grupo familiar, ligado por laços de parentesco, com a

terra e os outros meios de produção, do mesmo modo que com outras unidades familiares e grupos sociais. Esta definição de agricultura familiar se aplica a outras categorias, como camponeses e pequenos produtores, com as quais mantêm muitas semelhanças, mas também diferenças (Shneider, 2016, p. 95).

Para Silva (2020), existem diversos processos sócio-organizativos e sociopolíticos os quais envolvem uma diversidade de comunidades - ribeirinhos, quilombolas, extrativistas e camponeses – tais comunidades habitam as florestas e as áreas aquáticas e que, de modo geral, passaram a ser identificados como “agricultores familiares”, o que abrange diferentes estilos de vida, relações com o meio ambiente e uma conexão profunda com biomas específicos.

Segundo Bastos (2006) a agricultura familiar se refere a unidades de produção onde a família controla os meios de produção, como a terra, e assume a gestão e o trabalho, detendo o controle dos meios de produção e tomando as decisões sobre a produção. Na agricultura familiar a maior parte do trabalho é realizada por membros da família, com eventual uso de mão de obra assalariada complementar, a produção é diversificada e possui ênfase no autoconsumo, apesar disso pode ter vínculos com o mercado, podendo ser semi-mercantil, com vínculos parciais com o mercado, gerando renda-trabalho e renda-produto.

No que diz respeito à história recente do Brasil, Grisa e Schneider (2015) trazem que, houve três gerações de políticas para a agricultura familiar. A primeira, tem seu início marcado em meados da década de 50, quando o Brasil adotou a industrialização por substituição de importações, com o Estado liderando a criação de infraestrutura e a transformação industrial. Nos anos 1960, essa estratégia enfrentou crise devido a desabastecimento, inflação e dificuldades de importação, exigindo novas abordagens, das quais duas alternativas emergiram: reformas estruturais, incluindo a reforma agrária, apoiadas por acadêmicos e movimentos sociais, e a modernização tecnológica da agricultura, defendida por elites agrárias e militares. No período em que transcorreu a ditadura militar, porém, as políticas favoreceram grandes produtores, excluindo a agricultura familiar.

Conforme Cavalcanti (*et al.*, 2014) nos anos 70, a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) se tornou mais combativa, defendendo a reforma agrária. A redemocratização na década de 1980 fortaleceu organizações civis e resultou em novas políticas e movimentos sociais focados na agricultura familiar, essas reivindicações ganharam espaço público, com a Constituição de 1988 e culminou na criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (PRONAF) em 1995, que oferecia crédito rural aos agricultores familiares. Além do Pronaf outras políticas subsequentes foram criadas, tais como o Seguro da Agricultura Familiar e o Programa de Garantia de Preço, reforçaram esse reconhecimento.

A segunda geração, segundo Grisa e Schneider (2015), tem como pano de fundo a pressão social, incluindo a do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e eventos como os massacres de Corumbiara e Eldorado do Carajás, os quais foram decisivos. Importa destacar que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) surge nos anos 80, a partir das lutas camponesas que tinham sua raiz nas desigualdades sociais fruto da invasão portuguesa e o genocídio dos povos originários, constituindo-se em um dos maiores movimentos sociais da América Latina (Chiabotto e Montagner, 2021).

Ainda conforme Grisa e Schneider (2015), nos anos 90, apesar do neoliberalismo e da desestruturação das políticas públicas sob os governos Collor e FHC, houve uma virada em 1997-98 com programas assistenciais como o Programa Comunidade Solidária. No governo Lula, o Bolsa Família e o Programa Fome Zero consolidaram esse enfoque, complementados no governo Dilma pelo Plano Brasil Sem Miséria. Outros programas como Garantia Safra, Habitação e o Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais surgiram, apesar da ambiguidade de algumas políticas, assistenciais ou voltadas para o agronegócio, ajudaram a reduzir a pobreza rural.

A terceira geração, focou na segurança alimentar e sustentabilidade, valorizando a produção local e promovendo novos atributos de qualidade associados à agricultura familiar e foi marcada pela eleição de Lula, nos anos 2000 que trouxe movimentos sociais e novas ideias para o governo, tais como a questão da segurança

alimentar. O Consea foi reestabelecido, e o projeto Fome Zero implementado, destacando a agricultura familiar. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a modificação do PNAE favoreceram a compra de produtos da agricultura familiar, fortalecendo mercados locais (Grisa e Schneider, 2015).

Todavia, Schneider (2016) alerta que a

problematização dos mercados e a discussão sobre a inserção dos agricultores familiares ainda gera um certo desconforto e inquietude especialmente por parte daqueles que percebem os mercados como sinônimo de capitalismo ou de economia de mercado (p. 94).

Segundo Oilveira, Grisa e Niederle (2020), entre os mercados institucionais para a agricultura familiar, distinguem-se: o **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**, cuja proposta é articular a compra de alimentos da agricultura familiar com ações de segurança alimentar para populações em situação de vulnerabilidade social; o **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**, uma das mais longevas e permanentes intervenções governamentais federais de suplementação alimentar, que assegura um mínimo de 30% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para aquisição de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar; e a **Compra Governamental** que fixou que todos os estabelecimentos da administração federal, que comprem ou forneçam alimentos, devem direcionar, igualmente, pelo menos 30,0% dos recursos para a agricultura familiar.

Os mercados institucionais figuram entre os quatro tipos de mercados descritos por Schneider (2016), por meio dos quais o autor pretendia ajudar a organizar a realidade, sendo um recurso heurístico para organizar a interação dos agricultores familiares com os mercados em diferentes contextos:

- Mercados de proximidade: Caracterizados por trocas interpessoais, muitas vezes baseadas em relações de parentesco e reciprocidade. Valorizam a

qualidade e aspectos valorativos dos bens mais do que o lucro. Operam com trocas diretas e locais, como economia solidária e vendas diretas.

- Mercados locais e territoriais: Trocas monetizadas e orientadas pela oferta e demanda, com intermediários como atravessadores. Embora mantenham valores das trocas diretas, expandem-se territorialmente e podem incluir nichos específicos, valorizando a origem dos produtos.
- Mercados convencionais: Grandes mercados comandados por poderosos agentes privados, sem um lócus fixo, operando em níveis nacionais e globais. Caracterizados por contratos complexos e regidos por oferta e demanda global, com altos riscos e incertezas.
- Mercados públicos e institucionais: Espaços de troca onde o principal agente é o Estado ou organismos públicos e ONGs. Altamente regulamentados, dirigidos pela demanda e com preços geralmente mais elevados e garantidos. São construções sociais e políticas, operando para atender demandas específicas como alimentação escolar e hospitais por exemplo.

Em face dos tipos de mercado descritos por Schneider (2016), Nunes e Silva (2022) apontam que no contexto das dinâmicas de desenvolvimento rural, especialmente impulsionadas pela agricultura familiar, as políticas públicas desempenham um papel crucial ao estruturar sistemas agroalimentares mais locais e diversificados, além de criar mercados baseados em regimes alimentares locais que são alternativas aos regimes globais.

2.2 SISTEMA AGROALIMENTAR

O modo como tem se desenhado o sistema agrícola alimentar dominante resultou em uma considerável dependência da agricultura em relação a fatores externos em todas as etapas do processo de produção, promovendo a ideia de 'modernização agrícola' (COSCARIELLO, 2022). Isso tem levado a uma desconexão

progressiva entre agricultores em seus ecossistemas e comunidades locais, algo sem precedentes na história agrícola.

Algumas grandes multinacionais são cada vez mais capazes de dominar todos os elos da cadeia de produção agrícola, sustentando os preços de seus produtos, mantendo baixos os preços dos produtos agrícolas que compram e essencialmente destruindo todas as formas de produção e mercados locais (COSCARELLO, 2022).

Esse movimento realizado pelas grandes multinacionais vai ao encontro do que Ploeg (2008) define como Impérios Alimentares. Segundo o autor os impérios são uma maneira específica de organizar recursos materiais e institucionais em uma estrutura interligada, caracterizada pela presença constante de hierarquia, conquista, submissão e exclusão. Esta estrutura complexa não visa coordenar atividades ou processos já existentes, pelo contrário, impõe sua própria ordem, mesmo que prejudicial quando é considerada por meio de perspectivas externas ao próprio Império.

Os impérios operam uma estratégia de expansão externa, onde o capital de origem externa, seja de outras cidades, estados ou países, facilita a extração e exploração das comunidades produtoras. Ignoram a dinâmica dessas comunidades, impondo sua própria ordem produtiva e extraíndo delas os recursos, frequentemente sob o pretexto de desenvolvimento, resultando na formação de grandes conglomerados (PLOEG, 2008).

No que diz respeito aos sistemas agroalimentares e os conglomerados transnacionais que os dominam, McMichael (2016 apud Muñoz e Niederle, 2018) os define como “regime alimentar corporativo” e assim descreve a fase atual do capitalismo agrário. Este regime, de acordo com o autor, facilita a rápida circulação global de commodities em uma escala crescente. Sua operação se fundamenta na desregulamentação dos mercados, na privatização dos recursos comuns e na concentração de poder nas mãos das corporações.

Ao regime alimentar corporativo é possível atribuir uma série de problemas sociais, dentre eles e talvez o mais grave a insegurança alimentar e nutricional, fruto

da exploração desenfreada de recursos naturais, exploração da terra e o uso de agroquímicos em grandes escalas, além disso ocorre

o processo de desterritorialização da agricultura – que desconecta e descontextualiza processos produtivos e culturas regionais – tem impactado na capacidade de resiliência dos agroecossistemas e do tecido sociocultural das comunidades (MUÑOZ; NIEDERLE, 2018, p. 02).

Como reação às questões e problemas provenientes da lógica de mercado capitalista dominante e subvertendo-a, no campo da resistência, agricultores familiares e consumidores estão desenvolvendo novos modelos de mercado que melhor se adaptem às suas realidades, “por meio de coalizões, relacionamentos e conexões solidárias, os movimentos sociais agrários constituem ‘contramovimentos’ ao ‘desenraizamento’ dos mercados alimentares” (Muñoz e Niederle, 2018).

Nesse sentido, é notável o crescimento de iniciativas de agricultores familiares e consumidores que buscam relações que superem esse desenraizamento dos mercados alimentares, valorizando os contextos locais, como é o caso dos Circuitos Curtos de Comercialização que, conforme Darolt (*et al.*, 2016), demandam proximidade geográfica, envolvimento ativo do consumidor e uma conexão direta entre produtor e consumidor, por meio desse sistema a remuneração tende a ser mais justa para o produtor, os preços mais acessíveis para o consumidor, estimulam a produção local e a promoção de sistemas mais sustentáveis. Entretanto, faz-se necessário compreender como estão estruturados esses mercados e como é possível que se estabeleçam como alternativa socioeconômica viável às duas pontas desse movimento – quem produz e quem consome.

2.3 CADEIAS DE VALOR

Com relação aos aspectos produtivos, alguns conceitos têm sido abordados ao longo dos últimos anos: agronegócio, cadeia produtiva, cadeia de valor e cadeia global de valor, os quais serão apresentados a seguir.

Para Miele (et al., 2011) o agronegócio é resultado do processo histórico mais amplo de desenvolvimento capitalista, que inclui a modernização da agricultura, envolvendo a difusão do uso de insumos na agricultura, seguida pelo surgimento e consolidação de empresas fornecedoras de insumos, especialmente nos setores químico e metal-mecânico, além de empresas de processamento e distribuição, culminando na integração com os capitais financeiros através do sistema bancário, crédito rural e gestão de riscos (seguradoras e bolsas de mercadorias).

Assim, o agronegócio é um conceito que

[...] considera todos os participantes envolvidos na produção, processamento e distribuição de um dado produto agropecuário.

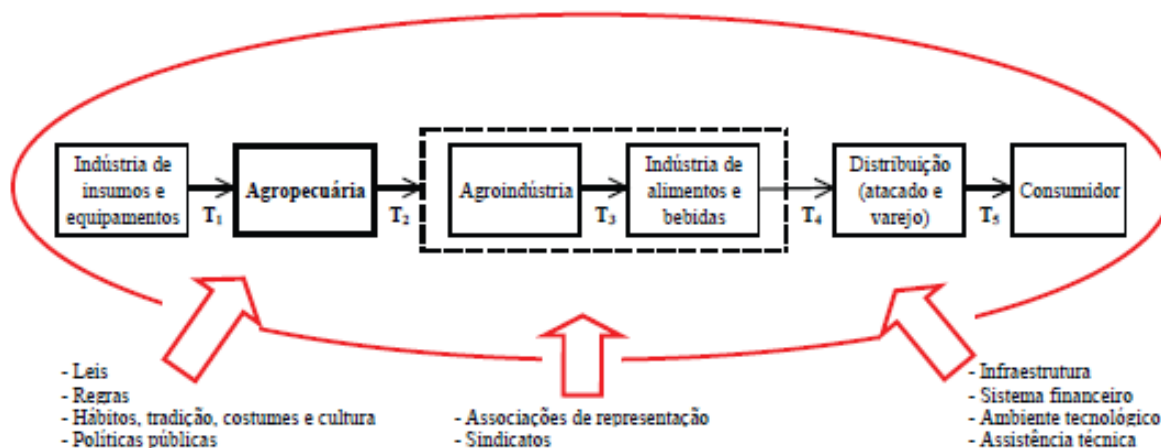
Sistemas assim incluem insumos agropecuários, produtores rurais, operações de estocagem, processadores, atacadistas e varejistas envolvidos no fluxo de uma mercadoria, da produção inicial de insumos ao consumidor final. Também incluem todas as instituições que afetam e coordenam os estágios sucessivos desse fluxo de mercadorias, tais como o governo, os mercados futuros e as associações de interesse (GOLDBERG, 1968 *apud* MIELE, et al., 2011, p. 23).

Castro (et al., 2002) conclui, então, que o conceito de agronegócio é bastante amplo e, na maioria das vezes, não é adequado para a formulação de estratégias setoriais, especialmente quando se pretende promover a gestão tecnológica ou de P&D (Pesquisa e Desenvolvimento). Por esta razão, o conceito foi expandido para criar modelos de sistemas dedicados à produção, que incluíssem os atores envolvidos antes e depois da porteira, surgindo, assim, o conceito de cadeia produtiva, como um subsistema (ou sistemas dentro de sistemas) do agronegócio.

Para caracterizar uma cadeia produtiva, é fundamental descrevê-la detalhadamente, considerando o fluxo dos produtos finais, os segmentos a montante e a jusante organizados em um fluxograma, as transações existentes entre esses segmentos, seu o ambiente institucional e as organizações de apoio, além das delimitações geográficas e temporais. Essa descrição minuciosa permite definir a

cadeia produtiva de maneira clara e precisa, mapeando e compreendendo seus componentes e interações em todas as dimensões (Miele, 2011).

Figura 1 - Esquema sintético da caracterização de uma cadeia produtiva



Fonte: Miele, *et al*, 2011.

De maneira similar, historicamente, o que se tem como ideia de cadeia de valor foi usada como modelo de análise das sequências de atividades que eram necessárias para a fabricação de um produto, levando em consideração tanto sua parte tangível quanto os serviços ligados a ele, tais como sua distribuição, o marketing, o pós-venda, afirma Ibáñez (2022).

O estudo a respeito das cadeias de valor, preconizado por Porter, apesar de sua orientação aos mercados estabelecidos pela lógica dominante, emerge como uma ferramenta capaz de promover uma análise detalhada de como se estrutura um mercado, auxiliando no planejamento e criação de novos modelos de mercado.

Segundo Porter (1989) a cadeia de valor é fundamental para que uma organização estabeleça estratégias que reduzam custos, aumentando assim sua competitividade, buscando-se uma diferenciação para atrair mais clientes. Em suma, uma empresa ou organização obtém vantagem competitiva ao realizar as atividades da cadeia de valor de maneira mais econômica ou eficiente do que seus concorrentes.

A cadeia de valor, de acordo com a definição de Kaplinsky e Morris (2001 citados por VIANA, REVILLION e SILVEIRA, 2013), representa o conjunto completo de etapas que um produto ou serviço atravessa desde o seu planejamento inicial até ser disponibilizado para o consumidor final, englobando todas as fases do processo produtivo.

Porter (1989) propõe uma estrutura para a constituição da cadeia de valor, segundo o autor, ela é constituída de dois tipos de atividade, a primária e a de apoio:

Quadro 1 - Estrutura da cadeia de valor

Categorias Genéricas de Atividades Primárias	Descrição das Atividades
Logística Interna	<ul style="list-style-type: none"> • Recebimento, armazenamento e distribuição de insumos.
Operações	<ul style="list-style-type: none"> • Transformação dos insumos no produto final.
Logística Externa	<ul style="list-style-type: none"> • Coleta, armazenamento e distribuição física do produto para os clientes.
Marketing e Vendas	<ul style="list-style-type: none"> • Propaganda, fixação de preços, força de vendas, meios para avaliar e comprar o produto
Serviço	<ul style="list-style-type: none"> • Atividades para intensificar ou manter o valor do produto
Categorias de Atividades de Apoio	Descrição das Atividades
Aquisição	<ul style="list-style-type: none"> • Compra de insumos empregados na cadeia de valor da empresa (incluindo matérias-primas, suprimentos, máquinas, etc.)
Desenvolvimento de Tecnologia	<ul style="list-style-type: none"> • Procedimentos tecnológicos no processo
Gerência de Recursos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> • Recrutamento, contratação, treinamento e desenvolvimento de pessoal

Infraestrutura da Empresa	<ul style="list-style-type: none"> • Gerência, planejamento, finanças, contabilidade, questões governamentais
---------------------------	--

Fonte: Porter, M. E, 1989

Para Rocha e Borinelli (2007), porém, o conceito apresentado por Porter é insuficiente, pois não é sempre que uma empresa reúne todas essas atividades, uma vez que elas podem ser realizadas por diferentes empresas e não apenas por uma, como o autor aponta e acrescentam que, independentemente das atividades executadas por uma organização, sempre serão necessários recursos materiais e humanos provenientes de outras empresas que fazem parte da mesma cadeia.

Por fim, Shimanski (2022) traz que o termo cadeia global de valor passou a ser utilizado diante da expansão da fragmentação das etapas do ciclo produtivo de bens e serviços em todo o mundo.

As cadeias globais de valor (CGVs) são um fenômeno econômico que faz parte da história centenária do capitalismo. Esse modelo organizado de produção e trocas entre diferentes setores e países reflete a dinâmica econômica da globalização, tanto na produção quanto no comércio e serviços. As CGVs não são exclusivas do contexto contemporâneo, mas sim marcam a evolução da economia mundial capitalista. Teoricamente, alguns autores identificam esse tipo de organização desde o século XVI, especialmente em cenários onde um produto final era composto por peças e componentes fabricados em locais diferentes (AGUIAR, 2022).

Para esta pesquisa optou-se pelo emprego do termo cadeia de valor, uma vez que dentro do que se espera analisar e compreender, este é o conceito que melhor se adequa ao universo de análise e aplicação que se pretende incidir com os produtos desta pesquisa.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

- Analisar o ambiente institucional da cadeia de valor da fruticultura dos Territórios da Cidadania Sertão do São Francisco nos estados da Bahia

e Pernambuco com implicações para o desenvolvimento socioeconômico de assentamentos de reforma agrária.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Como objetivos específicos para esta pesquisa, tem-se:

- a) Caracterizar os territórios da cidadania Sertão do São Francisco - Bahia e Pernambuco sob o ponto de vista socioeconômico e ambiental;
- b) Descrever a cadeia de valor da fruticultura nos territórios envolvidos na pesquisa;
- c) Analisar a atuação dos diferentes atores da cadeia de valor da fruticultura nos territórios do Sertão do São Francisco e assentamentos de reforma agrária;
- d) Discutir as possibilidades de inserções dos assentamentos de reforma agrária nas cadeias de valor da fruticultura nos territórios;
- e) Elaborar um relatório técnico a partir das informações levantadas e junto aos atores da cadeia de valor no âmbito dos territórios e assentamentos de reforma agrária envolvidos na pesquisa.

4 PROCESSO METODOLÓGICO

4.1 TIPO E CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa parte do levantamento de dados secundários e de pesquisas de campo, quanto a forma de abordagem caracteriza-se como qualitativa na perspectiva de analisar, compreender e disponibilizar informações.

Para Minayo (2012) pesquisa qualitativa tem como objetivo principal a compreensão, que exige a capacidade de considerar as singularidades e subjetividades e além disso, para a autora, toda compreensão carrega em si a possibilidade de interpretação, sendo essa uma elaboração das possibilidades projetadas pelo que se compreende.

Quanto aos objetivos, este trabalho se constitui em uma pesquisa descritiva, pois o seu objetivo principal é a descrição de características de determinadas populações ou fenômenos estudados (GIL, 2002). Pode também se enquadrar na pesquisa exploratória, já que

estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado (GIL, 2002, p. 41).

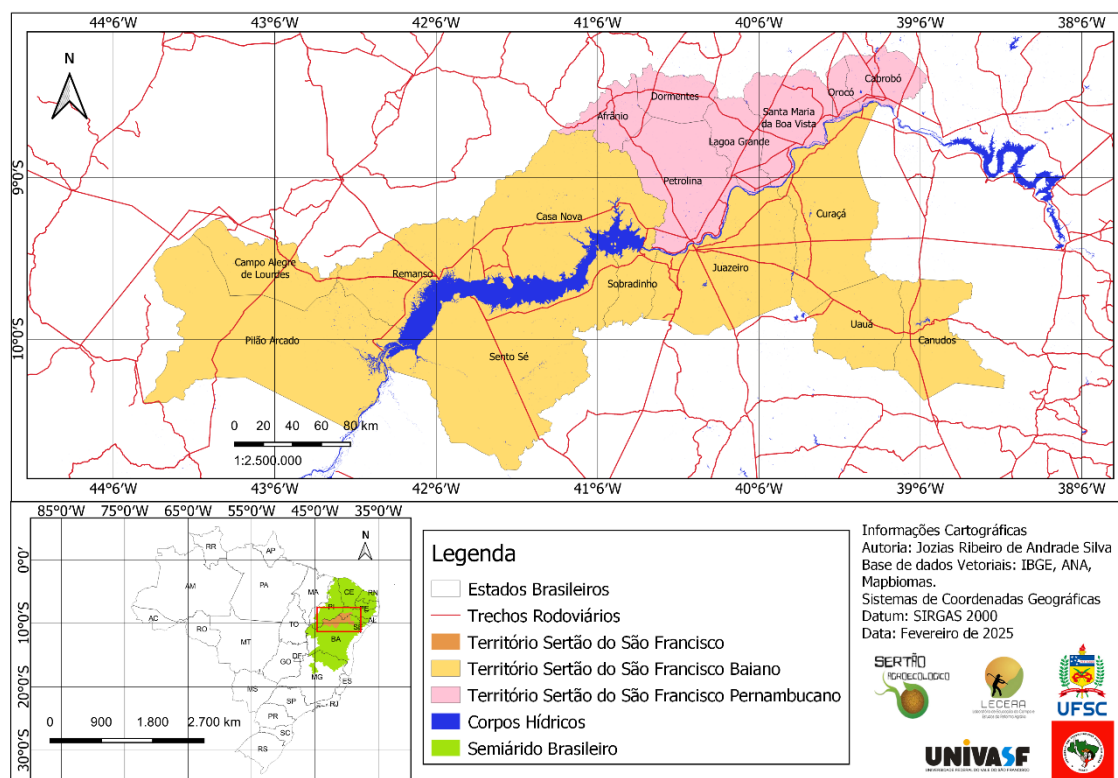
No que tange os procedimentos técnicos, encontra-se em curso a pesquisa bibliográfica e a documental, que partem de pressupostos semelhantes, segundo Gil (2002)

a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. (p.45)

4.2 LÓCUS DA PESQUISA

No contexto do Sertão do São Francisco, dois territórios de cidadania foram estabelecidos na Bahia e em Pernambuco. Na Bahia, o Território de cidadania Sertão do São Francisco engloba dez municípios - Campo Alegre de Lourdes, Casa Nova, Canudos, Curaçá, Juazeiro, Remanso, Sobradinho, Sento Sé, Pilão Arcado e Uauá - e, em 2022, tinha uma população de 555.100 habitantes (IBGE, 2024). Em Pernambuco, sete municípios compõem o território (Afrânio, Cabrobó, Dormentes, Lagoa Grande, Orocó, Petrolina e Santa Maria da Boa Vista) com uma população de 531.226 habitantes (IBGE, 2024).

Figura 2 - Mapa dos Territórios da Cidadania do Sertão do São Francisco – Bahia e Pernambuco



Elaborado pela equipe do Projeto Estudos Estratégicos para as Cadeias de Valor da Reforma Agrária, 2025.

Esta pesquisa possui como lócus os assentamentos da reforma agrária, estes assentamentos estão circunscritos a dois recortes, quais sejam: os que se inserem nos Territórios da Cidadania Sertão do São Francisco nos estados da Bahia e Pernambuco e que possuem orientação política do Movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra (MST), totalizando um universo de 26 assentamentos e 186 famílias entrevistadas.

4.3 TIPOLOGIAS E INSTRUMENTOS DE COLETA UTILIZADOS NA INVESTIGAÇÃO

Nesta pesquisa utilizamos os seguintes instrumentos para coleta de dados:

- 1) Pesquisa bibliográfica;
- 2) Pesquisa documental;
- 3) Entrevista semiestruturada.

A pesquisa bibliográfica é realizada a partir da coleta de referências teóricas já analisadas e publicadas, tanto em meios escritos quanto eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de websites. Qualquer trabalho científico começa com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador entender o que já foi estudado sobre o tema. Existem, contudo, pesquisas científicas que dependem exclusivamente da pesquisa bibliográfica, buscando referências teóricas publicadas com o objetivo de reunir informações ou conhecimentos prévios sobre a questão que está sendo investigada (FONSECA, 2002).

Além da pesquisa bibliográfica, como já exposto, foi realizada pesquisa documental que, por sua vez buscou levantar dados em fontes primárias (sem tratamentos) e secundários. “Dados secundários são dados levantados e apresentados em outros trabalhos e pesquisas e não aqueles levantados pela própria pesquisa” (APPOLINÁRIO, 2004, p.57). Aqui incluem-se as informações levantadas nas bases de dados IBGE, INCRA, Abrafrutas, dentre outros. Nestes foi realizado levantamento de dados demográficos, geográficos, históricos, comerciais e socioeconômicos, tanto no que diz respeito aos territórios, a fruticultura nos territórios, quanto informações específicas sobre a agricultura familiar e assentamentos da Reforma Agrária.

Gerhardt e Silveira (2009) trazem que a pesquisa documental utiliza documentos considerados cientificamente autênticos, sejam contemporâneos ou históricos, para descrever ou comparar fatos sociais, focando em suas características ou tendências. Os documentos podem ser fontes primárias, como documentos oficiais, reportagens, cartas e fotografias, que não passaram por análise prévia, ou fontes secundárias, como relatórios de pesquisa e decisões judiciais, que já foram analisados, envolvendo diversos tipos de arquivos e registros, incluindo arquivos públicos e privados, dados de registro e recenseamento sobre demografia, educação, criminalidade, eleições, alistamento, saúde, atividades industriais, contribuições e benefícios, e registro de veículos.

De acordo com Minayo (*et al.*, 2007), a entrevista é a estratégia mais utilizada no trabalho de campo, tanto no sentido amplo de comunicação verbal quanto no sentido

restrito de coleta de informações sobre um tema científico específico. A entrevista é, fundamentalmente, uma conversa entre duas ou mais pessoas, iniciada pelo entrevistador com o objetivo de obter informações relevantes para a pesquisa. O entrevistador aborda temas pertinentes para alcançar esse objetivo. As entrevistas são consideradas conversas com um propósito definido e são organizadas de forma semiestruturada. Na entrevista semiestruturada, combinam-se perguntas fechadas e abertas, permitindo que o entrevistado discorra sobre o tema sem se limitar estritamente às perguntas formuladas.

Adicionalmente às entrevistas, vale salientar que, conforme mencionado na seção introdutória desta dissertação, a pesquisa aqui apresentada integra o Projeto Estudos Estratégicos para as Cadeias de Valor da Reforma Agrária, uma parceria entre a UFSC e a Univasf. Durante a realização desta pesquisa, a equipe do Projeto desenvolveu atividades relacionadas tanto ao levantamento de dados bibliográficos e documentais quanto a pesquisas de campo junto às comunidades assentadas dos Territórios da Cidadania Sertão do São Francisco, na Bahia e em Pernambuco. Nesse universo é que se insere a pesquisa do Projeto Estudos Estratégicos para as Cadeias de Valor da Reforma Agrária junto a um total de 26 assentamentos – 21 assentamentos no território de Pernambuco e 05 assentamentos no território da Bahia (Figura 3), todos de orientação política do MST e 186 famílias nos dois territórios.

Figura 3 - Lista de assentamentos e quantitativo por município e estado

Nome do Assentamento: ▾	Cidade:	Nº
Água Viva I	Santa Maria da Boa Vista	9
Vitória	Petrolina	5
Vale da Conquista dos Algodões	Lagoa Grande	4
Vale da Conquista	Sobradinho	2
São José do Vale	Orocó	2
São Francisco (Pernambuco)	Sento Sé	1
São Francisco (Bahia)	Casa Nova	1
Safra	Juazeiro	1
Riacho Fundo	Cabrobó	1
Potiguar		
Ouro Verde		
Nossa Senhora da Conceição		
Madre Paulina		
José Ivaldo II		
José Ivaldo I		
José Almeida		
Josias e Samuel		
Jibóia		
Eldorado		
Edmilson de Araújo		
Catalunha		
Brilhante		
Boqueirão		
Bom Jesus		
Aquarius		
Alegre		

Estado:	Nº
Pernambuco	21
Bahia	5

Elaborado pela equipe do Projeto Estudos Estratégicos para as Cadeias de Valor da Reforma Agrária, 2024.

O lócus da pesquisa do Projeto foi definido mediante visitas prévias a assentamentos localizados nos territórios, reuniões e diálogos entre os membros da equipe, e com base em informações sobre suas localizações, histórico de organização e produção junto ao Movimento. Nessas comunidades, foram aplicados questionários estruturados, compostos por questões abertas e fechadas, com o objetivo de traçar um perfil dos assentamentos, abrangendo aspectos como área, número de famílias, produção, tipo de manejo, mercados acessados, entre outros (Anexo I). Além dos questionários outras ações foram desenvolvidas, como o levantamento de dados secundários, tais como: caracterização da região, produtividade média, valor de produção, produção dos municípios e dados comerciais, este trabalho gerou um banco de dados que também tem sido objeto de análise e discussão por parte deste estudo e, inclusive, estão diretamente relacionadas a um de seus objetivos

específicos, contribuindo para a descrição da cadeia de valor da fruticultura nos territórios estudados.

Apresenta-se no Quadro 2 uma síntese da relação entre os objetivos específicos da pesquisa, os instrumentos de coleta descritos nesta seção e o tipo de informação que se buscou obter a partir de cada uma destes instrumentos.

Quadro 2 - Quadro síntese da relação entre objetivos, instrumentos e dados

Objetivo	Instrumento de coleta	Informações a coletar
Caracterizar os territórios da cidadania do Sertão do São Francisco - Bahia e Pernambuco sob o ponto de vista socioeconômico e ambiental.	. Pesquisa bibliográfica . Pesquisa documental	Aspectos históricos, geográficos e socioeconômicos dos territórios.
Descrever a cadeia de valor da fruticultura nos territórios envolvidos na pesquisa.	. Pesquisa bibliográfica . Pesquisa documental . Questionário estruturado	Quem e quais são os atores envolvidos? Quem produz? Onde produz? Produz o quê? Quem vende? Onde vende? Quem são os consumidores? Onde estão? Onde e como acessam os produtos? Por qual valor?
Identificar e compreender a atuação dos diferentes atores da cadeia de valor da fruticultura nos territórios do Sertão do São Francisco e assentamentos de reforma agrária	. Entrevista semiestruturada	Como participam das dinâmicas de produção e do mercado? Que estratégias utilizam? Por quê utilizam? Com quais outros atores se relacionam? Por quê se relacionam?

Deste modo, as bases para levantamento de dados secundários perpassaram por consultas a informações gerais do território e assentamentos em sites, documentos e bases de dados de instituições especializadas como o INCRA, IBGE, Econodata e Abrafrutas. De maneira geral essa busca se orientou pela sistematização de dados socioeconômicos e ambientais para caracterização dos territórios da cidadania do Sertão do São Francisco – Bahia e Pernambuco e banco de dados específicos referentes a informações comerciais que indicam a produtividade (volume, valor, produtos) no que tange a produção de frutas nos Territórios da Cidadania Sertão do São Francisco na Bahia e em Pernambuco, e especificamente nos assentamentos destes territórios.

Para este estudo, além do levantamento de dados secundários e análise documental, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas junto a membros de instituições/organizações que atuam na área da fruticultura e agricultura familiar ou condizentes aos objetivos desta pesquisa, tais como a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), Banco do Nordeste (BNB), Cooperativa Agroindustrial Vale do Paraíso (Cooperparaíso), Autarquia Municipal de Abastecimento (AMA) responsável pelo Mercado do Produtor de Juazeiro, Sindicato dos Agricultores Familiares de Petrolina (Sintraf) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST – BA), além dos agricultores familiares.

4.3.1 Sujeitos Entrevistados no âmbito da pesquisa

Nesta etapa da pesquisa foram realizadas entrevistas semiestruturadas junto a membros de instituições e organizações que atuam no âmbito do ambiente institucional da fruticultura e agricultura familiar identificados previamente a partir das informações e levantamento dos dados secundários e atividades do projeto Estudos Estratégicos para as Cadeias de Valor da Reforma Agrária, quais sejam: servidores(ras) da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), Banco do Nordeste (BNB), Autarquia Municipal de Abastecimento (AMA) responsável pelo Mercado do Produtor de Juazeiro, membros da Cooperativa Agroindustrial Vale do Paraíso (Cooperparaíso), agricultores(ras)

filiados(as) ao Sindicato dos Agricultores Familiares de Petrolina (Sintraf) e integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra assentados nas áreas de reforma agrária dos territórios Sertão do São Francisco - Bahia e Pernambuco. Todas essas instituições se relacionam direta ou indiretamente com agricultura familiar camponesa e, objetiva-se, a partir das entrevistas identificar e compreender suas formas de atuação, como e por que se relacionam ou inter-relacionam com atores da cadeia de valor da fruticultura nos territórios do Sertão do São Francisco e, especialmente, assentamentos de reforma agrária

Para definição dos entrevistados foram considerados como critérios de inclusão os seguintes critérios para definição dos entrevistados conforme instituições/organização/segmento que: a) eram colaboradores(ras) da instituição/organização/segmento apontadas anteriormente e/ou identificadas ao longo da pesquisa; b) estava envolvido(a) em atividades ligadas à fruticultura dentro e fora das comunidades de reforma agrária; c) era, membro ou não da gestão de instituição/organização/segmento envolvidas com a atividade da fruticultura; d) foi considerada a equidade de gênero no grupo quando possível; e) participar de forma voluntária nesta pesquisa, por intermédio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

As entrevistas foram realizadas seguindo roteiros previamente estabelecidos (Apêndices I e II), foram previamente agendadas e seus objetivos compartilhados com os(as) entrevistados(as). Ocorreram de forma presencial e online, atendendo às necessidades dos(as) entrevistados(as), tendo sido gravadas mediante sua aprovação. Ao todo foram realizadas seis entrevistas, com a seis instituições supracitadas, com a participação de apenas um membro por instituição.

4.4 SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Seguindo a proposta de triangulação de Triviños (1987), que enfatiza a complementaridade entre diferentes métodos de coleta e análise de dados, este

estudo será composto de levantamento com dados primários e secundários (obtidos na pesquisa documental) e realização de entrevistas semiestruturadas.

A técnica da triangulação:

[...] tem por objetivo básico abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo. Parte de princípios que sustentam que é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social, sem raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estreitas e essenciais com uma macro realidade social (TRIVIÑOS, 1987, p. 38).

Ainda segundo o autor a mesma triangulação na sistematização de informações envolve a definição de três dimensões analíticas:

- (a) elementos criados pelos próprios atores sociais: esses serão obtidos por meio da pesquisa documental, com o levantamento de dados secundários;
- (b) processos e produtos focados nos atores sociais: obtidos por meio das entrevistas semiestruturadas, constituída de informações primárias.
- (c) processos e produtos que surgem da estrutura socioeconômica do macroambiente social dos atores: constituída a partir da pesquisa bibliográfica de estudos já desenvolvidos acerca da temática deste projeto.

Inicialmente, a coleta de dados secundários envolve a busca por informações já existentes em fontes como bases de dados, documentos institucionais e estudos anteriores relacionados ao tema de pesquisa. Essa etapa perpassou todo o transcorrer da pesquisa e contribuiu com sistematizações prévias e definição das etapas que se sucederam como, por exemplo, a identificação de pessoas que foram entrevistadas. Assim, proporcionou uma base de conhecimentos pré-existentes, permitindo contextualizar, fundamentar e orientar o percurso da investigação.

Após a coleta dos dados, seguiu-se a etapa de sistematização, na qual foram organizadas e categorizadas as informações coletadas de acordo com temas emergentes: atuação junto a fruticultura e interações com a agricultura familiar;

impactos da fruticultura para a região e a participação da agricultura familiar neste cenário, limitações e potencialidades, e por fim, as implicações da fruticultura no meio ambiente.

Traçou-se um panorama das entrevistas permitindo uma esquematização de forma simplificada das respostas dadas durante as entrevistas, as quais puderam ser divididas/organizadas em núcleos temáticos, sintetizando-as. Neste caso específico, os núcleos temáticos foram organizados conforme as questões da entrevista, assim, a divisão pelas questões foi mantida, respeitando a estrutura e ordem das perguntas realizadas.

Optou-se por resguardar a identidade dos(as) entrevistados(as), apesar das instituições às quais pertencem terem sido citadas nominalmente na seção 3.3.1. Na seção de resultados e discussão os(as) entrevistados(as) serão identificados(as) por meio da numeração de 1 a 6, considerando a ordem alfabética de seus nomes (Quadro 3).

Quadro 3 – Número de referência dos(as) entrevistados(as)

Instituição entrevistada	Número de referência do(a) entrevistado(a)
MST	1
Cooperparaíso	2
AMA/Mercado do Produtor	3
Codevasf	4
Banco do Nordeste	5
Sintraf	6

4.5 ASPECTOS ÉTICOS

O estudo foi conduzido conforme as diretrizes estabelecidas na Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde e foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética, por meio do Parecer 7.095.486, de 23 de setembro de 2024.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 CARACTERÍSTICAS HISTÓRICAS E SOCIOECONÔMICAS DOS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA SERTÃO DO SÃO FRANCISCO – BAHIA E PERNAMBUCO

Conforme Cavalcanti (*et al.*, 2014) o Programa Territórios da Cidadania (PTC) foi implantado em 2008, tendo sido criado no segundo mandato do Presidente Lula e era parte da agenda social, objetivando superar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais no meio rural, ambos os territórios da cidadania Sertão do São Francisco foram instituídos nos estados da Bahia e Pernambuco.

O Decreto de 25 de fevereiro de 2008, que instituiu o Programa Territórios da Cidadania, focaliza principalmente a integração de políticas públicas, a participação social e a inclusão produtiva de populações vulneráveis, como trabalhadores rurais, quilombolas, indígenas e comunidades tradicionais. Um de seus aspectos centrais é a definição dos Territórios da Cidadania, que são agrupamentos de municípios com baixa densidade populacional (menos de 80 habitantes por quilômetro quadrado) e população média municipal de até 50 mil habitantes. Esses territórios são organizados com base em critérios sociais, culturais, geográficos e econômicos, reconhecendo a identidade histórica e cultural das comunidades locais. Essa abordagem busca fortalecer a coesão social e territorial, valorizando a diversidade e as particularidades de cada região e seleciona os territórios prioritários para o programa com base em critérios como o baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a concentração de beneficiários do Programa Bolsa Família, a presença de agricultores familiares e assentados da reforma agrária, e a maior organização social das comunidades (BRASIL, 2008).

Conforme o Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Sertão do São Francisco – Bahia (2018), o Território de Cidadania Sertão do São Francisco no Semiárido baiano, está localizado no estado, composto por dez municípios: Campo Alegre de Lourdes, Casa Nova, Canudos, Curaçá, Juazeiro, Remanso, Sobradinho, Sento Sé, Pilão Arcado e Uauá e sua população total do território era de 516.946 mil habitantes (IBGE, 2022). Já em Pernambuco, segundo o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sertão do São Francisco - PTDRS (2011) o território engloba sete municípios: Afrânio, Cabrobó, Dormentes, Lagoa Grande, Orocó, Petrolina e Santa Maria da Boa Vista e sua população é de 531.226 mil habitantes (IBGE, 2022).

De acordo com informações disponíveis no Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário – PTDSS elaborado pela Secretaria do Planejamento da Bahia publicado em 2018, a trajetória de formação social do espaço denominado Território de Cidadania Sertão do São Francisco - Bahia, ocorreu em três ciclos distintos de ocupação:

- **Primeiro Ciclo (1553 até o século XVIII):** Iniciado com as "entradas" para o interior da colônia em busca de mão-de-obra escravizada e exploração mineral, marcado pela expansão da pecuária a partir do século XVII. O sistema de Sesmarias garantiu a ocupação do território, com a pecuária extensiva e a mineração impulsionadas pelas condições do Rio São Francisco. Juazeiro surgiu como ponto de descanso para boiadas, e a civilização do couro definiu a economia e sociedade do sertão nordestino.
- **Segundo Ciclo (século XVIII até 1940):** Com a descoberta de minas de ouro, o Rio São Francisco se tornou um importante meio de transporte para suprimentos e escravos, consolidando-se como a "integração nacional". A navegação fluvial ganhou destaque com a introdução de vapores, mas enfrentou declínio com o tempo, especialmente após a construção da barragem de Sobradinho. O governo buscou revitalizar a navegação, mas a degradação ambiental e outros fatores dificultaram a manutenção dessa atividade.

- **Terceiro Ciclo (1940 até o presente):** A modernização tecnológica capitalista começou com a construção da hidroelétrica e a agricultura irrigada. O governo militar incentivou a expansão agrícola, com a criação da CHESF e da CODEVASF, promovendo a produção de frutas e outros produtos para o mercado externo. A fruticultura irrigada e os investimentos federais transformaram a região, destacando-se Juazeiro como polo de exportação de uvas. A Política Territorial do Estado da Bahia, desde 2004, visa um desenvolvimento sustentável e solidário, valorizando a produção familiar e a preservação dos ecossistemas e recursos naturais.

De maneira similar, conforme o PTDRS (2011), em Pernambuco com a chegada do donatário Duarte Coelho, em 1535, a ocupação iniciou-se na capitania, concentrando-se na Costa e na Zona da Mata devido ao comércio e produção de açúcar. O Agreste e o Sertão ficaram de fora do povoamento inicial devido a dificuldades geográficas e climáticas. A penetração no interior pernambucano ocorreu graças à atividade pecuária, que foi deslocada para o Sertão após ser proibida na área litorânea pelo rei de Portugal em 1701, em favor da cana-de-açúcar.

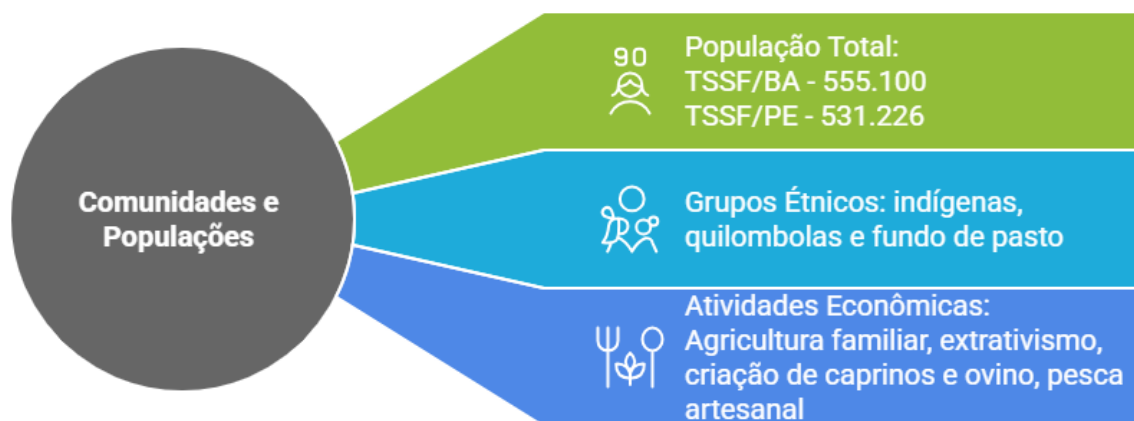
O Rio São Francisco tem sido um recurso natural crucial, influenciando as vidas das pessoas que ocuparam e ocupam o território, incluindo indígenas, brancos, negros, agricultores, artesãos e empresários. Este rio confere identidade às pessoas da região, mas o uso desse recurso, juntamente com o acesso a outros recursos como terra, conhecimentos, capital e poder, determina as diferenças culturais, políticas e econômicas entre os diversos grupos sociais.

Ainda de acordo com o PTDSS (2018), a vegetação predominante é a caatinga, adaptada ao clima semiárido com períodos secos e chuvas sazonais, conhecida pela caducifolia, onde muitas espécies perdem suas folhas na estação seca e rebrotam vigorosamente na estação chuvosa. A biodiversidade da caatinga é rica, porém ameaçada pela exploração humana, especialmente pela extração de lenha. Os solos são predominantemente rasos e pobres em nutrientes, com diferentes tipos com destaque para os Neossolos Quartzarênicos, Neossolos Litólicos e Cambissolos. Quanto à fauna, o território abriga diversas espécies, incluindo mamíferos, aves,

peixes e répteis, muitas delas enfrentando riscos devido à caça e à destruição do habitat. O clima é caracterizado por altas temperaturas e chuvas irregulares, influenciado pelo fenômeno El Niño que agrava as secas. Os recursos hídricos são representados por importantes bacias do São Francisco, Salitre e Vaza Barris na Bahia e bacias do São Francisco e do Riacho Pontal em Pernambuco, essenciais para a sustentabilidade da região.

A população total do território do Sertão do São Francisco - Bahia é de aproximadamente 555.100 pessoas no ano de 2022, enquanto de Pernambuco é de 531.226 pessoas (IBGE, 2022). Dentro desses territórios, há uma ampla diversidade de comunidades, incluindo povos indígenas, remanescentes de quilombolas e comunidades de fundo de pasto, cujas atividades principais envolvem a agricultura familiar, o extrativismo e a criação de ovinos e caprinos para subsistência e geração de renda. Além disso, as comunidades localizadas próximas às margens do rio São Francisco também se dedicam à pesca artesanal.

Figura 4 - População, comunidades e atividades econômicas dos territórios



Elaborado por Feitosa, 2025. Fonte: PTDRS (2011) e PTDS (2018)

Segundo o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sertão do São Francisco - Pernambuco (2011) e o Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Sertão do São Francisco – Bahia (2018), o Território de

Cidadania ou Território de Cidadania Sertão do São Francisco, como tratamos neste escrito, engloba 7 municípios em Pernambuco e 10 municípios na Bahia. Em Pernambuco, inclui Afrânio, Cabrobó, Dormentes, Lagoa Grande, Orocó, Petrolina e Santa Maria da Boa Vista que correspondem à uma área de 14.655,74 km²; na Bahia, abrange Campo Alegre de Lourdes, Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Sobradinho e Uauá, correspondendo a uma área de 37.630,01 km², conforme Tabela 1, a seguir:

Tabela 1 - Área e População dos municípios que compõe os Territórios de Cidadania Sertão do São Francisco nos estados da Bahia e Pernambuco

Estado	Município	Área (km ²)	População
Pernambuco	Afrânio	1.490,59	18.674
	Cabrobó	1.658,62	30.294
	Dormentes	1.539,05	17.188
	Lagoa Grande	1.850,07	24.088
	Orocó	554,76	13.613
	Petrolina	4.561,87	386.791
	Santa Maria da Boa Vista	3.000,77	40.578
Bahia	Campo Alegre de Lourdes	2.914,59	30.671
	Casa Nova	9.647,072	72.086
	Canudos	3.565,377	16.105
	Curaçá	5.950,614	34.180
	Juazeiro	6.721,24	237.821
	Remanso	4.573,505	40.586
	Sobradinho	1.355,97	25.475
	Sento Sé	11.980,17	38.154
	Pilão Arcado	11.597,92	35.357
	Uauá	3.060,12	24.665
Total		76.922,34	1.086,326

Elaborado por Feitosa, 2024. Fonte: IBGE 2022

Os dados publicados pelo IBGE, a partir do Censo de 2022, fazem possível traçar um panorama dos Territórios da Cidadania Sertão do São Francisco considerando os eixos população, trabalho e rendimentos, educação, economia, saúde e meio ambiente utilizados pelo instituto.

Assim, no que diz respeito ao Território da Cidadania Sertão do São Francisco - Pernambuco, tem-se:

- **População** - Petrolina se destaca como o município mais populoso, com 386.791 habitantes e a maior densidade demográfica (84,79 hab/km²). Em contraste, Afrânio e Dormentes são os menos populosos, com 18.674 e 17.188 habitantes, respectivamente. Orocó, apesar de ter uma população menor (13.613 habitantes), apresenta a maior densidade entre os municípios menores (24,54 hab/km²);
- **Trabalho e rendimentos** - Petrolina novamente se sobressai, com 23,31% da população ocupada e um salário médio de 2 salários mínimos, além de um PIB per capita de R\$ 22.244,46. Santa Maria da Boa Vista também apresenta um salário médio de 2 salários mínimos, porém com indicadores menos expressivos. Orocó e Afrânio, por outro lado, têm os menores PIBs per capita e sugerindo que há desafios socioeconômicos mais acentuados, com 57,6% da população de Orocó vivendo com até 1/2 salário mínimo;
- **Educação** - Dormentes e Afrânio apresentam os melhores indicadores, com destaque para o IDEB dos anos iniciais (6,3 e 6,1, respectivamente). Orocó, no entanto, tem os piores desempenhos, com índices de 5,0 nos anos iniciais e 3,9 nos anos finais. Lagoa Grande também apresenta uma taxa de escolarização mais baixa (96,3%) em comparação com Afrânio (98,7%);
- **Economia** - reflete as disparidades regionais. Petrolina lidera com o maior PIB per capita (R\$ 22.244,46) e volume de receitas e despesas (R\$ 1,5 bilhão e R\$ 1,4 bilhão, respectivamente), o que a consolida como motor econômico da região. Afrânio e Orocó, com PIBs per capita de R\$ 10.500,7 e R\$ 17.510,3, respectivamente, têm economias mais modestas e enfrentam limitações financeiras;
- **Saúde** - Orocó e Lagoa Grande enfrentam os maiores desafios, com altas taxas de mortalidade infantil (35,18 e 22,44 por 1.000 nascidos vivos, respectivamente). Dormentes, apesar de ter a menor taxa de mortalidade infantil (10,64), registra um alto índice de internações por diarreia (52,4 por 1.000 habitantes), indicando possíveis deficiências no saneamento básico;

- **Meio Ambiente** - Dormentes e Petrolina apresentam os melhores indicadores, com destaque para o esgotamento sanitário adequado (70,8% e 16,7% de urbanização adequada, respectivamente). Orocó, no entanto, não tem nenhuma via com urbanização adequada e enfrenta sérios problemas de infraestrutura urbana e saneamento.

Sobre o Território da Cidadania Sertão do São Francisco – Bahia tem-se:

- **População** - Juazeiro se destaca como o município mais populoso, com 237.821 habitantes em 2022 e uma estimativa de 254.481 para 2024, além de apresentar a maior densidade demográfica (35,38 hab/km²). Em contraste, Pilão Arcado e Sento Sé possuem as menores densidades, com 3,05 hab/km² e 3,18 hab/km², respectivamente. Essa diferença sugere uma concentração populacional em áreas urbanas, como no caso de Juazeiro, enquanto municípios como Pilão Arcado e Sento Sé apresentam uma distribuição mais esparsa;
- **Trabalho e Rendimento** - Juazeiro também lidera em termos de trabalho e rendimento, com o maior salário médio mensal (2,0 salários mínimos) e a maior população ocupada (20,46%). Sento Sé, apesar de ter o maior salário médio (2,5 salários mínimos), apresenta uma taxa de ocupação relativamente baixa (9,17%). Em contrapartida, Casa Nova tem o menor salário médio (1,4 salários mínimos) e uma taxa de ocupação de 16,75%, indicando desafios na geração de empregos e na remuneração adequada. Curaçá, embora tenha um salário médio elevado (2,3 salários mínimos), possui a menor taxa de ocupação (8,59%);
- **Educação** - No que se refere à educação, a maioria dos municípios apresenta taxas de escolarização acima de 95% para crianças de 6 a 14 anos, indicando um bom acesso à educação básica. Juazeiro e Uauá se destacam com os melhores índices do IDEB nos anos iniciais (5,3 e 5,2, respectivamente). No entanto, os índices dos anos finais são mais baixos, com destaque negativo para Pilão Arcado, que possui o menor IDEB (2,9), os dados indicam que há

uma necessidade de melhorar a qualidade do ensino, especialmente nos anos finais do ensino fundamental;

- **Economia** - Juazeiro possui o maior PIB per capita no valor de R\$ 23.601,32 e o maior volume de receitas e despesas no valor de R\$ 1,095 bilhão e R\$ 1,053 bilhão, respectivamente. Refletindo sua importância econômica regional. Sento Sé e Sobradinho também se destacam com o PIB per capita elevado, R\$ 41.541,36 e R\$ 36.229,70, possivelmente proporcionados por atividades específicas, como geração de energia em Sobradinho. Em contraste, municípios como Canudos, Pilão Arcado e Sento Sé apresentam PIB per capita mais baixos R\$ 9.098,77 e R\$ 8.255,65 respectivamente, os quais sugerem um desenvolvimento econômico menos expressivo;
- **Saúde** - setor crítico, com taxas de mortalidade infantil variando significativamente entre os municípios. Canudos apresenta a maior taxa (33,9 por 1.000 nascidos vivos), enquanto Sento Sé tem a menor (12,9). Juazeiro, apesar de ser o município mais desenvolvido e com mais estrutura no que diz respeito ao aparato de hospitais, ainda registra uma taxa de mortalidade infantil de 14,01. Além disso, Sento Sé e Uauá destacam-se negativamente com altas taxas de internações por diarreia (39,3 e 32,4 por 1.000 habitantes, respectivamente) os quais indicam possíveis problemas sanitários e de acesso à água potável, e neste ponto, vale lembrar que Uauá é um dos três municípios que não estão às margens do Rio São Francisco;
- **Meio Ambiente** - No aspecto ambiental, Sobradinho e Curaçá apresentam os melhores índices de arborização (94,1% e 93,1%, respectivamente), enquanto Campo Alegre de Lourdes tem o pior (27,4%). Juazeiro lidera em esgotamento sanitário adequado (64,2%), contrastando com Pilão Arcado e Campo Alegre de Lourdes, que possuem índices muito baixos (1,8% e 5,6%, respectivamente). A urbanização adequada é um desafio para a maioria dos municípios do território, destacando-se negativamente Curaçá e Campo Alegre de Lourdes, que registram 0% nesse indicador.

O Sertão do São Francisco - Bahia e Pernambuco passou por transformações significativas em sua estrutura social rural, marcada anteriormente por tradições antigas e hierarquias agrárias e políticas regionais (Cavalcanti *et al.*, 2014). A abertura de extensas áreas públicas para irrigação e a concessão de subsídios para sistemas de irrigação privados atraíram um grande número de empresas agrícolas, agroindústrias e investimentos nacionais e estrangeiros, além de agricultores familiares que adotam sistemas de irrigação em suas atividades. Paralelamente, empresas locais, nacionais e internacionais se estabeleceram na região, atuando em diferentes segmentos complementares da produção agrícola, como suporte técnico, fornecimento de insumos, processamento agrícola e distribuição para mercados domésticos e internacionais. Esses investimentos públicos e privados resultaram na formação de um polo agroindustrial consolidado, centrado nos municípios conurbados de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), integrando-se aos mercados tanto nacional quanto internacionalmente.

O PTDS (2018), por sua vez, sugere que a atividade industrial nos municípios que compõem o território é incipiente, mas apresenta potencial de transformação por meio de iniciativas de grupos, associações e cooperativas de agricultores familiares e, acrescenta que o apoio governamental, por meio de incentivos, é essencial para fomentar o surgimento de novas agroindústrias, fortalecer as existentes e promover a inovação tecnológica, destaca ainda que o beneficiamento de frutas locais, como umbu, manga, coco, acerola, maracujá e goiaba, pode gerar produtos como geleias, doces, sucos e concentrados, agregando valor e ampliando a inserção nos mercados nacional e internacional, sendo um dos caminhos para tal, a agroindustrialização da produção familiar, todavia há uma demanda por qualificação da mão de obra local. A agroindustrialização da produção familiar, além de gerar empregos e reduzir custos, contribui para o desenvolvimento sustentável do território.

5.1.1 Agricultura familiar e assentamentos de reforma agrária dos territórios

Cavalcanti (et al, 2014) chama a atenção para o fato de que na história das grandes obras realizadas no Rio São Francisco, comunidades de pequenos

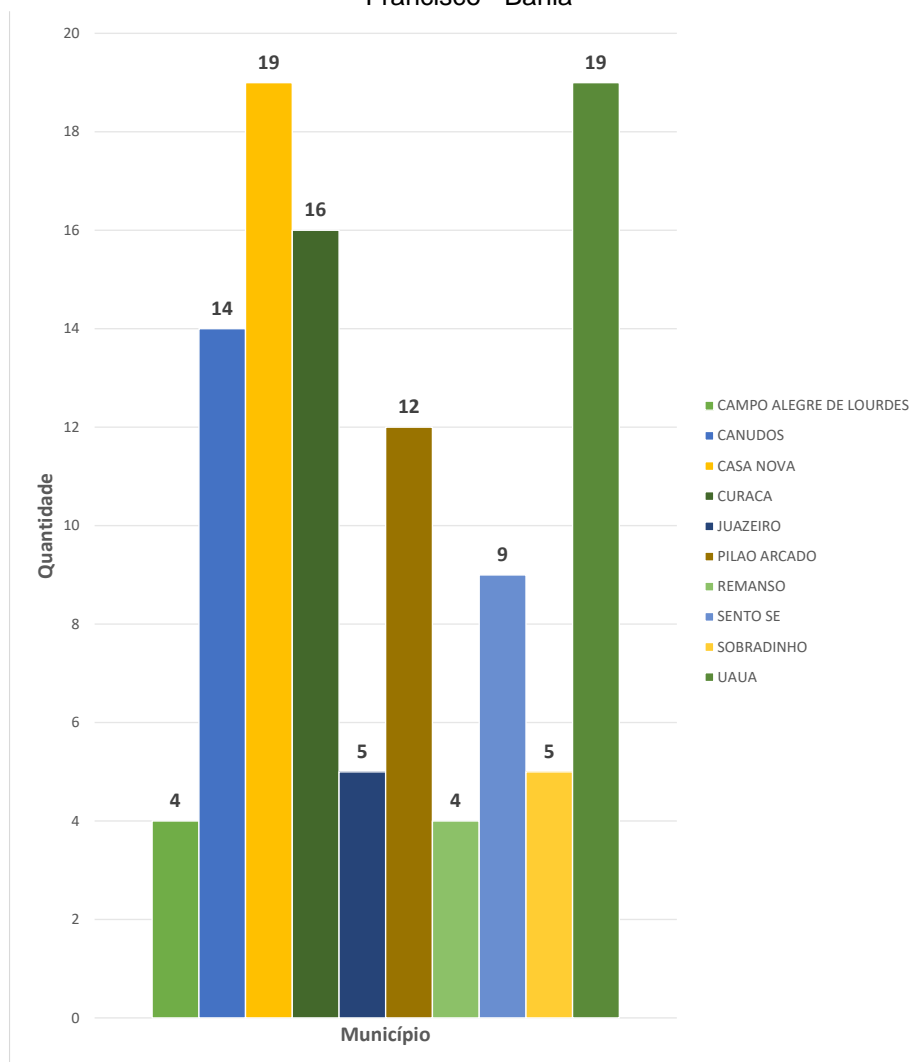
agricultores familiares foram significativamente afetadas, especialmente pela construção de barragens e criação de perímetros irrigados, o que causou deslocamentos populacionais e crises em atividades agrícolas tradicionais. Essas transformações geraram grandes movimentos migratórios, além da mobilidade já existente na região semiárida. Com isso, a partir das décadas de 1980 e 1990, surgiram importantes movimentos e lutas populares que fortaleceram a mobilização de camponeses, agricultores familiares, comunidades tradicionais destes territórios, resultando na criação de movimentos sociais, organizações e sindicatos, como o de trabalhadores rurais como atores importantes na política e economia local.

A partir de 2002, com a eleição do presidente Lula em seu primeiro mandato, forças progressistas e passaram a priorização de políticas públicas de apoio à agricultura familiar e a atuação de atores e organizações que como novos movimentos sociais e ONGs, que também passaram a protagonizar o desenvolvimento rural a segmentos populares do Sertão e do Vale do São Francisco como, por exemplo, o público dos assentados da reforma agrária.

Ainda segundo os mesmos autores a maior parte dos assentados é composta por migrantes de outras regiões do semiárido, atraídos pelo projeto de irrigação ou deslocados por grandes obras hidroelétricas ou hidroagrícolas. Destes poucos conseguiram se adaptar aos novos métodos de produção agrícola tecnificada, restando-lhes o trabalho assalariado eventual nas empresas de fruticultura irrigada, tais dificuldades contribuíram para que muitos se juntassem ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ou à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE) para lutar por terra (CAVALCANTI, et al, 2014).

Assim, ao longo da trajetória da política de criação de assentamentos de reforma agrária nos dois Territórios, conforme dados do INCRA (2024), constata-se uma grande concentração de assentamentos, totalizando 233 assentamentos tanto em áreas de sequeiro quanto em áreas irrigadas, com cerca de 7.911 famílias assentadas (Figura 5):

Figura 5 - Quantidade de assentamentos por município do Território de Cidadania Sertão do São Francisco - Bahia

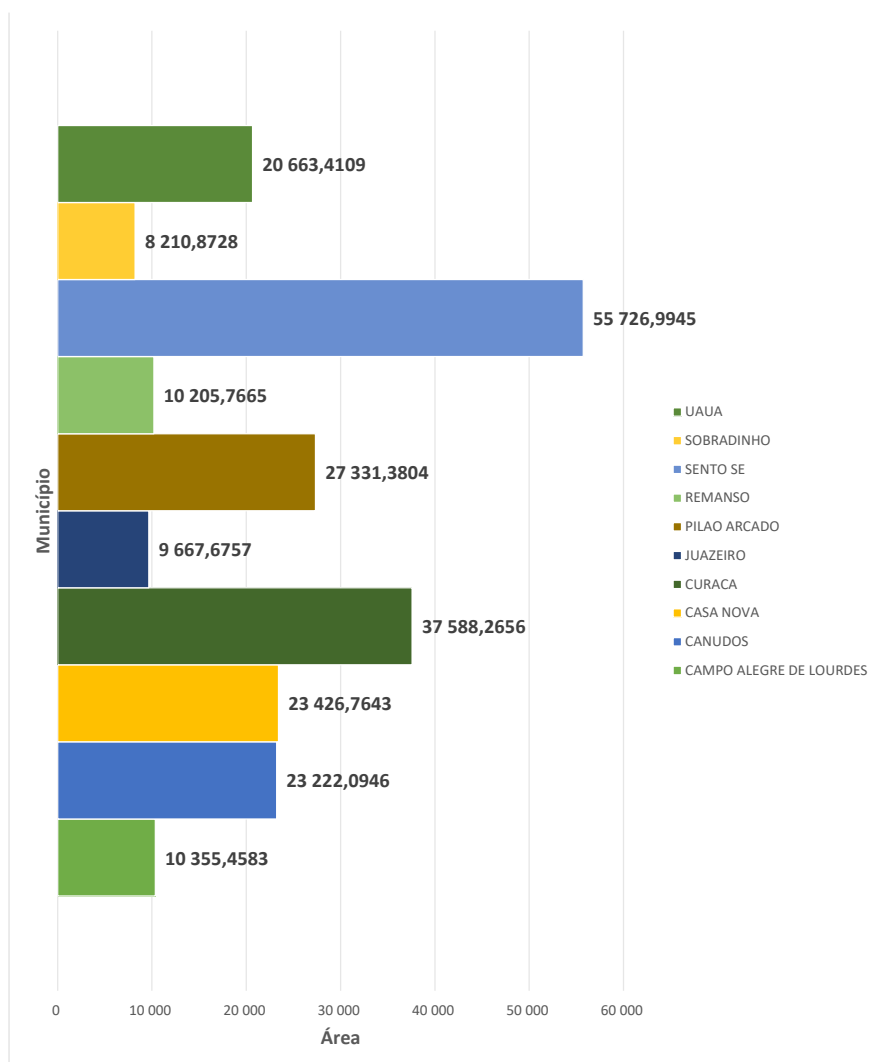


Elaborado pela equipe do Projeto Estudos Estratégicos para as Cadeias de Valor da Reforma Agrária, 2024. Fonte: Incra, 2024.

Chama a atenção o fato de, no Território Sertão do São Francisco - Bahia, um dos municípios não margeados pelo Rio São Francisco – Uauá - concentrar um dos maiores números de assentamentos, empatando com o município de Casa Nova, ambos com 19 assentamentos. Além de Uauá, Campo Alegre de Lourdes e Canudos não estão margeados pelo Rio São Francisco. Conforme o PTDS (2018) e, portanto, encontram-se exclusivamente desenvolvendo suas atividades em áreas de sequeiro. Em dois destes três municípios destacam-se o beneficiamento e envasamento de mel de abelha, em Campo Alegre de Lourdes, e a produção de doces, sucos, polpa de frutas, concentrados, cerveja de umbu e laticínios de Uauá, entre outros.

Quanto a distribuição da área dos assentamentos por municípios do Território Sertão do São Francisco – Bahia, Sento Sé se destaca pela maior área, seguido por Casa Nova, com 55.726,99ha e 37.588,26ha respectivamente (Figura 6):

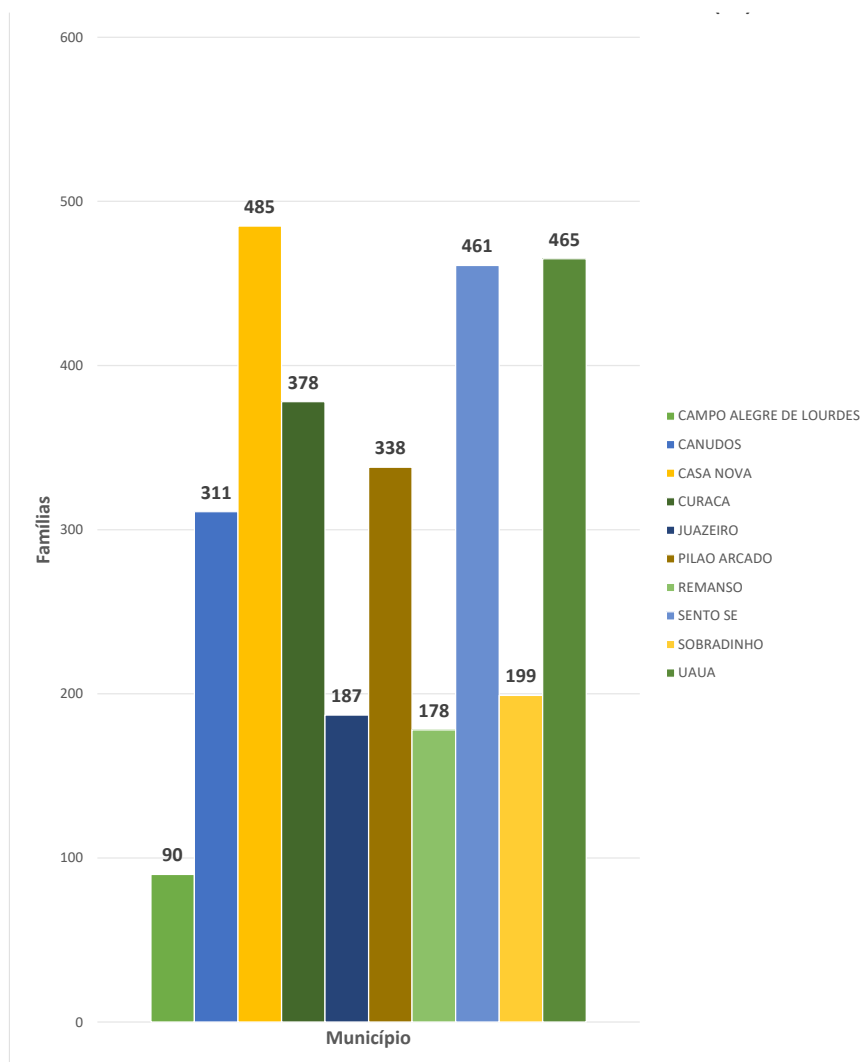
Figura 6 - Distribuição da área dos assentamentos por municípios do Território da Cidadania do Sertão do São Francisco - Bahia



Elaborado pela equipe do Projeto Estudos Estratégicos para as Cadeias de Valor da Reforma Agrária, 2024. Fonte: Censo Agropecuário, 2017

Quanto às famílias assentadas Casa Nova e Uauá lideram em número de famílias, com 485 e 465 famílias, respectivamente (Figura 7):

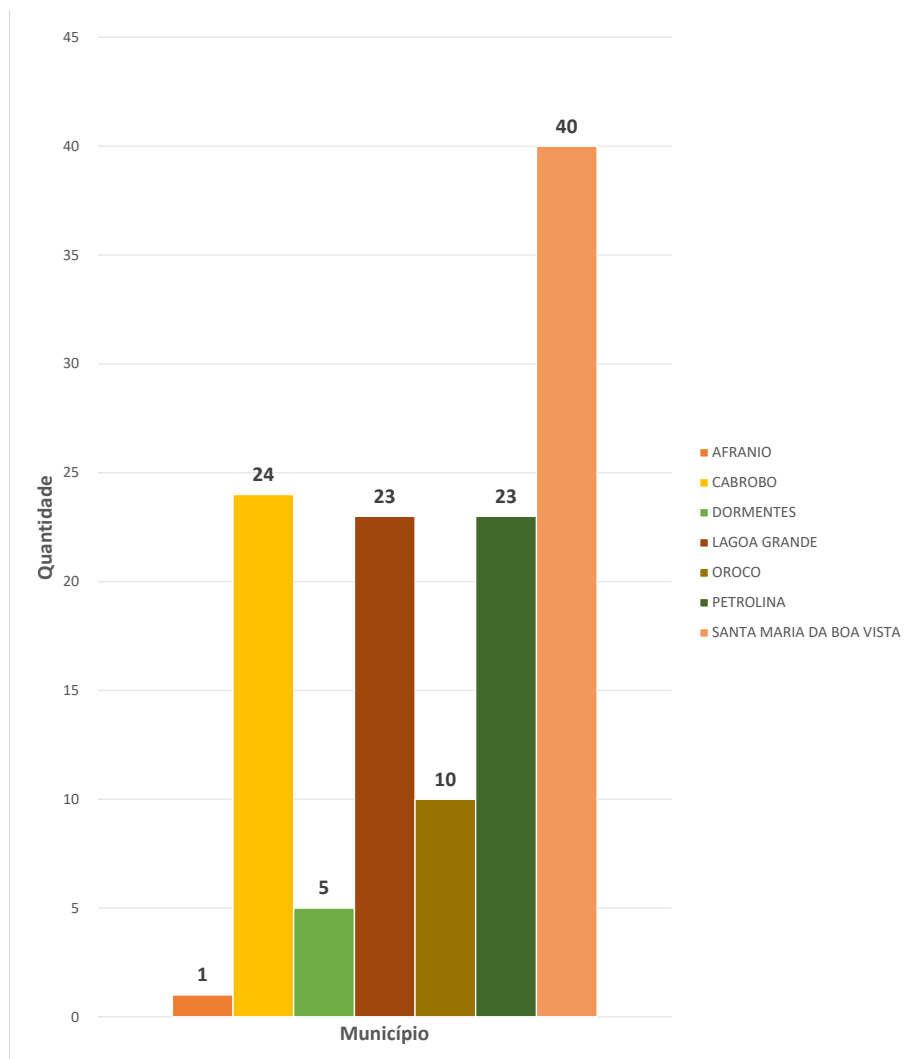
Figura 7 - Distribuição do número de famílias assentadas por município do território da Cidadania Sertão do São Francisco - Bahia



Elaborado pela equipe do Projeto Estudos Estratégicos para as Cadeias de Valor da Reforma Agrária, 2024. Fonte: Censo Agropecuário, 2017

No território de Pernambuco, Santa Maria da Boa Vista lidera em número de assentamentos, são 40 ao todo, número bastante expressivo em relação ao número de assentamentos por município no território da Bahia (Figura 8).

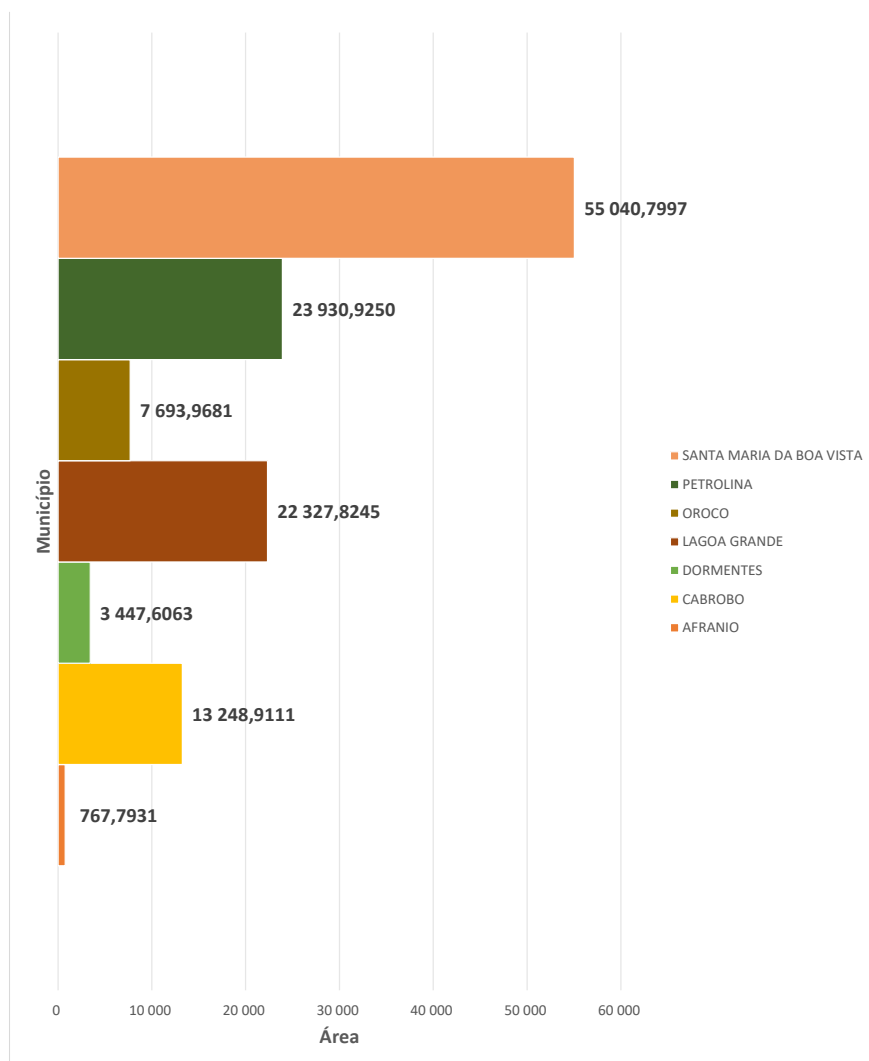
Figura 8 - Quantidade de assentamentos por município do Território de Cidadania Sertão do São Francisco - Pernambuco



Elaborado pela equipe do Projeto Estudos Estratégicos para as Cadeias de Valor da Reforma Agrária, 2024. Fonte: Censo Agropecuário, 2017

Em hectares Santa Maria da Boa Vista também lidera, seguido de Petrolina, quanto à área ocupada por assentamentos no território, 55.040,79ha e 23.930,92ha, respectivamente (Figura 9):

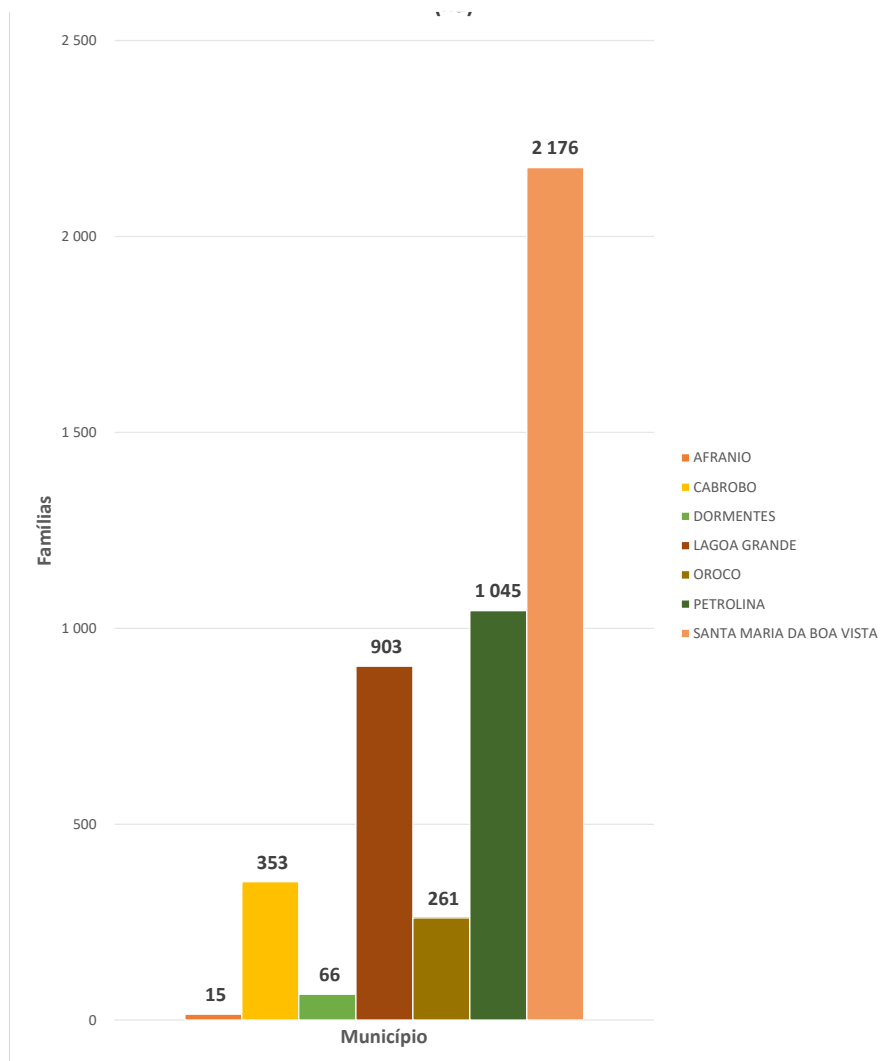
Figura 9 - Distribuição da área dos assentamentos por municípios do Território da Cidadania do Sertão do São Francisco - Pernambuco



Elaborado pela equipe do Projeto Estudos Estratégicos para as Cadeias de Valor da Reforma Agrária, 2024. Fonte: Censo Agropecuário, 2017

Quanto ao número de famílias assentadas, Santa Maria da Boa Vista segue liderando, fazendo jus ao número de assentamentos e à área ocupada, com 2.176 famílias (Figura 10):

Figura 10 - Distribuição do número de famílias assentadas por município do território da Cidadania Sertão do São Francisco - Pernambuco



Elaborado pela equipe do Projeto Estudos Estratégicos para as Cadeias de Valor da Reforma Agrária, 2024. Fonte: Censo Agropecuário, 2017

Com relação à localização, cabe destacar que tanto na Bahia quanto em Pernambuco, mesmo os assentamentos localizados em municípios margeados pelo Rio São Francisco podem encontrar-se situados em áreas de sequeiro.

Ao longo do primeiro semestre de 2024, equipes de campo vinculadas ao Projeto Estudos Estratégicos para as Cadeias de Valor da Reforma Agrária, parceria entre a UFSC e a Univasf, aplicaram questionários mistos, contendo quarenta e uma questões abertas e fechadas, em vinte seis assentamentos situados nos Territórios de Cidadania Sertão do São Francisco – Bahia e Pernambuco, em oito municípios:

Juazeiro, Sento Sé, Casa Nova e Sobradinho na Bahia, e Petrolina, Cabrobó, Orocó, Santa Maria da Boa Vista e Lagoa Grande em Pernambuco, os assentamentos pesquisados foram: Vale da Conquista, Vale da Conquista dos Algodões, São Francisco, Potiguar e Eldorado na Bahia, e Catalunha, Vitória, Safra, Água Viva I, Aquarius, Nossa Senhora da Conceição, Boqueirão, Alegre, Ouro Verde, José Almeida, Brilhante, Madre Paulina, Bom Jesus, São Francisco, Jibóia, José Ivaldo II, São José do Vale, Riacho Fundo, Edmilson de Araújo, Josias e Samuel e José Ivaldo I em Pernambuco (Quadro 4).

Quadro 4 – Assentamentos pesquisados e condições de acesso e distância do polo Petrolina e Juazeiro

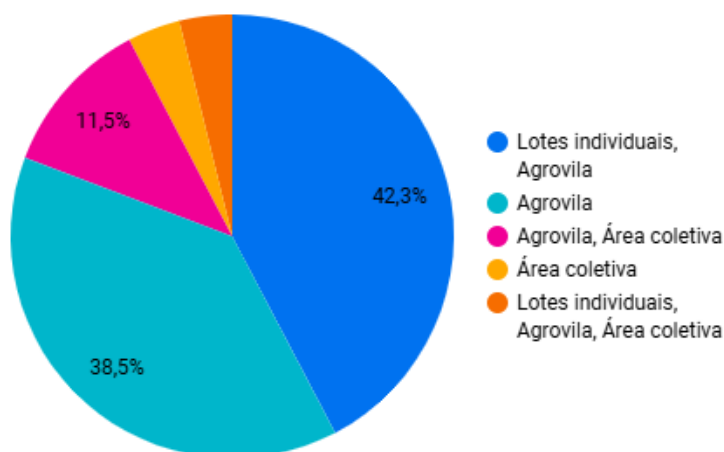
Assentamento	Município	Distância dos municípios	Distância de Petrolina e Juazeiro
Jiboia	Cabrobó	Cabrobó 11 KM Orocó 8 KM	183KM
Riacho Fundo	Lagoa Grande	Lagoa Grande 25 KM Povoado Vermelhos 08 KM Santa Maria da Boa Vista 70 KM	53KM
Josias e Samuel	Petrolina	Juazeiro 60 KM Petrolina 45 KM	60KM
José Almeida	Petrolina	Juazeiro 30 KM Petrolina 25 KM	30KM
Bom Jesus	Santa Maria da Boa Vista	Orocó 10 KM Cabrobó 20 KM	109KM
Catalunha	Santa Maria da Boa Vista	Santa Maria da Boa Vista 32 KM Lagoa Grande 39 KM	109KM
Nossa Senhora da Conceição	Santa Maria da Boa Vista	Santa Maria da Boa Vista 12 KM	109KM
Ouro Verde	Lagoa Grande	Lagoa Grande 23 KM Povoado Vermelhos 8 KM Santa Maria da Boa Vista 73 KM	53KM
Safra	Petrolina	Santa Maria da Boa Vista 20 KM Curaçá 05 KM	100Km

São Francisco (Pernambuco)	Petrolina	Petrolina 49 KM Lagoa Grande 8 KM	50KM
São José do Vale	Petrolina	Petrolina 20 KM Juazeiro 50 KM	50Km
Vitória	Petrolina	Santa Maria da Boa Vista 41 KM	109Km
Potiguar	Sento Sé	Juazeiro 250 KM	250KM
Vale da Conquista dos Algodões	Sobradinho	Sobradinho 24 KM Juazeiro 66 KM Petrolina 70 KM	70Km
São Francisco (Bahia)	Juazeiro	Sobradinho 09 KM Juazeiro 47 KM Petrolina 52 KM	52Km
Vale da Conquista	Sobradinho	Sobradinho 03 KM Juazeiro 48 KM Petrolina 51 KM	55Km
Madre Paulina	Lagoa Grande	20 km Lagoa Grande e 70 km de Santa Maria da Boa Vista	80Km
Boqueirão	Santa Maria da Boa Vista	20 KM de Santa Maria da Boa Vista	130Km
JoséIVALDO I	Santa Maria da Boa Vista	28 KM de Santa Maria da Boa Vista	130Km
Água Viva I	Petrolina	15 KM de Petrolina	15KM
Edmilson de Araújo	Lagoa Grande	10 km de Lagoa Grande	60Km
Aquarius	Santa Maria da Boa Vista	25 km de Santa Maria da Boa Vista	120km
Alegre	Orocó	35 KM de Orocó	170Km
JoséIVALDO II	Santa Maria da Boa Vista	28 KM de Santa Maria da Boa Vista	80Km
Brilhante	Santa Maria da Boa Vista	30 KM de Santa Maria da Boa Vista	90Km
Eldorado	Casa Nova	70 km de Casa Nova	110Km

Fonte: Projeto Estudos Estratégicos para as Cadeias de Valor da Reforma Agrária, 2024

Nos assentamentos investigados pelo Projeto Estudos Estratégicos para as Cadeias de Valor da Reforma Agrária, a distribuição das famílias nos assentamentos ocorre majoritariamente por meio de lotes individuais/agrovilas (Figura 11):

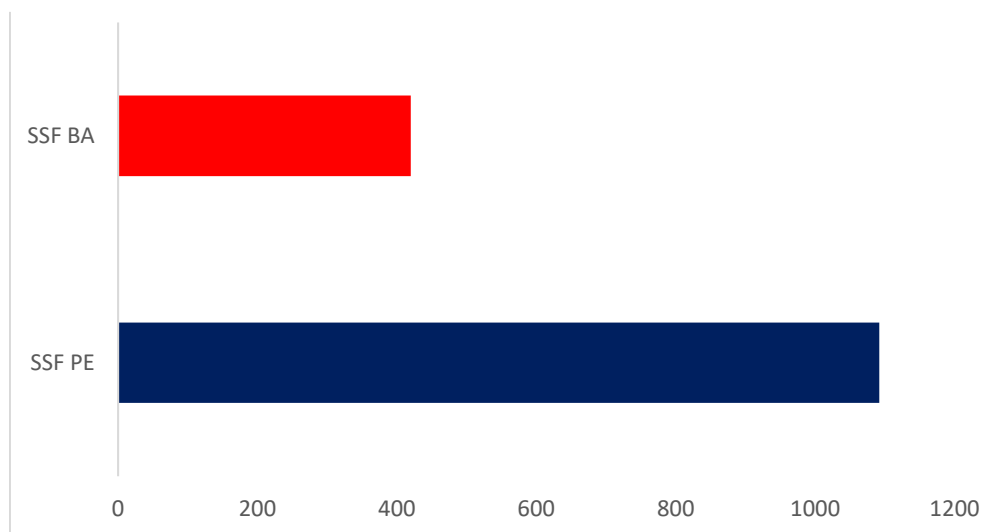
Figura 11 - Distribuição das famílias no assentamento



Fonte: Projeto Estudos Estratégicos para as Cadeias de Valor da Reforma Agrária, 2024

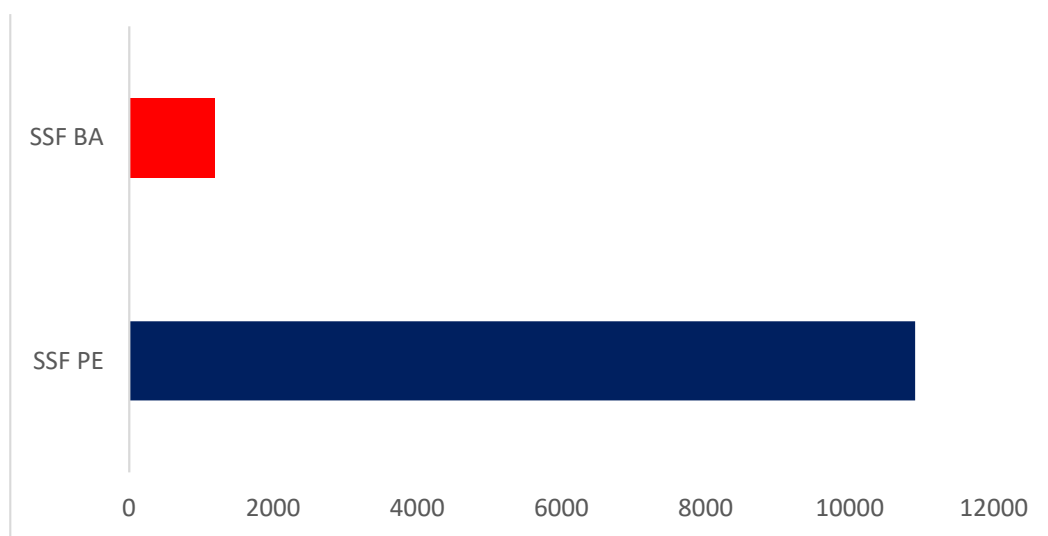
Segundo relatórios preliminares do Projeto Estudos Estratégicos para as Cadeias de Valor da Reforma Agrária, somando os dois territórios há cerca de 1.512 (mil quinhentos e doze) estabelecimentos agropecuários em áreas concedidas por órgão fundiário ainda sem titulação definitiva (Figura 12), já área abrange 12.102ha (doze mil, cento e duas hectares) dos territórios (Figura 13). Por estabelecimentos agropecuários, segundo o IBGE (2017), “entende-se qualquer unidade de produção ou exploração que esteja envolvida, de forma total ou parcial, em atividades relacionadas à agropecuária, à silvicultura e à aquicultura”. Não importa o tamanho do estabelecimento, sua estrutura jurídica (se é uma empresa, uma cooperativa, uma propriedade familiar, etc.) ou sua localização (se está em uma área rural ou urbana), seu objetivo principal é a produção, que pode ser destinada à venda (comercialização dos produtos gerados) ou ao consumo próprio (para garantir o sustento do produtor e de sua família).

Figura 12 - Número de estabelecimentos agropecuários em áreas concedidas por órgão fundiário ainda sem titulação definitiva



Elaborado pela equipe do Projeto Estudos Estratégicos para as Cadeias de Valor da Reforma Agrária, 2024. Fonte: Censo Agropecuário, 2017

Figura 13 - Área ocupada por estabelecimentos agropecuários em áreas concedidas por órgão fundiário ainda sem titulação definitiva

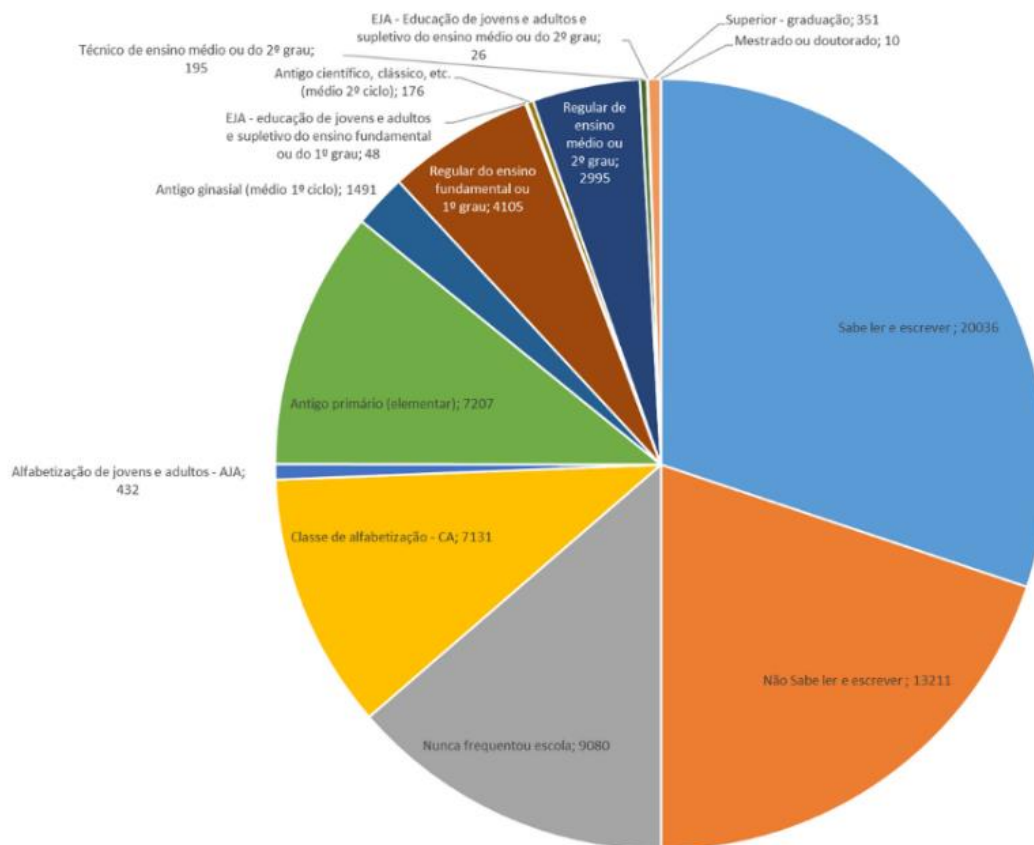


Elaborado pela equipe do Projeto Estudos Estratégicos para as Cadeias de Valor da Reforma Agrária, 2024. Fonte: Censo Agropecuário, 2017

No que diz respeito às taxas de escolaridade dos agricultores familiares nos territórios, há uma alta taxa de agricultores familiares não alfabetizados ou sem educação formal (Figura 14), o que reflete um desafio histórico na região e que impacta diretamente na qualidade de vida e o desenvolvimento econômico dessas comunidades, no Território da Cidadania Sertão do São Francisco na Bahia,

considera-se que embora a taxa de escolarização seja alta, a qualidade do ensino, medida pelo IDEB, é baixa na maioria dos municípios, especialmente nos anos finais do ensino fundamental, conforme informações do IBGE 2022.

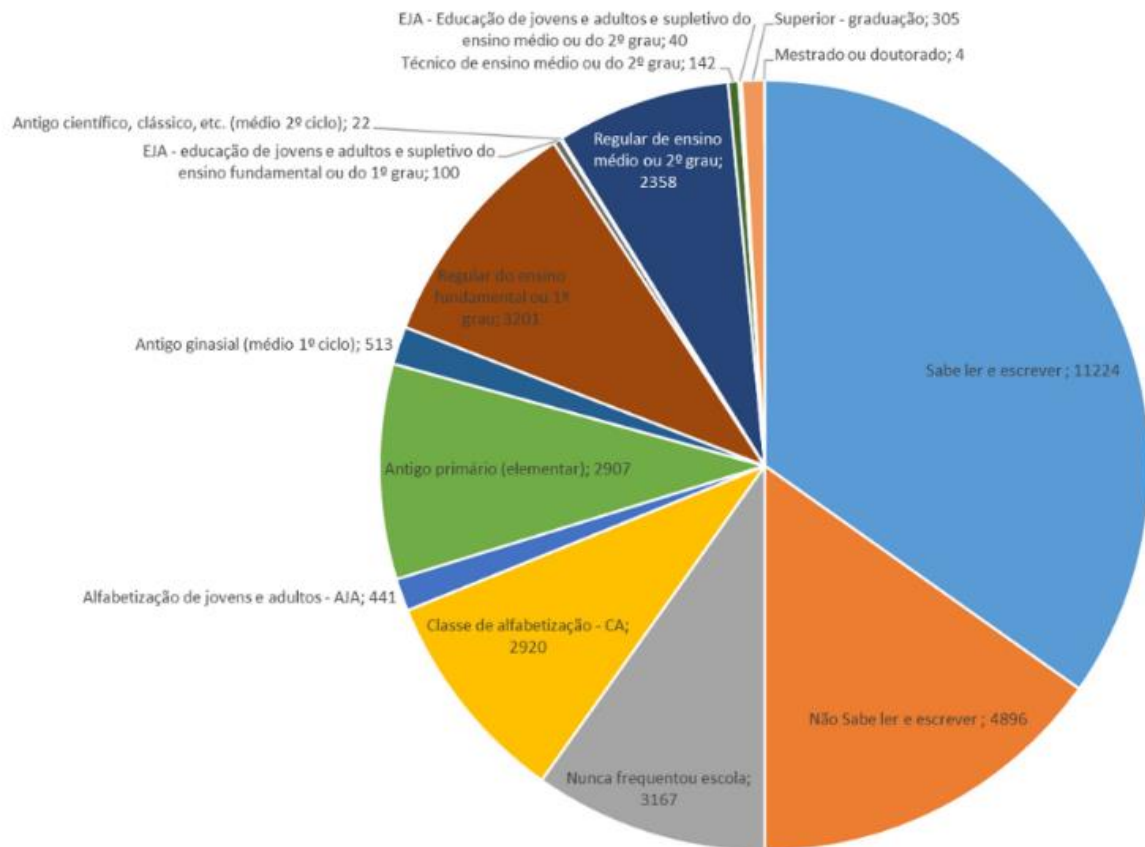
Figura 14 - Escolaridade dos agricultores familiares no Território da Cidadania Sertão do São Francisco – Bahia



Elaborado pela equipe do Projeto Estudos Estratégicos para as Cadeias de Valor da Reforma Agrária, 2024. Fonte: Censo Agropecuário, 2017

No território pernambucano a situação não é tão diferente, onde metade dos agricultores é analfabeta ou não possui educação formal (Figura 15), essa informação contrasta com os dados de escolarização e IDEB, que por exemplo, indicam altas taxas de escolarização no território:

Figura 15 - Escolaridade dos agricultores familiares no Território da Cidadania Sertão do São Francisco – Pernambuco



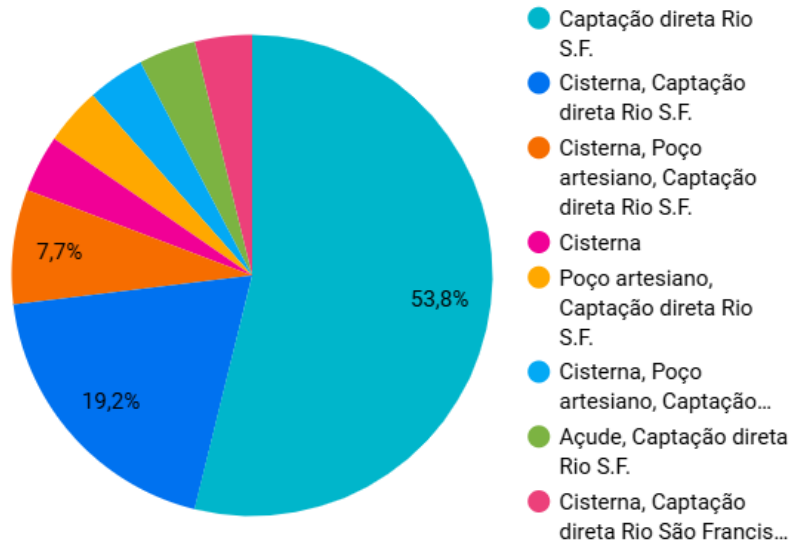
Elaborado pela equipe do Projeto Estudos Estratégicos para as Cadeias de Valor da Reforma Agrária, 2024. Fonte: Censo Agropecuário, 2017

O PTDS (2018) destaca, no território baiano, o problema da falta de fontes adequadas para armazenar água segura e de boa qualidade, essencial para o consumo humano, animal e para atividades produtivas, a gestão inadequada dos recursos hídricos disponíveis, as dificuldades de acesso e a concentração das estruturas de captação e armazenamento de água. No território pernambucano, Cavalcanti (*et al.*, 2014), aborda que a necessidade de água, tanto para garantir o consumo humano quanto para atender às demandas da agropecuária, representa um dos elementos fundamentais que moldam as estruturas sociais e direcionam as estratégias de vida e trabalho.

No que se refere ao abastecimento de água nos assentamentos estudados pelo Projeto Estudos Estratégicos para as Cadeias de Valor da Reforma Agrária, a pesquisa indica que 53,8% da água para consumo humano é captada diretamente do

Rio São Francisco, do que se depreende que é uma água bruta, sem qualquer tratamento (Figura 16):

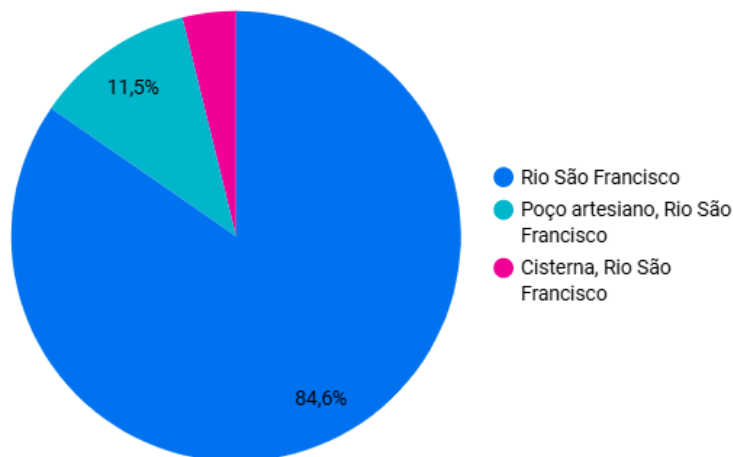
Figura 16 - Sistemas de abastecimento de água para consumo humano



Fonte: Projeto Estudos Estratégicos para as Cadeias de Valor da Reforma Agrária, 2024

Quanto ao abastecimento de água para produção (Figura 17), tem-se:

Figura 17 - Sistemas de abastecimento de água para a produção



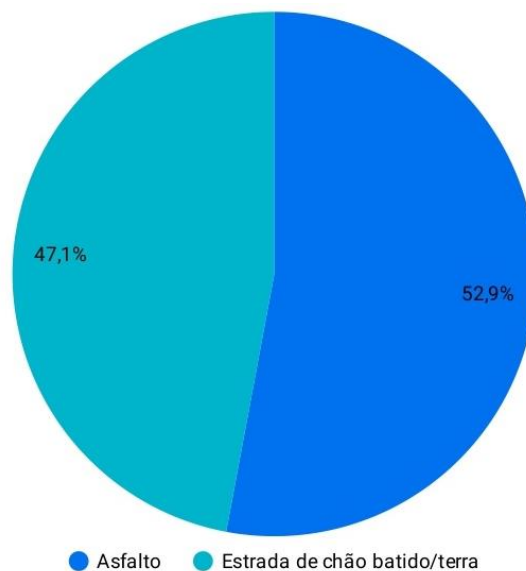
Fonte: Projeto Estudos Estratégicos para as Cadeias de Valor da Reforma Agrária, 2024

O(A) Entrevistado(a) 4 atenta para o fato de que a dificuldade e os custos de acesso à água para produção tem ligação direta com o volume produzido:

se você tem um conceito de agricultura familiar, aquela agricultura subsistência, dentro da área de irrigação, isso é uma coisa mais difícil de fazer, porque tudo é custo. Por exemplo, a água, tudo é produzido com o recurso da água, com a irrigação. Para você receber a água, tem uma estrutura toda de captação, de transporte, de entrega, que é coordenado por uma organização de produtores e tem custo. O agricultor vai ter que pagar. Então, para ele pagar aquilo, ele vai ter que ter uma produção condizente (Entrevistado(a) 4, AMA).

O Projeto Estudos Estratégicos para as Cadeias de Valor da Reforma Agrária também reuniu dados sobre as vias de acesso aos assentamentos que compreendem o estudo do projeto os quais apontam que a maior parte das vias são compostas de estrada de chão batido (52,9%) e apenas 47,1% são asfaltadas (Figura 18):

Figura 18 - Vias de acesso aos assentamentos



Fonte: Projeto Estudos Estratégicos para as Cadeias de Valor da Reforma Agrária, 2024

5.2 PRODUÇÃO DE FRUTAS NOS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA SERTÃO DO SÃO FRANCISCO – BAHIA E PERNAMBUCO

Antes de adentrar especificamente na produção de frutas nos Territórios da Cidadania Sertão do São Francisco – Bahia e Pernambuco, faz-se importante uma visão geral sobre a produção de frutas no Brasil, informações da Abrafrutas indicam

que nos últimos quatro anos o país faturou cerca de quatro trilhões de dólares exportando 207.751,61 toneladas de frutas (Tabela 2).

Tabela 2 - Visão parcial da exportação de frutas brasileiras

Ano	2021		2022	
	Valor (US\$)	Volume (Ton.)	Valor (US\$)	Volume (Ton.)
Banana	37.113.061,00	108.752,77	37.328.547,00	84.365,09
Coco	1.252.150,00	1.120,56	897.924,00	727,9
Goiaba	1.012.494,00	450,64	1.180.933,00	504,25
Laranja	953.321,00	3.558,17	358.260,00	359,97
Manga	248.738.685,00	27.560,17	205.916.948,00	231.364,43
Melão	165.078.655,00	257.902,95	156.381.340,00	222.354,96
Uva	159.615.801,00	76.631,34	113.998.836,00	52.593,47
Total	613.764.167,00	475.976,60	516.062.788,00	592.270,02
Ano	2023		2024	
	Valor (US\$)	Volume (Ton.)	Valor (US\$)	Volume (Ton.)
Banana	25.154.709,00	56.261,36	8.737.630,00	22.254,64
Coco	831.299,00	876,33	672.636,00	675,11
Goiaba	1.205.671,00	473,93	730.295,00	272,22
Laranja	1.201.160,00	473,93	730.295,00	272,22
Manga	312.006.362,00	266.098,45	127.723.275,00	80.259,63
Melão	189.112.168,00	228.166,97	75.464.182,00	99.067,23
Uva	178.819.481,00	73.501,79	14.055.442,00	5.025,01
Total	708.330.850,00	625.852,76	288.113.755,00	207.826,06

Elaborado por Feitosa, 2025. Fonte: Abrafrutas, 2024

Os países para onde as frutas brasileiras são enviadas são os mais diversos, chegando na Ásia, Europa, Américas do Sul e Norte, África e Oceania, em 2023 a Holanda recebeu o maior volume de frutas - 440.720,88 toneladas (Tabela 3):

Tabela 3 - Principais países destino da exportação de frutas brasileiras

País	Volume (Ton)	Valor (US\$)
Países Baixos (Holanda)	440.720,88	463.283.165,00
Reino Unido	174.450,53	198.788.049,00
Espanha	136.381,20	133.573.919,00
Estados Unidos	94.140,64	162.706.329,00
Argentina	40.351,34	40.507.898,00
Uruguai	33.816,33	33.054.404,00

Portugal	27.835,68	37.583.239,00
Canadá	23.715,01	30.093.063,00
Índia	13.757,74	12.031.165,00
Itália	10.772,54	11.190.526,00
Chile	9.966,72	8.445.926,00
Alemanha	9.542,91	14.486.004,00
Emirados Árabes Unidos	7.545,87	11.529.165,00
Bangladesh	6.692,12	5.2284.120,00
França	6.415,35	11.736.338,00
Irlanda	6.122,10	5.420.413,00
Bélgica	5.704,20	7.905.366,00
Paraguai	4.621,41	2.722.855,00
Austrália	2840,48	9.249.721,00
Arábia Saudita	2.101,07	2.576.187,00
Coreia do Sul	1800,4	7.099.12,00
Noruega	1.761,41	2.474.697,00
Porto Rico	1.649,50	2.200.406,00
África do Sul	1.579,57	2.154.710,00
Polônia	1.511,61	870.299,00
Bolívia	1.395,84	1.648.554,00
Egito	1.132,02	467.949,00
Suíça	1.108,30	2.439.853,00

Elaborado pela equipe do Projeto Estudos Estratégicos para as Cadeias de Valor da Reforma Agrária. Fonte: Abrafrutas, 2024

Em volume de frutas o estado brasileiro que liderava as exportações em 2023 era o Rio Grande do Norte, seguido de Pernambuco e Bahia (Tabela 4):

Tabela 4 - Exportação de frutas por estado em 2023

Estado	Volume (Ton)	Valor (US\$)
Pernambuco	202.461,37	294.560.843,00
Bahia	187.742,98	248.496.770,00
São Paulo	173.571,95	218.290.568,00
Rio Grande do Norte	263.734,39	197.418.914,00
Ceará	104.301,30	100.560.324,00
Rio Grande do Sul	44.200,89	38.119.515,00
Pará	11.335,15	34.967.363,00
Santa Catarina	46.596,24	31.909.505,00
Espírito Santo	19.511,44	27.611.795,00
Paraná	12.525,67	14.295.216,00

Minas Gerais	7.102,68	12.965.387,00
Paraíba	4.491,36	6.866.092,00
Amapá	1.641,91	4.929.786,00
Rio de Janeiro	1.350,55	2.657.007,00
Sergipe	2.044,00	2.277.783,00
Goiás	1.579,58	854.647,00
Alagoas	195,67	708.133,00
Maranhão	341,05	551.390,00
Mato Grosso do Sul	648,92	347.949,00
Amazonas	80,74	188.032,00
Roraima	65,3	111.929,00
Distrito Federal	62,9	59.694,00
Tocantins	60	6.384,00
Mato Grosso	0,14	1.430,00
Não declarada	21,23	26.202,00
Total	1.085.667,41	1.238.782.658,00

Elaborado pela equipe do Projeto Estudos Estratégicos para as Cadeias de Valor da Reforma Agrária. Fonte: Abrafrutas, 2024

A fruta mais exportada é a manga, com um volume de 266.098,45 tonelada no ano de 2023, seguida pelo melão com 228.166,97 toneladas (Tabela 5):

Tabela 5 - Frutas exportadas em 2023

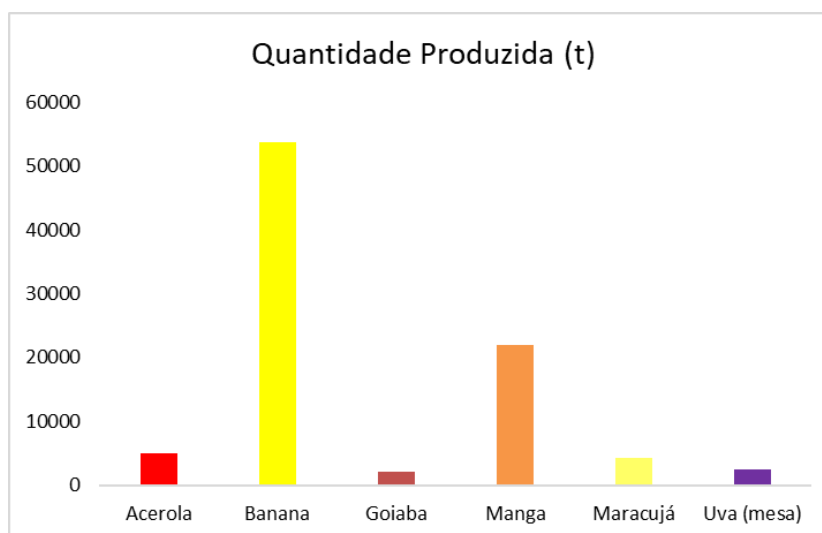
Fruta	Volume (Ton)	Valor (US\$)
Manga	266.098,45	312.006.362,00
Melão	228.166,97	189.112.168,00
Uva	73.501,79	178.819.481,00
Limão e Lima	166.619,20	172.328.360,00
Conservas e Preparações de frutas (excl. Sucos)	58.166,26	116.732.427,00
Melancia	114.226,81	74.555.800,00
Mamão	37.852,46	53.078.437,00
Abacate	26.164,72	39.025.043,00
Maçã	36.003,00	30.607.224,00
Banana	56.261,36	25.154.709,00
Outras frutas	8.577,33	24.542.179,00
Figo	1.819,23	8.604.311,00
Pêssego	3.951,60	5.519.771,00
Abacaxi	3.281,77	3.155.401,00
Goiaba	473,93	1.205.671,00
Laranja	2.556,22	1.201.160,00

Caqui	507,68	843.058,00
Coco	876,33	831.299,00
Morango	228,54	499.408,00
Pêra	114,19	292.743,00
Tangeriana, Mandarina, Satosuma frescas ou secas	127,1	262.610,00
Kiwi	49,74	210.543,00
Cereja	17,84	126.642,00
Pomelo	15,96	56.063,00
Ameixa	3,6	21.086,00
Damasco	0,59	10.719,00
Tâmara	1,18	10.488,00
Mangostão	3,58	9.348,00
Marmelo	0,02	89,00
Clementina	0,01	58,00
Total	1.085.667,41	1.238.782.658,00

Elaborado pela equipe do Projeto Estudos Estratégicos para as Cadeias de Valor da Reforma Agrária. Fonte: Abrafrutas, 2024

Ainda conforme a Abrafrutas (2023), no Nordeste predomina o cultivo da banana, seguido pela manga (Figura 19):

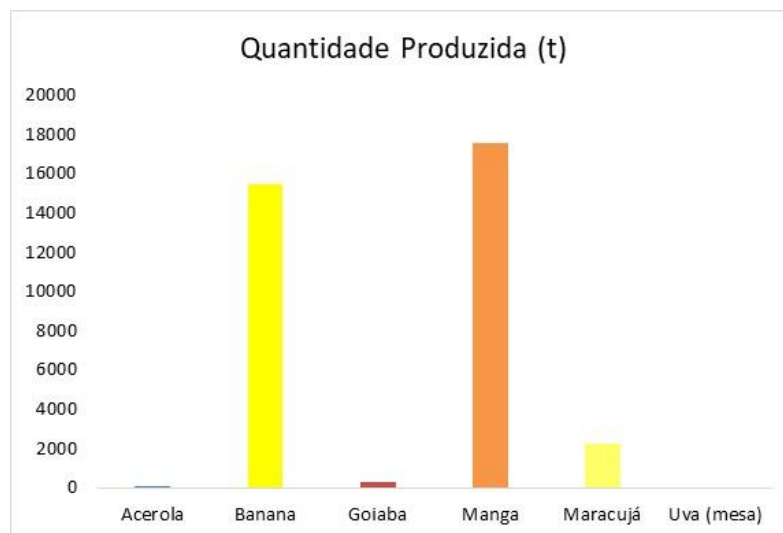
Figura 19 - Frutas produzidas no Nordeste



Elaborado pela equipe do Projeto Estudos Estratégicos para as Cadeias de Valor da Reforma Agrária. Fonte: Abrafrutas, 2024

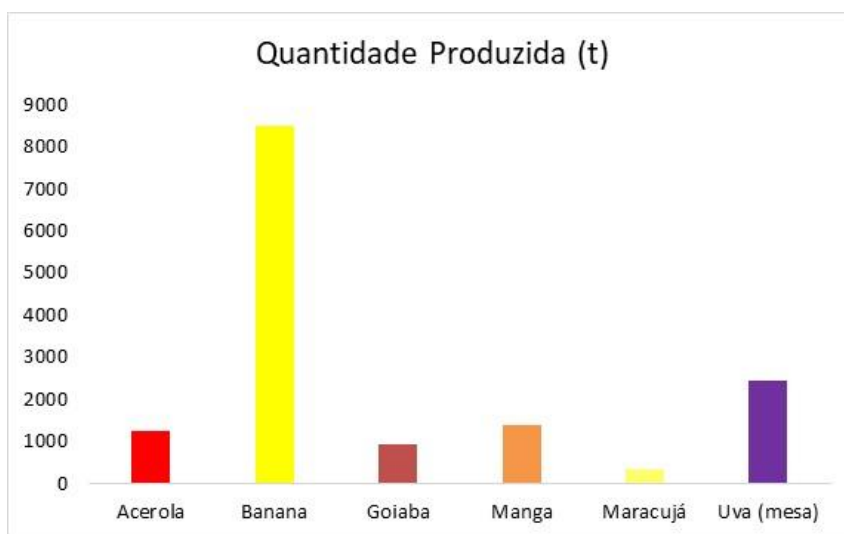
Na Bahia e em Pernambuco o predominam a produção de manga e banana, respectivamente (Figuras 20 e 21):

Figura 20 - Frutas produzidas na Bahia



Elaborado pela equipe do Projeto Estudos Estratégicos para as Cadeias de Valor da Reforma Agrária. Fonte: Abrafrutas, 2024

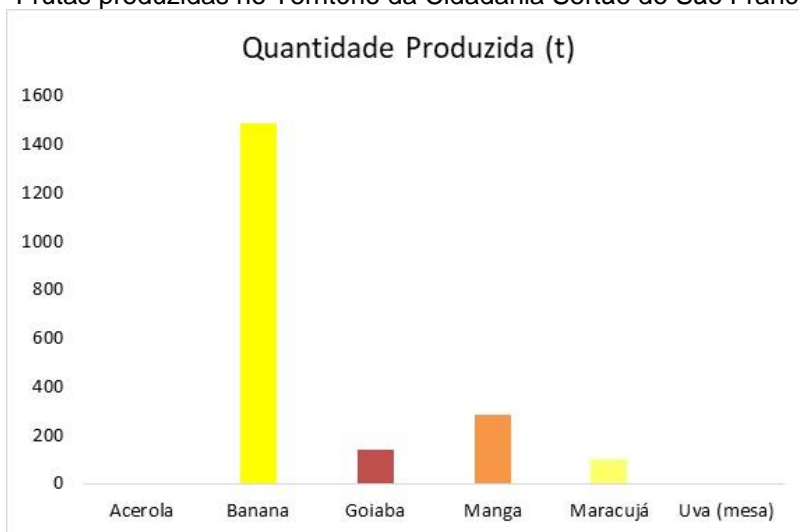
Figura 21 - Frutas produzidas em Pernambuco



Elaborado pela equipe do Projeto Estudos Estratégicos para as Cadeias de Valor da Reforma Agrária. Fonte: Abrafrutas, 2024

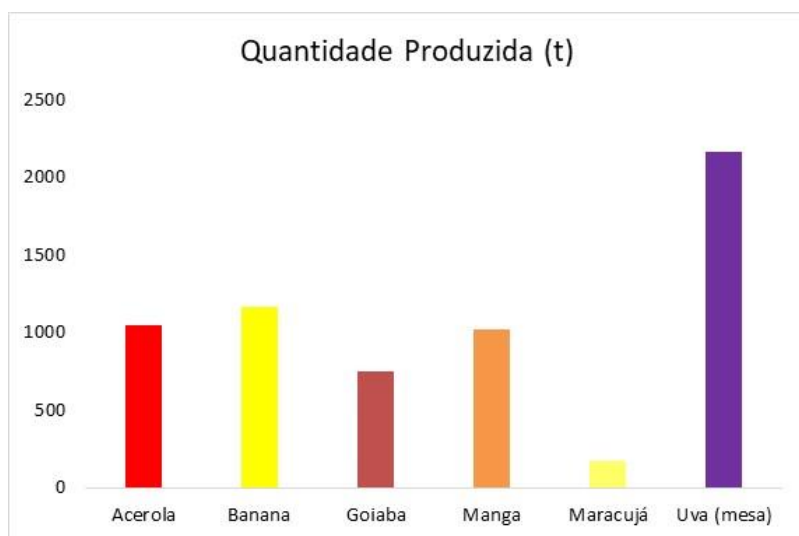
Nos Territórios da Cidadania Sertão do São Francisco, contrariando os dados por estado nos quais predominam a produção de banana em Pernambuco e de Manga na Bahia, no território baiano o predomínio é de banana (Figura 22) e no território pernambucano predomina a produção de uva (Figura 23):

Figura 22 - Frutas produzidas no Território da Cidadania Sertão do São Francisco – Bahia



Elaborado pela equipe do Projeto Estudos Estratégicos para as Cadeias de Valor da Reforma Agrária. Fonte: Abrafrutas, 2024

Figura 23 - Frutas produzidas no Território da Cidadania Sertão do São Francisco - Pernambuco



Elaborado pela equipe do Projeto Estudos Estratégicos para as Cadeias de Valor da Reforma Agrária. Fonte: Abrafrutas, 2024

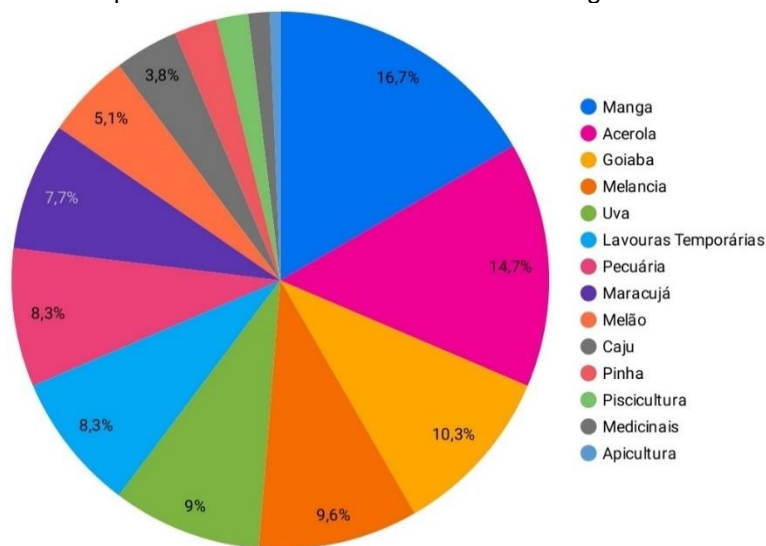
5.2.1 Produção de frutas nos assentamentos dos Territórios da Cidadania Sertão do São Francisco – Bahia e Pernambuco

De acordo com os dados da pesquisa sobre a Fruticultura nos assentamentos do Sertão do São Francisco – Bahia e Pernambuco produz-se, predominantemente,

manga, uva, acerola e goiaba, além de outras culturas em menor escala, como maracujá, pinha, caju, melancia. Destacam-se também as lavouras temporárias e outras atividades como pecuária, piscicultura, apicultura e o cultivo de plantas medicinais.

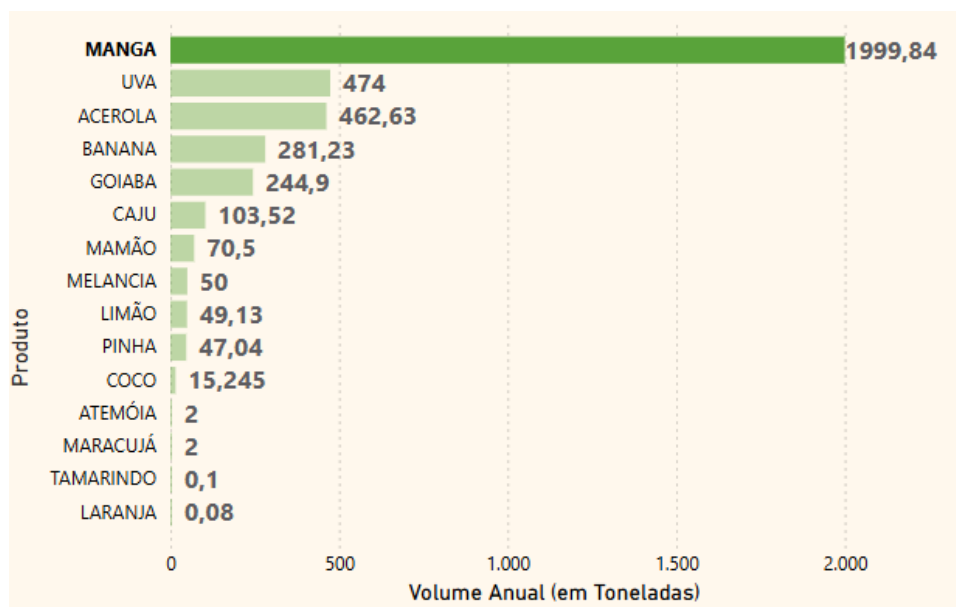
No que se refere exclusivamente à produção de frutas, nos assentamentos pesquisados pelo Projeto Estudos Estratégicos para as Cadeias de Valor da Reforma Agrária, a produção de manga, acerola e goiaba se destacam, com 17,8%, 15,8% e 11% da produção total, respectivamente (Figura 24), O volume da produção anual é bastante expressivo, com aproximadamente duas mil toneladas de manga, 474 toneladas de uva, seguido por 462 toneladas de acerola (Figura 25).

Figura 24 - Frutas produzidas nos assentamentos pesquisados pelo Projeto Estudos Estratégicos para as Cadeias de Valor da Reforma Agrária



Fonte: Projeto Estudos Estratégicos para as Cadeias de Valor da Reforma Agrária, 2024

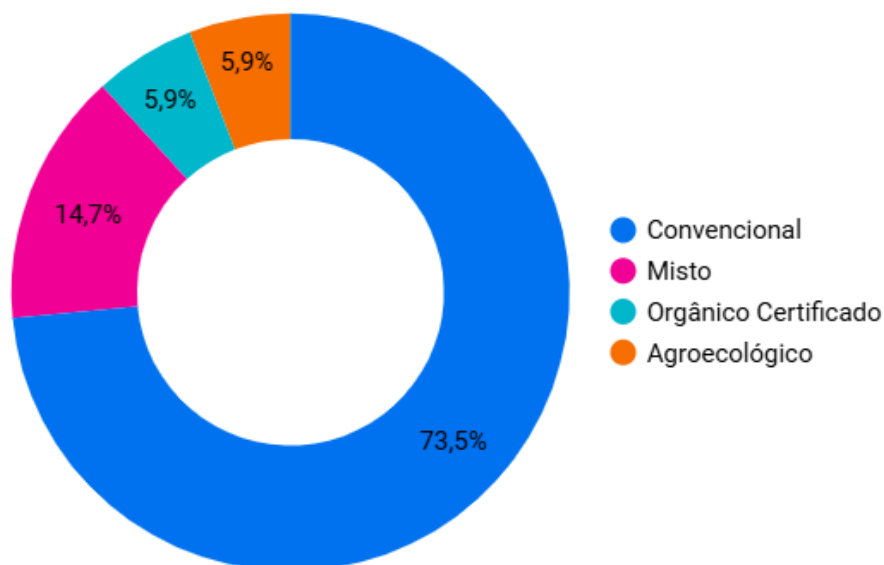
Figura 25 - Volume da produção nos assentamentos pesquisados pelo Projeto Estudos Estratégicos para as Cadeias de Valor da Reforma Agrária



Fonte: Projeto Estudos Estratégicos para as Cadeias de Valor da Reforma Agrária, 2024

Quanto ao sistema de produção, este é majoritariamente convencional, ou seja, predomina o uso de substâncias químicas, fertilizantes e agrotóxicos em seu manejo (Figura 26):

Figura 26 - Sistema de produção



Fonte: Projeto Estudos Estratégicos para as Cadeias de Valor da Reforma Agrária, 2024

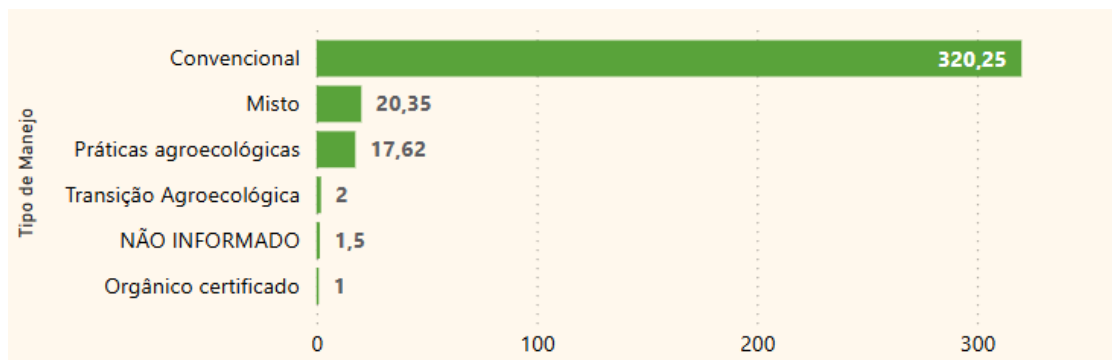
Sobre a produção convencional, o(a) Entrevistado(a) 6 aponta que

também depende, né? No caso do agronegócio, é diferente por conta dos agrotóxicos que são usados. Na agricultura familiar, não se usa, ou quando usa, é diferente. O agricultor familiar utiliza, em média, 60% a 70% menos agrotóxicos do que o agronegócio. Então, esse impacto é um fato importante para a questão da agricultura e do meio ambiente. É muito grande, e aí as pessoas falam muito da questão da agroecologia. Só que, para a agroecologia acontecer de fato, precisa-se não só falar ou fazer o trabalho que está sendo feito, mas também de um projeto financeiro para que as pessoas possam fazer a transição (Entrevistado(a) 6, Sintraf).

Aqui cabe lembrar o que traz Cocarello (2022), quando afirma que o desenho do sistema agrícola alimentar dominante tem levado a uma desconexão progressiva entre as fazendas e seus ecossistemas e comunidades locais, algo sem precedentes na história agrícola.

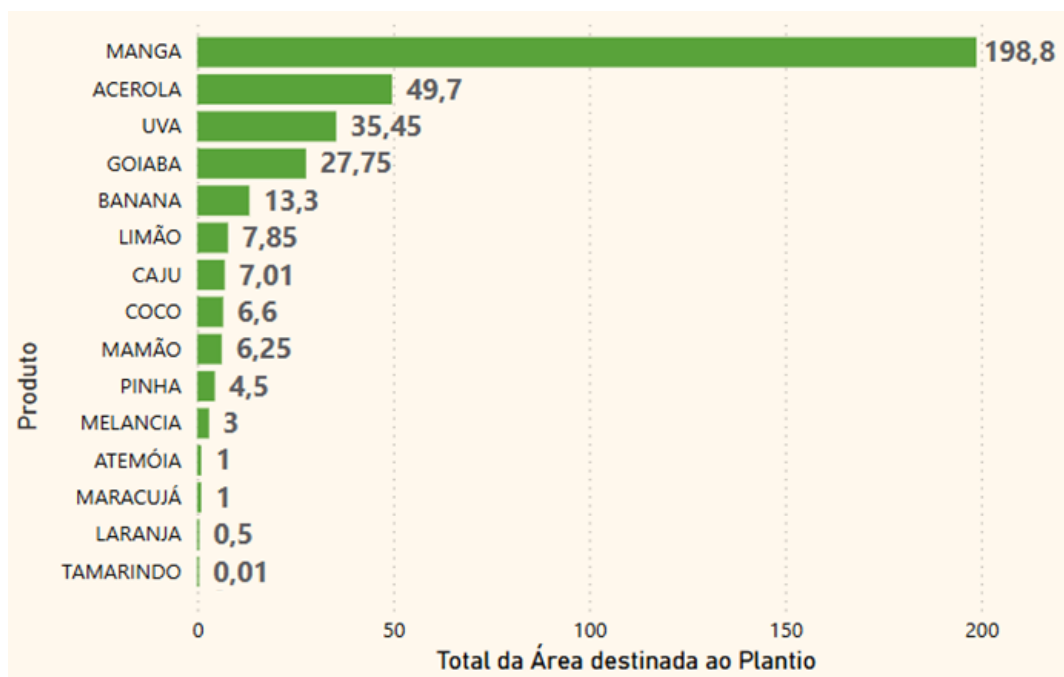
Ainda sobre o sistema de produção, o manejo convencional ocupa um total de 320,25ha da área dos assentamentos pesquisados e 198,8ha são utilizadas para produção de manga (Figuras 27 e 28):

Figura 27 - Área destinada ao plantio por tipo de manejo (em hectares)



Fonte: Projeto Estudos Estratégicos para as Cadeias de Valor da Reforma Agrária, 2024

Figura 28 - Área total destinada ao plantio por produto



Fonte: Projeto Estudos Estratégicos para as Cadeias de Valor da Reforma Agrária, 2024

Para Cavalcanti (et al, 2014), no contexto do Território de Cidadania Sertão do São Francisco - Pernambuco, os assentados buscam as políticas oferecidas e aprendem a negociação com autoridades e instituições com a finalidade de fazer valer suas reivindicações, também acionam políticas de apoio às atividades produtivas da agricultura familiar tais como o Pronaf A, o PAA e o Garantia Safra. O acesso às políticas sociais do governo, como o Bolsa Família e a aposentadoria rural, é amplo. Além disso, muitas pessoas participam de conselhos populares como o CMDRS e o PTC, e de programas como o Saberes da Terra.

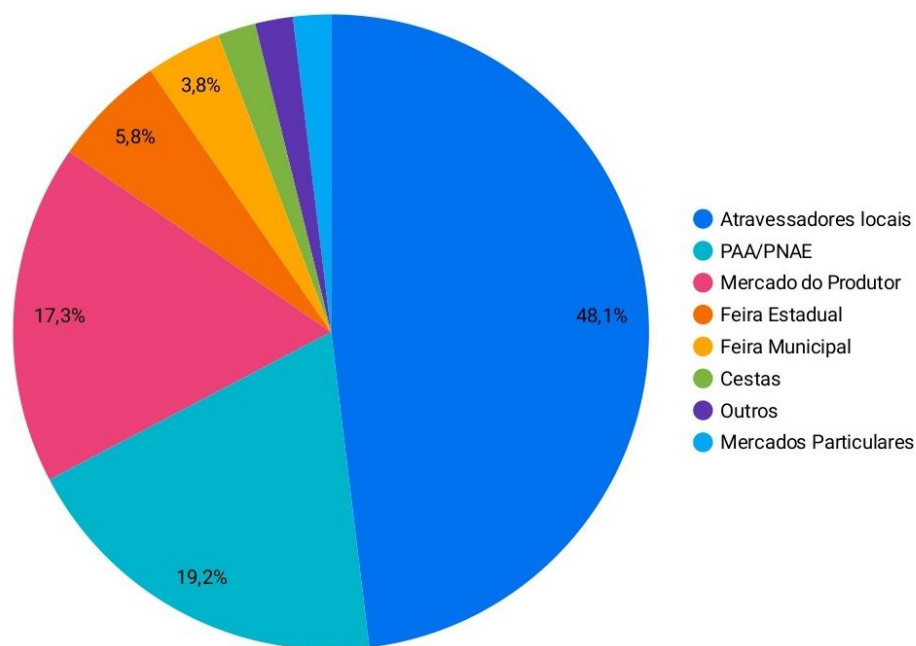
Sobre as políticas de apoio, a partir das entrevistas realizadas infere-se que estas não são de fácil acesso, uma vez que

A exemplo o Pronaf? Os bancos fazem todo ano quando é no mês de junho mais ou menos fazem aquela arruaça. Vai ser 6 milhões de reais aí para o agricultor total. E aí passa o ano todinho os agricultores fazem os projetos, mas não tem dinheiro” (Entrevistado(a) 6, Sintraf).

Leite (et al, 2004) destaca que os assentamentos são, apesar das dificuldades, áreas produtivas que garantem segurança alimentar e nutricional, em sua produção combinam subsistência e comercialização, introduzem novas culturas, diversificam a oferta de produtos no mercado local, além de buscarem fortalecer sua presença nos canais tradicionais de venda e de contribuir para a criação de novos canais e a instalação de agroindústrias.

Conforme a base de dados do levantamento realizado pelo Projeto Estudos Estratégicos para as Cadeias de Valor da Reforma Agrária, para comercializar tal produção, os canais de vendas mais acessados são as feiras municipais, feiras estaduais, os programas PAA/PNAE, Mercado do produtor e atravessadores locais (Figura 29), estes últimos correspondem ao maior canal, corroborando com o que traz Leite (et al, 2004), para os autores, embora as vendas de produtos por assentados sejam limitadas, elas impactam os mercados locais, eles mantêm canais de comercialização tradicionais, mas também podem criar novos, especialmente ao aumentar a produção e diversificar os cultivos, apesar disso, os atravessadores ainda possuem presença significativa, a comercialização para estes corresponde a aproximadamente dez milhões de reais por ano (Figura 30).

Figura 29 - Canais de comercialização acessados



Fonte: Projeto Estudos Estratégicos para as Cadeias de Valor da Reforma Agrária, 2024

Figura 30 - Faturamento anual dos assentamentos por canal de comercialização acessados



Fonte: Projeto Estudos Estratégicos para as Cadeias de Valor da Reforma Agrária, 2024

Conforme os relatórios do projeto, a comercialização ocorre por meio de assentados e pessoas de comunidades vizinhas, que realizam uma compra direcionada para um representante/atravessador (grifo nosso) que leva a produção para fora do estado, para Ceasas ou para mercados de grande porte, ou mesmo feiras locais em municípios do Estado de Pernambuco. Apesar do reconhecido mercado de exportação de frutas estabelecido na região, a maior parte da produção é destinada ao mercado interno, com raras experiências para mercado externo.

O(A) Entrevistado(a) 6 acrescenta que:

A agricultura familiar é aquela que abastece o mercado interno, pois o agricultor familiar não importa produtos. E, de fato, se não fosse pela agricultura familiar, nosso país estaria em dificuldade, já que o

agronegócio não ia deixar nada pro mercado interno. Nós, como agricultores familiares, somos responsáveis por abastecer supermercados, como os de Petrolina e Juazeiro, e nossos produtos são enviados para a CEASA, além de outros municípios e estados, como Recife, Aracaju, Salvador e Fortaleza. Esses produtos chegam a essas regiões por meio de atravessadores, que compram nas áreas irrigadas e distribuem para esses mercados. Agora tem uma questão: muitos dos nossos agricultores familiares, quando produzem manga, por exemplo, vendem o produto para atravessadores, que levam para packing houses. Lá, o produto passa por todo o processamento de exportação e recebe um selo, como se fosse ele que produziu, não aparece que foi produzido pela agricultura familiar (Entrevistado(a) 6, Sintraf).

Para Eid e Chiariello (2012), agricultores assentados costumam organizar-se em cooperativas e associações para fortalecer suas ações, garantindo dignidade e qualidade de vida, além de apoiar aqueles que ainda não conquistaram a posse da terra. Para esses autores, a produtividade da terra deve ser viabilizada sem seguir a lógica capitalista de busca incessante por excedentes, todavia a inserção no mercado torna-se inevitável, mas exige planejamento de demanda a curto, médio e longo prazo, além da articulação entre movimentos sociais nacionais e internacionais. Acrescentam que o cooperativismo e associativismo somado à diversificação da produção, possibilita aumento de renda, fluxo de caixa contínuo e redução da ociosidade da mão de obra nos assentamentos (Quadro 5).

Quadro 5 - Associações registradas na região e vinculadas aos assentamentos e que desenvolvem a fruticultura irrigada

Cooperativa ou Associação	CNPJ	Localização	Característica/atuação
Associação dos Agricultores Agricultoras e Familiares do Assentamento Fortaleza	08.744.489/0001-18	Petrolina/PE	Tem sua sede localizada no Sítio Piranha, Petrolina - PE. Seu foco principal de atuação é de atividades associativas e organização social. Fonte: https://www.econodata.com.br/consulta-empresa/08744489000118-ASSOCIACAO-DOS-AGRICULTORES-AGRICULTORAS-E-FAMILIARES-DO-

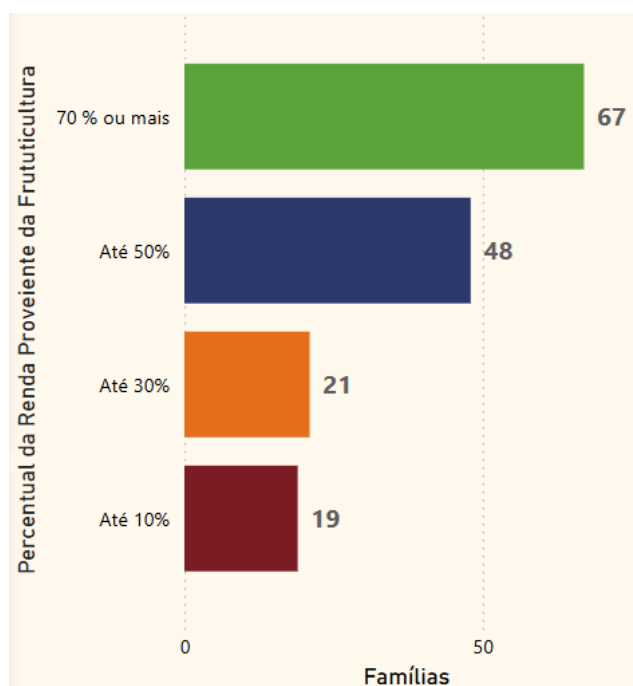
			ASSENTAMENTO-FORTALEZA#google_vignette
Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Primeiro de Maio	05.120.961/0001-53	Petrolina/PE	Seu foco principal de atuação é de atividades de associações de defesa de direitos sociais, de acordo com o código CNAE S-9430-8/00. Fonte: https://www.econodata.com.br/consulta-empresa/05120961000153-ASSOCIACAO-DOS-AGRICULTORES-FAMILIARES-DO-ASSENTAMENTO-PRIMEIRO-DE-MAIO
Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Mandacaru (AAFAM)	04.411.965/0001-28	Petrolina/PE	Seu foco principal de atuação é de Atividades de associações de defesa de direitos sociais, de acordo com o código CNAE S-9430-8/00. E vêm conseguindo acessar políticas públicas e comercializações no PNAE e PAA. Fonte: Sistemasweb.mda.gov.br
Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Terra da Liberdade	07.518.067/0001-61	Petrolina/PE	Seu foco principal de atuação é de Atividades de associações de defesa de direitos sociais. Fonte: https://www.econodata.com.br/consulta-empresa/07518067000161-ASSOCIACAO-DOS-AGRICULTORES-FAMILIARES-DO-ASSENTAMENTO-TERRA-DALIBERDADE

Fonte: Projeto Estudos Estratégicos para as Cadeias de Valor da Reforma Agrária, 2024

Nota-se que nos assentamentos da reforma agrária da região, predomina a criação e existência de associações, pois por meio delas acesso a canais de comercialização como PNAE e PAA é facilitado, ainda assim, considerando o número de assentamentos e a expressividade da produção, o número de associações é bastante reduzido.

Das famílias entrevistadas 67% delas têm 70% ou mais de suas rendas provenientes da fruticultura (Figura 31). Cavalcanti (*et al.*, 2014), traz que as políticas sociais de transferência de renda, especialmente a aposentadoria rural e o Programa Bolsa Família, atuam como um complemento aos recursos direcionados para a população rural, gerando impactos positivos que contribuem para a melhoria de sua qualidade de vida.

Figura 31 - Percentual da renda proveniente da Fruticultura familiar



Fonte: Projeto Estudos Estratégicos para as Cadeias de Valor da Reforma Agrária, 2024

Em contrapartida, segundo Brito (*et al.*, 2024) a partir do mapeamento de 38 empresas que atuam no ramo da fruticultura nos Petrolina, Lagoa Grande, Juazeiro e Casa Nova (Tabela 6), obteve-se a informação de que foi movimentado, em 2023, aproximadamente R\$ 1.184.350.000,00, este mapeamento apontou a ausência de interação direta das empresas com os assentamentos da região, além da dificuldade das famílias assentadas em alcançar protagonismo em experiências e iniciativas de comercialização por meio de sua inserção ou mesmo construção social de mercados.

Tabela 6 - Faturamento das maiores empresas de fruticultura dos territórios

Município	Empresa	Faturamento (milhões/R\$)
Juazeiro - BA	IBACEM Agrícola Comercio e Exportação LTDA	114,1
	JG Agrícola LTDA	62,0
	SPECIAL FRUIT LTDA	60,0
	GOLD FRUIT LTDA	9,0
	MULTI AGRO Vale do São Francisco LTDA	6,8
	Fazenda JR LTDA	6,0
	Stratus Natural do Fruto LTDA	4,8
	Fazenda Baranna LTDA	4,8
	UVALLE LTDA	4,8
	LL Frutas do Valle LTDA	4,5
Total		276,8
Casa Nova - BA	SWEET FRUITS Comercio Atacadista Paraíso II LTDA	378,4
	Rizoma Agrícola LTDA	32,0
	Território das Frutas Importação e Exportação LTDA	4,8
	Fazenda Santa Joana Cultivo de Frutas LTDA	3,0
	JC Frutas LTDA	0,6
	Sítio Mota Cultivo de Frutas LTDA	0,36
	Fazenda Império do Vale LTDA	0,36
	Oliveiras Frutas LTDA	0,36
	Jaguar Frutas LTDA	0,36
	Alho Casa Nova LTDA	0,36
Total		420,6
Sobradinho - BA	Fazenda GBT Exportação e Importação LTDA	4,8
	PROSPER Comércio Importação e Exportação LTDA	4,8
	Príncipe Pato Agro LTDA	1,2
	Sobradinho/BA JKS Agrícola LTDA	0,65
	Fazenda Life Fruits LTDA	0,65
	Master Agrobusiness LTDA	0,65
	Comércio de Frutas Nunes Silva LTDA	0,65
Total		13,4
Sento Sé - BA	Open Fruit Agrícola Importação e Exportação de frutas LTDA	11,5
	Flora e Frutos Agrícola LTDA	10,5
Total		22,0
Petrolina - PE	EBFT Empresa Brasileira de Frutas Tropicais LTDA	208,5
	Nacional Frutas	105,0
	Frutavi SA	62,4
	SWEET Fruits	16,6
	PG Frutas do Vale	10,0
	Direct Market Comercio de Frutas LTDA	9,4

	Latitude 9 Comercio Importação e Exportação de Frutas LTDA	7,5
	RCA Comercio de Frutas	6,0
	Nagripec	4,8
	BRISA Doce	4,8
Total		435,0
Lagoa Grande - PE	YBY Kuara Agrícola LTDA	15,5
	Fazenda Nicolini Produção e Comércio de Frutas LTDA	11,2
	O Dom da Fruta Carajás Agroindustrial LTDA	7,5
	Fazenda Tanino LTDA	4,8
	Fazenda Touriga Produção e Comércio de Frutas LTDA	3,0
	Porto do Sol Uva Manga	1,56
Total		51,95
Santa Maria da Boa Vista - PE	FARMFRUIT Produção e Comércio de Frutas LTDA	29,0
	Vitivinícola LTDA	14,2
	Fazenda Milano SA	9,5
	Agrofrutas Quinta dos Ferreiras LTDA	3,4
	Fazenda Agropart SA	3,0
Total		59,1
Orocó - PE	Mississippi Agrícola LTDA	1,45
	Nova Geração Agrícola LTDA	0,89
	Casa das Frutas LTDA	0,75
	Ferti Max LTDA	0,75
Total		3,84
Cabrobó - PE	Clorofila Agropecuária LTDA	2,7
	Gomes e Silva Agropecuária LTDA	0,5
	JR Comercialização de Frutas LTDA	0,5
Total		3,70
TOTAL GERAL		1286,39

Elaborado pela equipe do Projeto Estudos Estratégicos para as Cadeias de Valor da Reforma Agrária. Fonte: Econodata, 2024

5.2.2 Caracterização da Cadeia de Valor da fruticultura nos territórios e suas dinâmicas

Conforme Porter (1989), citado no item 2.3 deste estudo, a cadeia de valor é fundamental para o estabelecimento de estratégias que vão desde a redução de custos até o aumento da competitividade, além disso, Schneider (2016) traz que os agricultores interagem com os mercados de várias maneiras, tanto comprando insumos para plantio quanto contratando trabalhadores externos. Além disso, eles se

envolvem com outros mercados que fornecem informações e assistência técnica, e também utilizam intermediários, como bancos, para acessar o mercado de crédito.

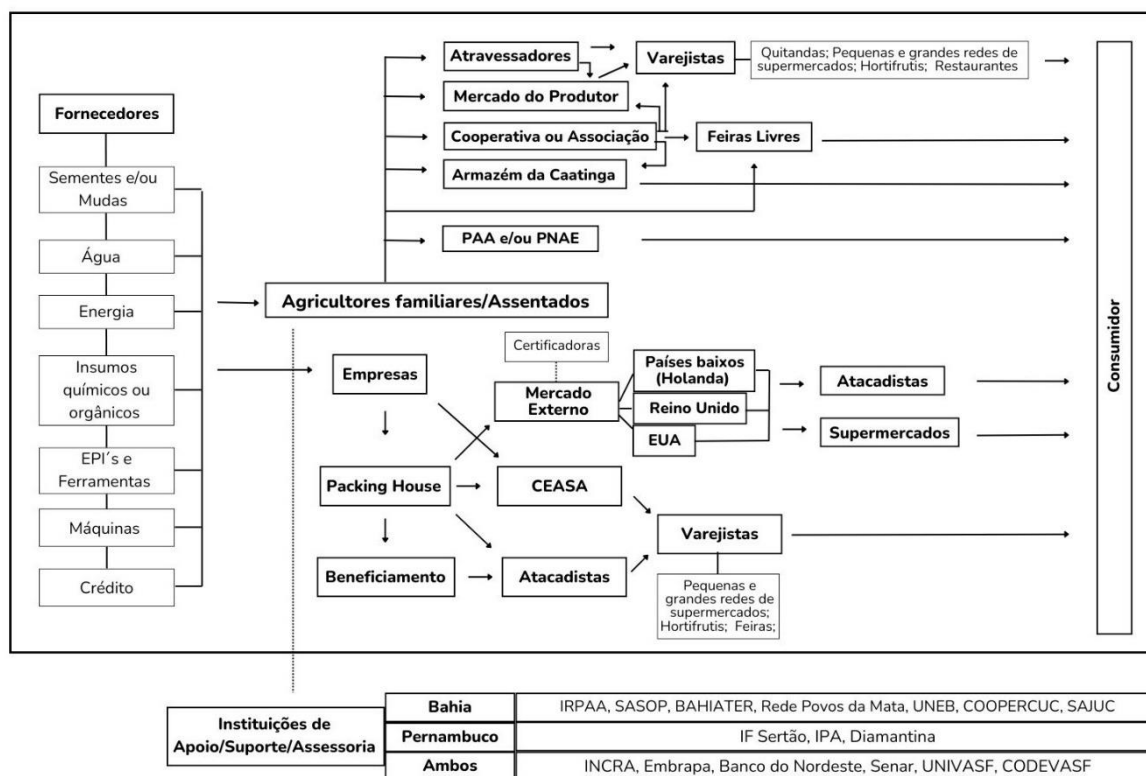
Essa teia de relações com mercado, assistência técnica, bancos, fornecedores, consumidores e etc., é a base que constitui a cadeia de valor da agricultura familiar e as entrevistas realizadas com alguns desses atores dão conta de como se estão postas essas relações.

As entrevistas realizadas indicam que:

- **Quanto a atividade desenvolvida:** variam desde capacitação técnica e extensão rural, beneficiamento de frutas, apoio técnico e orientação sobre legislação sanitária, controle de qualidade e padronização para permissionários e agricultores, implantação de projetos de irrigação, gestão de crédito e representação sindical. Todas as atividades têm relação direta ou indireta com o fortalecimento da agricultura familiar e na melhoria das condições de vida dos agricultores;
- **Quanto ao público atendido:** O público-alvo é majoritariamente composto por agricultores familiares, pequenos produtores e comunidades rurais. Em alguns casos, como no Mercado do Produtor e na Codevasf, o público também inclui grandes empresas e comerciantes.
- **Quanto às formas de interação:** A interação ocorre principalmente através de capacitações, atendimento técnico, comercialização de produtos, e apoio financeiro. A proximidade com os agricultores é uma característica comum, especialmente no caso do sindicato, do Banco do Nordeste e MST, onde há um contato frequente e direto com as comunidades rurais.

A equipe de pesquisadores do Projeto Estudos Estratégicos para as Cadeias de Valor da Reforma Agrária, com base em pesquisas bibliográficas e documentais, produziu um fluxograma (Figura 32), cujos atores da cadeia de valor da fruticultura são apresentados e o modo como estão dispostas as inter-relações entre eles.

Figura 32 - Fluxograma da Cadeia de Valor da Fruticultura nos Territórios da Cidadania Sertão do São Francisco - Bahia e Pernambuco



Fonte: Projeto Estudos Estratégicos para as Cadeias de Valor da Reforma Agrária, 2024

Os atores apresentados são fundamentais para o funcionamento e a sustentabilidade da cadeia de valor da fruticultura na região, que envolve desde os fornecedores de insumos até as instituições de apoio e os mercados consumidores, apesar disso, todavia é possível analisar por meio deste fluxograma que há o que se pode chamar de gargalos que podem representar entraves ou limitações para o acesso da agricultura familiar ao mercado convencional ou mesmo para a criação de novos mercados.

Assim, visualizamos os agricultores familiares como o coração deste fluxograma, já que a compreensão de suas relações com o mercado é ponto crucial desta pesquisa. E neste sentido, inicialmente é possível inferir que um dos gargalos da cadeia seja a presença predominante de uma rede de atravessadores, também chamados de corretores, que atuam no escoamento da produção. Embora, em algumas circunstâncias, esses intermediários possam facilitar o processo de

comercialização, eles também impedem que os agricultores familiares obtenham o lucro pleno de suas vendas. Conforme destacado pelo(a) Entrevistado(a) 3:

às vezes o corretor chega aí compra lá do agricultor, traz aqui e vende pro permissionário e ganha o seu percentual, né? Normalmente eles colocam em torno de 30% acima do que ele paga ao agricultor para fazer essa ponte, né? Mas volto a dizer, existem os casos de agricultores que comercializam os produtos que produzem (Entrevistado(a) 3, AMA).

Outro gargalo identificado é a falta de conexões diretas entre os agricultores familiares e pontos estratégicos da cadeia de valor, como os Packing Houses e unidades de beneficiamento. A fala do(a) Entrevistado(a) 2, representante da Cooperparaíso, ilustra essa questão:

vejo como ponto bem positivo o fato da chegada da agroindústria aqui também, porque a gente conseguiu fazer com que tenha um valor agregado naquilo que ele produzia enviava pro atravessador. Vendia ali no mercado, né? Que nós temos aqui o Ceasa e ficava nisso, mas agora não, agora eles conseguem, né? Toda a sua produção, tudo que foi produzido eles conseguem colocar aqui e com certeza ele se beneficiou ainda mais, né? Porque antes era somente atravessador, tudo na mão de atravessador e eu acredito que não era rentável, tanto quanto é agora (...) olha falando aqui da região, aqui de Sobradinho, mudou. Aqueles que são nossos vinculados, aqueles que conseguiram né? Acreditam no projeto estão junto com a gente, mudou completamente. Ainda tem pessoas que vendem, não vou dizer que foi total, ainda tem pessoas que vendem para atravessador. Mas dos nossos vinculados, das pessoas que têm, que tão ali com a gente. Todos têm melhorado (Entrevistado(a) 2, Cooperparaíso).

O mercado externo é dominado por grandes empresas que possuem certificações para exportação, como as destinadas a países como Holanda, Reino Unido e Estados Unidos. Essas certificações agregam valor ao produto e abrem portas para mercados internacionais, aumentando a rentabilidade. No entanto, o acesso a essas certificações ainda é um desafio para os pequenos agricultores familiares.

As instituições de apoio, suporte e assessoria podem desempenhar um papel vital no fortalecimento dessa cadeia. Na Bahia, organizações como o IPPAA, SASOP, BAHIATER, Rede Povos da Mata, UNEB, COOPERCUC e SAUJC oferecem suporte técnico, capacitação e assistência aos agricultores. Em Pernambuco, o IF Sertão, IPA e Diamantina são algumas das instituições que contribuem para o desenvolvimento agrícola da região. Além disso, instituições que atuam em ambos os estados, como o INCRA, Embrapa, Banco do Nordeste, Senar, UNIVASF e CODEVASF, fornecem recursos, pesquisa e políticas públicas que sustentam e impulsionam a agricultura familiar.

5.2.3 Limitações, potencialidades da fruticultura e agricultura familiar e seus impactos para o meio ambiente

Os(As) entrevistado(as) foram indagados sobre os impactos da fruticultura na região e qual a participação da agricultura familiar neste cenário e suas respostas apresentaram tanto congruências quanto divergências. Todos os(as) entrevistados(as) concordaram que a fruticultura gera emprego e renda para as famílias da região, mencionando que a fruticultura é uma importante fonte de renda e emprego, tanto formal quanto informal, além disso, a fruticultura é vista como uma atividade que agrega valor aos produtos, permitindo a produção de subprodutos como sucos, doces e geleias:

os impactos da fruticultura na região é principalmente de geração de emprego e renda para as famílias, para as pessoas e também principalmente de agregação de valor, o que impacta diretamente na economia, porque a partir da diversidade de frutos dá para se produzir a infinidade de outros produtos ou subprodutos, desde o suco, desde a polpa comercial, desde doces e a participação da agricultura familiar, ela é no intuito de que mesmo produzindo as suas propriedades, essas famílias conseguem ter maior diversidade. Produzir com menor impacto possível, comparado à forma de produção em grandes escalas comerciais. Então, são esses agricultores, agricultoras e agricultora familiar que têm essa participação e que, inclusive, é quem mais diversifica essa questão da fruticultura, não só do produto in natura para exportação, mas também dos subprodutos de geleia, de doces e sucos, enfim, é quem mais introduz essas alternativas, essa diversidade de alternativas a partir da fruticultura na região (Entrevistado(a) 1, MST).

Além disso, destacaram que a agricultura familiar é crucial para o abastecimento do mercado interno, fornecendo produtos para supermercados e CEASA. Mencionando, também, que os agricultores familiares enfrentam desafios, como a venda de produtos para atravessadores, que muitas vezes não reconhecem a origem familiar dos produtos e concordaram que a fruticultura tem um impacto positivo na economia regional, impulsionando o comércio, serviços e até o setor imobiliário, conforme o(a) entrevistado(a) 5

os impactos são sentidos em todos os aspectos, desde a geração de empregos formais e informais na região, passando pelo boom imobiliário, crescimento do setor de comércio e serviços, aumento da massa salarial, atração de novos investimentos, entre outros. A participação da agricultura familiar ainda é modesta, falo da percepção que temos enquanto sociedade. No entanto, somente em 2024 cerca de R\$ 72 milhões foram liberados pelo Banco do Nordeste através de operações de crédito para a agricultura familiar, representando pouco mais de 20% do valor total liberado na região (Juazeiro, Uauá, Curaçá, Sento Sé, Sobradinho)” (Entrevistado(a) 5, BNB).

Questionados sobre as potencialidades da fruticultura na região e as potencialidades da agricultura familiar neste cenário, os(as) entrevistado(as) destacam a importância dos recursos hídricos e da qualidade do solo para a fruticultura, enfatizando que os solos são ricos nutricionalmente e adequados para a exploração agrícola, além do clima da região permite a produção de frutas praticamente o ano todo, especialmente com o uso de irrigação.

A expansão e introdução de novas culturas também representa um potencial a ser explorado, segundo os(as) entrevistados(as), tais como as culturas da pitaya e a maçã e destacaram que os agricultores familiares têm um cuidado maior com o solo e os recursos hídricos, praticando técnicas conservacionistas e agroecológicas:

...as potencialidades junto à agricultura familiar é que aliada à questão da irrigação dos solos e qualidade, é que esses agricultores familiares é que conseguem ter uma maior conservação e manutenção da

fertilidade desses solos. Então, a agricultura familiar, por ser pequenas propriedades, os agricultores têm esse cuidado maior. Com o solo, com os recursos hídricos e principalmente aliando a questão das práticas conservacionistas do solo, da água, atrelado à questão da agroecologia principalmente. Então é um pouco disso, como potencialidade, aquilo que a gente tem, além do solo e da água, a questão também do clima que nos favorece, que dá para produzir frutas praticamente o ano todo. Então nessa região semi-árida, quando se tem atrelada à questão da irrigação, com o potencial mineral que os solos têm, a gente consegue produzir praticamente o ano inteiro uma diversidade imensa de frutas (Entrevistado(a) 1, MST).

Além disso, destacam que um cenário mais cooperativo e inclusivo poderia ampliar a capacidade de negociação e os ganhos dos agricultores familiares, gerando mais renda e riqueza local

Na agricultura familiar, percebemos um grande potencial ainda a ser explorado, principalmente no que tange à comercialização dos seus produtos. Talvez um cenário mais cooperativo, mais inclusivo, pudesse ampliar a capacidade de negociação e de ganhos para os agricultores familiares, gerando mais renda e riqueza local, pois sabemos que boa parte dos recursos oriundos de exportação são evadidos da região ou concentrados em pequena parte da população local. Enquanto Banco de Desenvolvimento Regional, o BNB atua junto aos diversos atores regionais no sentido de ampliar a presença da agricultura familiar, financiando as atividades produtivas, quer seja implantação ou manutenção de culturas agrícolas, maior tecnologia no campo, entre outros (Entrevistado(a) 5, BNB).

Os(as) entrevistado(as) mencionaram ainda, como um potencial, a presença de empresas de pesquisa e o uso de tecnologia, como placas fotovoltaicas e sistemas de irrigação eficientes, como fatores que impulsionam a fruticultura na região, assim, para o(a) entrevistado(a) 3:

tem toda essa importância da pesquisa e da Embrapa, que tem feito muito isso, né? A Univasf acho que também pode ajudar muito nesse sentido, de poder trazer e abrir outras opções, que a gente fica hoje naquele binômio de manga e uva, uva e goiaba, enfim! (Entrevistado(a) 3, AMA).

Após tratar sobre as potencialidades, os(as) entrevistados foram convocados(as) a pensar nas limitações da fruticultura e mais uma vez sobre as limitações da agricultura familiar nesse cenário, e assim, destacaram que, no caso da agricultura familiar um fato limitante é o acesso ao crédito, mencionaram que os agricultores familiares têm dificuldades em justificar o acesso aos créditos junto aos agentes financeiros e que enfrentam problemas com a burocracia e a demora na liberação de recursos, como no caso do PRONAF. Um dos(as) entrevistados(as) traz, inclusive, uma perspectiva mais pessoal, relatando sua própria experiência como produtor e as dificuldades que enfrentou para acessar crédito e ocupar seu lote, todavia, o(a) entrevistado(a) 5, traz que as limitações são

meramente legais, devido à necessidade de licenças para uso da água e também pela limitação no uso das áreas produtivas, pela questão da preservação de reserva legal. As terras são altamente produtivas e o clima permite uma produção bem diferenciada quando se comparam outras regiões, não à toa a maior parte da uva e manga exportadas do Brasil são provenientes do Vale do São Francisco. Enquanto BNB, não sentimos dificuldades em apoiar financeiramente as atividades de fruticultura irrigada, sendo demandados espontaneamente. Já a agricultura familiar possui limitações de acesso às documentações, risco de crédito em comunidades e regiões, dificultando o acesso aos financiamentos pela cultura ainda presente de inadimplência e desvio de crédito (Entrevistado(a) 5, BNB).

Há consenso sobre a falta de assistência técnica especializada e continuada, o que se apresenta como uma limitação significativa, chamando a atenção para a necessidade de uma política de assistência técnica voltada para a agroecologia e lamentaram a extinção das equipes de extensão rural que antes ofereciam suporte técnico e gerencial aos agricultores:

infelizmente a extensão foi praticamente extinta aqui, eu acho que no Brasil como um todo. A época que a gente tinha extensão rural aqui, foi na gestão passada de Dilma e Lula, foram as últimas que teve ainda aqui na nossa região. Depois de lá para cá acabou. Mas tinha as equipes de extensão rural com agrônomo, técnicos agrícolas tinham,

assistentes sociais, era uma equipe multidisciplinar muito qualificada mesmo. Dava todo esse suporte para o agricultor. Então a limitação não só o dinheiro não, porque a extensão é importante, porque ela não pegava o dinheiro na mão, ela fazia os projetos, mas ela acompanhava, não só na parte de produção, mas na parte de gestão, a gente tinha os profissionais de economia que ajudavam a administrar aquele valor da melhor forma, da forma mais racional. Como fazer administração dentro da sua empresa de forma mais racional, aproveitar os insumos de forma racional, a mão de obra de forma racional, esse é o grande papel da extensão, né? (Entrevistado(a) 3, AMA).

Outra limitação apontada é a distância dos centros de escoamento e a falta de infraestrutura logística que acabam por encarecer o frete e dificultam a comercialização dos produtos, conforme aponta o(a) Entrevistado(a) 2,

nós temos limitações na nossa região. Se eu for pensar aqui, acho que uma das principais limitações está na questão de vendas, principalmente por ser uma região distante das capitais, como Petrolina, Juazeiro e Sobradinho. Essa distância acaba limitando o escoamento e encarecendo o frete. A logística, nesse sentido, é uma das principais limitações que eu vejo (Entrevistado(a) 2 - Cooperparaíso).

Após apontar as limitações, os(as) entrevistados(as) foram convidados(as) a pensar e sugerir maneiras de vencer as limitações apontadas, assim, apontaram para a importância de políticas públicas específicas e assistência técnica contínua, a necessidade política que dialoguem com a realidade dos agricultores familiares, incluindo acesso a créditos, tecnologias adaptadas e infraestrutura, mencionando também a importância da capacitação técnica e do crédito (especialmente microcrédito) como motor de transformação nas comunidades rurais. Destacaram a importância das associações e das organizações coletivas:

os agricultores familiares, uma vez que eles estão sós é mais difícil, mas uma vez que você se associa, uma vez que você se vincula a uma associação, a uma agroindústria, algo desse tipo fica mais fácil, coletivo fica mais fácil ser alcançado, né? Acredito que sozinho é mais

difícil, mas quando você se associa... até mesmo ali da sua própria comunidade, né? Deve ter algum representante (Entrevistado(a) 2, Cooperparaíso).

Questionados sobre os impactos da fruticultura sobre o meio ambiente, concordaram que o uso de agrotóxicos é um dos principais impactos negativos da fruticultura, especialmente em grandes fazendas. Eles destacam que o uso indiscriminado ou excessivo de agrotóxicos pode causar danos ao meio ambiente e à saúde humana, destacando a dificuldade de manter a produção orgânica devido à contaminação por agrotóxicos de propriedades vizinhas, o que é um problema comum na região.

Além disso, sugeriram que o uso inadequado da água na irrigação é um problema significativo, neste sentido, a falta de orientação sobre a quantidade correta de água a ser usada em diferentes fases da cultura emerge fator desencadeador do mau uso da água e enfatizaram a importância de um manejo racional da irrigação para evitar o desperdício e a degradação do solo, todavia, sugeriram que os impactos ambientais são menores nas áreas de assentamento (agricultura familiar) em comparação com as grandes empresas.

Como solução chegaram a apontar para a transição agroecológica, porém, a adoção dessas práticas demandaria, segundo os(as) entrevistados(as), um projeto financeiro e políticas públicas que apoiassem os agricultores durante a transição:

aí as pessoas falam muito da questão da agroecologia. Só que agroecologia para ela acontecer de fato precisa-se não só de falar, não só de fazer o trabalho que está sendo feito, mas precisa-se de um projeto financeiro para que as pessoas possam fazer o inverso, a transição. Porque eu sempre bato nessa tecla, as pessoas elas vão fazer tem que fazer certo, beleza? Vamos fazer! Agora o agricultor que tá lá na sua área convencional desde o início, né? que produz cem por cento do seu fruto no convencional. Para fazer essa transição, ela vai parar por um período longo. E aí esse agricultor vai sobreviver de que durante essa transição? Então as pessoas quando se fala da agroecologia, eu não sou contra sou totalmente a favor, inclusive Petrolina tem a lei da agroecologia que foi criada pelo conhecimento

do próprio sindicato. Nós temos a lei da Agricultura Familiar aprovada, primeiro Município de Pernambuco com a lei aprovada da agroecologia é Petrolina, mas não se pode botar em prática porque não tem um projeto inteiro que possa ajudar os agricultores nesse projeto, porque não adianta a gente colocar o agricultor para fazer isso se ele não tivesse como sobreviver, ele não vai conseguir pagar suas contas durante o período da transição (Entrevistado(a) 6, Sintraf).

Outro(a) dos(as) entrevistados(as) expressou uma visão mais crítica sobre o desenvolvimento e a industrialização, argumentando que o crescimento rápido das regiões agrícolas muitas vezes não é acompanhado por medidas adequadas de saneamento e proteção ambiental e sugeriu que o desenvolvimento impõe práticas insustentáveis, como o uso excessivo de agrotóxicos:

Você sabe que a gente trabalha muito com defensivo agrícola, né? Isso aí requer um estudo específico sobre essa situação, a qualidade dos produtos. Na hora que você pega, por exemplo, uma área produtiva, 25 mil hectares, de 50 mil hectares, quanto de produto você está aplicando e em qual o nível de toxicidade desses produtos? E como isso pode influenciar a população? É muito difícil. É muito difícil porque o desenvolvimento é que impõe essas coisas (...) até porque as indústrias sobrevivem disso e elas fazem questão de jogar produto aí no mundo. De criar um problema. Elas existem para ofertarem a solução (Entrevistado(a) 4, Codevasf).

Tal afirmação coaduna com o que Ploeg (2008) traz no que diz respeito à dominação dos impérios sobre as comunidades produtoras, impondo sua ordem produtiva sob o pretexto do desenvolvimento.

Considerando as respostas apontadas pelos(as) entrevistados(as) sobre as potencialidades e limitações da fruticultura na região, percebe-se em seus discursos uma unanimidade sobre o impacto significativo da fruticultura na economia local, ao gerar emprego e renda, além da diversificação produtiva, com a agricultura familiar desempenhando um papel crucial na valorização de produtos e na adoção de práticas mais sustentáveis, apesar do predomínio de um sistema de produção convencional. Porém, desafios como acesso ao crédito, assistência técnica limitada e infraestrutura

deficiente ainda restringem seu potencial pleno. Apesar dessas dificuldades, há perspectivas promissoras, caso ocorra a ampliação da cooperação entre agricultores, o apoio para a transição agroecológica e o uso de tecnologias inovadoras.

5.2.4 Produto final

O produto técnico originário desta pesquisa, de seus resultados e discussões configura-se em um Relatório Técnico, que conforme orientações do Grupo de Trabalho Produtos Técnicos da Capes, compreende um texto elaborado de maneira concisa, contendo informações sobre um projeto ou atividade realizada, contendo desde o seu planejamento até suas conclusões.

Considerou-se, assim, a relevância da pesquisa no cenário socioeconômico para a fruticultura dos Territórios da Cidadania Sertão do São Francisco - Bahia e Pernambuco, especialmente para o fortalecimento e subsidiação de ações junto à fruticultura de assentamentos de reforma agrária.

O relatório técnico foi elaborado a partir dos resultados da dissertação tem como principal objetivo analisar e apresentar a influência do ambiente institucional sobre a cadeia de valor da fruticultura nos Territórios da Cidadania Sertão do São Francisco - Bahia e Pernambuco, com foco no impacto socioeconômico para os assentamentos de reforma agrária. A intenção do documento é fornecer uma visão detalhada sobre as interações entre os diferentes atores da cadeia produtiva, os desafios enfrentados pelos agricultores familiares e as oportunidades para fortalecer sua inserção no mercado.

Como público alvo espera-se alcançar instituições governamentais e formuladores de políticas públicas; organizações da sociedade civil e cooperativas; instituições acadêmicas e pesquisadores; e agricultores familiares e representantes de associações. Além de subsidiar ações futuras do Projeto Estudos Estratégicos para as Cadeias da Reforma Agrária.

Espera-se, com o relatório técnico, contribuir para um melhor entendimento da dinâmica socioeconômica da fruticultura na região, incentivando ações que ampliem

a participação dos assentamentos na cadeia de valor e promovam políticas públicas mais alinhadas às suas necessidades.

A apresentação final do relatório técnico priorizou uma linguagem objetiva e acessível, permitindo que os diferentes públicos possam compreender as análises. O documento inclui gráficos, tabelas e fluxogramas para ilustrar as relações entre os atores da cadeia de valor e os desafios identificados, destacando informações como volume de produção, área de produção, tipos de frutas produzidas, formas de manejo e mercados acessados.

Dessa forma, o relatório técnico se estabelece como um instrumento estratégico para orientar ações voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar e à construção de um ambiente institucional mais favorável ao desenvolvimento socioeconômico dos assentamentos de reforma agrária na região.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo objetivou realizar uma análise do ambiente institucional da cadeia de valor da fruticultura nos Territórios da Cidadania do Sertão do São Francisco - Bahia e Pernambuco, a fim de compreender suas implicações para o desenvolvimento socioeconômico dos assentamentos de reforma agrária. A pesquisa partiu da constatação de que, apesar da relevância econômica da fruticultura irrigada na região, a participação da agricultura familiar nesse setor é limitada e pouco explorada na literatura.

No que diz respeito ao campo de estudo, esta pesquisa avançou ao oferecer um panorama sobre a participação da agricultura familiar na fruticultura irrigada dos Territórios de Cidadania do Sertão do São Francisco. Ao mapear os atores e os elos da cadeia de valor, evidenciou-se que, embora os assentamentos de reforma agrária desempenhem um papel produtivo relevante, sua participação é frequentemente mediada por atravessadores e limitada pela dificuldade de acesso a crédito, assistência técnica e mercados mais rentáveis. Assim, a pesquisa demonstrou que a

inclusão da agricultura familiar no setor exige não apenas melhorias produtivas, mas também transformações estruturais nas relações institucionais e comerciais.

No que se refere à pergunta de pesquisa, que buscava responder qual a influência do ambiente institucional da cadeia de valor da fruticultura nos territórios da cidadania do Sertão do São Francisco nos estados da Bahia e Pernambuco e sua relação com desenvolvimento socioeconômico dos assentamentos de reforma agrária, considera-se que os modelos dominantes de produção bem como o de comercialização possuem um impacto direto sobre os assentamentos, uma vez que conforme Bastos (2006), o ambiente institucional constitui-se de interação contínua, em que atores e instituições.

Ao observarmos, por exemplo, as frutas mais produzidas pelos assentamentos percebe-se que, para além do potencial produtivo há o domínio do mercado local, consagrado como maior exportador de manga do país, o que exerce influência direta sobre a diversificação das frutas produzidas. Produz-se, então, o que possui maior fatia e garantia de ser absorvido pelo mercado dominante. Pelo mesmo motivo, predomina o sistema de produção convencional em detrimento dos orgânicos ou agroecológicos.

Além da contribuição acadêmica, este estudo trouxe implicações práticas relevantes. No âmbito social, os resultados podem subsidiar ações para fortalecer a organização dos agricultores familiares de modo a promover uma maior autonomia produtiva e comercial. No campo gerencial, os resultados podem orientar cooperativas, associações e agentes públicos na formulação de estratégias para melhorar o acesso dos assentamentos a mercados diferenciados, com base no beneficiamento do produto, e melhorar o acesso a programas institucionais como o PAA e o PNAE. Já na esfera política, os dados fornecem informações para a elaboração de políticas públicas mais eficazes na inclusão da agricultura familiar na cadeia de valor da fruticultura, considerando as especificidades dos territórios.

O fortalecimento da agricultura familiar camponesa na cadeia de valor da fruticultura exige a implementação de estratégias integradas, que considerem tanto os

desafios produtivos quanto os estruturais e institucionais. A criação de políticas públicas externas para o incentivo à comercialização direta, por meio de circuitos curtos de comercialização, a capacitação dos agricultores em gestão e inovação tecnológica, além do aprimoramento das infraestruturas locais são possíveis caminhos.

Além disso, destacou-se que a adoção de práticas agroecológicas pode contribuir para a redução da dependência de insumos externos, bem como orientar para o uso eficiente da água e conservação dos solos, implicando também na valorização da produção familiar em nichos de mercado que privilegiam produtos sustentáveis. O incentivo a arranjos produtivos locais, como feiras agroecológicas, grupos de consumo responsáveis e parcerias com redes de comércio justo, também pode gerar maior autonomia para aos agricultores familiares.

A partir das evidências levantadas, fica claro que a cadeia de valor da fruticultura nos Territórios da Cidadania do Sertão do São Francisco é pouco dinâmica, apesar de apontar para diferentes dinâmicas de inserção. A agricultura familiar camponesa, apesar de sua importância, ainda ocupa um espaço pouco privilegiado na estrutura produtiva e comercial, indicando a necessidade de um olhar mais atento e cuidadoso por parte dos formuladores de políticas públicas e dos agentes institucionais.

Por fim, espera-se que este estudo possa servir de referência para futuras investigações e ações voltadas à construção de um modelo de desenvolvimento rural mais justo e sustentável, por meio do reconhecimento do papel estratégico dos assentamentos de reforma agrária na produção de frutas pode-se chegar à construção de políticas mais inclusivas, além da ampliação de oportunidades econômicas para os agricultores familiares, fortalecendo-os.

Como perspectivas de novos estudos relacionados à cadeia de valor da fruticultura em assentamentos da reforma agrária, pode-se apontar investigações sobre a ausência de cooperativas nos assentamentos pesquisados e o potencial da agroindustrialização na agregação de valor dos produtos. Além disso, investigar o

potencial produtivo dos assentamentos que indicaram a produção orgânica e agroecológica.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Túllio Vieira de. Cadeias Globais de Valor e Desenvolvimento Econômico na América Latina. In: SENHORAS, Elói Martins; BERMÚDEZ, Luis Eduardo Reina. **Cadenas Globales de Valor**. Boa Vista: Editora IOLE, 2022. 325 p.

ALVAREZ, I. A.; DE OLIVEIRA, A. R.; PEREIRA, L. A. Seleção de propriedades referência para compor modelos de restauração ecológica: aplicação de pesquisa quali-quantitativa. 2011. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/921141>. Acesso em: jun. 2024.

APPOLINÁRIO, Fábio. **Dicionário de metodologia científica**: um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2004.
BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: jul. 2024.

BASTOS, Fernando. **Ambiente institucional no financiamento da agricultura familiar**. São Paulo: Polis; Campinas, SP: CERES - Centro de Estudos Rurais do IFCH, Unicamp, 2006.

BRASIL. **Estado da Bahia. Lei nº 13.214, de 29 de dezembro de 2014**. Dispõe sobre os princípios, diretrizes e objetivos da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia, institui o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial - CEDETER e os Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável - CODETERs. Diário Oficial do Estado da Bahia, Salvador, 29 dez. 2014. Disponível em: <https://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/Lei-13.214-de-29-de-dezembro-2014-Politica-Territorial.pdf>. Acesso em: dez. 2024.

BRASIL. **Decreto de 25 de fevereiro de 2008**. Institui o Programa Territórios da Cidadania e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 fev. 2008. Seção 1, p. 1. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DSN&numero=25/02-1&ano=2008&ato=f4coXVU9UNRpWT27b>. Acesso em: dez. 2024.

CASTRO, Antônio Maria Gomes de; LIMA, Suzana Maria Valle; CRISTO, Carlos Manuel Pedroso Neves. Cadeia Produtiva: Marco Conceitual para Apoiar a Prospecção Tecnológica. **XXII Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica**. Salvador, 2002. Disponível em: <https://fcf.unse.edu.ar/archivos/posgrado/2002.cadeiaproductiva.marcoconceitual.prospeccaotecnologica.pdf>. Acesso em: jul. 2024.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel; NIEDERLE, Paulo André. **Participação, território e cidadania**: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil. Recife: Editora UFPE, 2014. 437 p.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa *et al.* **Lá no território**: um olhar cidadão sobre o Programa Territórios da Cidadania. Recife: Editora UFPE; [Brasília]: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014. 205 p.

CHIABOTTO, Cristian Da Cruz; MONTAGNER, Rosangela. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): narrativas, memórias e histórias na luta pela terra. **Rev. NERA**, Presidente Prudente, v. 24, n. 57, p. 210-231, 2021. Dossiê. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/download/8502/6059/31492>. Acesso em: dez. 2024.

COSCARELLO, Mario. From agroecological production to responsible consumption: innovative experiences between producers and consumers to overcome the environmental crisis. **Revista das ITCPs**, v. 2, n. 1, p. 11-23, dez. 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/itcps/article/view/4679>. Acesso em: fev. 2024.

DAROLT, M. R.; LAMINE, C.; BRANDENBURG, A.; ALENCAR, M. C. F.; ABREU, L. S. Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 1-20, abr.-jun. 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/317/31746369002.pdf>. Acesso em: dez. 2024.

EID, Farid; CHIARIELLO, Caio. Organização de cadeias produtivas sob controle dos trabalhadores e desenvolvimento rural. / Revista Terceira Margem Amazônia Embrapa Amazônia Ocidental. – v. 1, n. 1, 2012. – Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental, 2012. Disponível em: <https://www.revistaterceiramargem.com/index.php/terceiramargem/article/view/3> . Acesso em: mar. 2025

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>. Acesso em: jul. 2024.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; PLUYE, Pierre; RICARTE, Ivan Luiz Marques. Métodos de pesquisa mistos e revisões de literatura mistas: conceitos, construção e critérios de avaliação. InCID: **Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 8, n. 2, p. 4-24, set. 2017/fev. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/121879>. Acesso em: dez-2024.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. **RESR**, Piracicaba-SP, v. 52, supl. 1, p. S125-S146, 2014. Impresso em fev. 2015.

IBÁÑEZ, Javier Pérez. Trayectorias Nacionales en las Cadenas Globales de Valor: Tensiones entre el Norte y el Sur Global. In: SENHORAS, Elói Martins; BERMÚDEZ, Luis Eduardo Reina. **Cadenas Globales de Valor**. Boa Vista: Editora IOLE, 2022. 325 p.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Projetos de Reforma Agrária conforme fases de implementação**. Brasília: INCRA, 2024.

LEÃO, Éder Lira de Souza; MOUTINHO, Lúcia Maria Góes; CAMPOS, Luís Henrique Romani. Arranjo produtivo local da fruticultura irrigada do Vale do submédio do São Francisco, Pernambuco/Bahia: fluxos comerciais e dinamismo local. **Rev. Agro. Amb.**, v. 9, n. 2, p. 273-303, abr.-jun. 2016. Disponível em: <http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/rama/article/view/3672>. Acesso em: jun. 2024.

LEITE, Sérgio; HERENDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde *et al.* **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura - IICA, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural - NEAD; São Paulo: Unesp, 2004. 392 p. (Estudos NEAD; n. 6).

MIELE, Marcelo. **Mercados e comercialização de produtos agroindustriais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad016.pdf>. Acesso em: jun. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DELMONDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território do Sertão do São Francisco - Pernambuco**. Brasília: SDT/MDA, 2011.

MUÑOZ, Estevan; NIEDERLE, Paulo. Críticas cívicas ao regime alimentar corporativo: mercados da reforma agrária em Porto Alegre, RS. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 33, e33779, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/33779>. Acesso em: fev. 2024.

NUNES, Emanuel Márcio; SILVA, Paulo Sidney Gomes. A Construção de Mercados na Agricultura Familiar: o Programa de Aquisição de Alimentos nos Territórios do Rio Grande Do Norte. **Planejamento e Políticas Públicas – PPP**, n. 63, p. 1-25, jul.-set. 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/1622>. Acesso em: jul. 2024.

OLIVEIRA, Daniela; GRISA, Cátia; NIEDERLE, Paulo. Inovações e novidades na construção de mercados para a agricultura familiar: os casos da Rede Ecovida de Agroecologia e da RedeCoop. **Redes (St. Cruz Sul, Online)**, v. 25, n. 1, p. 135-163, jan.-abr. 2020. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/14248/pdf>. Acesso em: jun. 2024.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** Tradução de Rita Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PORTER, M. E. **Vantagem Competitiva: criando e sustentando um desempenho superior.** Rio de Janeiro: Campus, 1989.

ROCHA, Welington; BORINELLI, Márcio Luiz. Análise Estratégica de Cadeia de Valor: um estudo exploratório do segmento indústria-varejo. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, ano 4, v. 1, n. 7, p. 145-165, jan.-jun. 2007.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO DA BAHIA. **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário – PTDSS.** Salvador: Seplan, 2018. Disponível em: https://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/PTDS_Territorio_Sertao_do_Sao_Francisco.pdf. Acesso em: jun. 2024.

SCHNEIDER, Sergio. Mercados e Agricultura Familiar. In: MARQUES, Flavia; CONTERATO, Marcelo; SCHNEIDER, Sergio. **Construção de Mercados e Agricultura Familiar.** 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2016. cap. 4, p. 93-142. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/309202008_Mercados_e_Agricultura_Familiar. Acesso em: jun. 2024.

SCHIMANSKI, Silvana. Cadeias Globais de Valor: Desafios Pós-Pandemia. In: SENHORAS, Elói Martins; BERMÚDEZ, Luis Eduardo Reina. **Cadenas Globales de Valor.** Boa Vista: Editora IOLE, 2022. 325 p.

SILVA, M. G. **Pedagogia do Movimento Agroecológico: fundamentos teórico-metodológicos.** 2020. 197 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/16121/TESE%20%20MARCIO%20GOMES%20DA%20SILVA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: dez. 2024.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1987.
VIANA, João Garibaldi Almeida; REVILLION, Jean Philippe Palma; SILVEIRA, Vicente Celestino Pires. Alternativa de Estruturação da Cadeia de Valor da Ovinocultura no Rio Grande do Sul. **G&DR**, v. 9, n. 1, p. 187-210, jan.-mar. 2013.

Viana, J. G. A., Revillion, J. P. P., & Silveira, V. C. P. (2013). Alternativa de Estruturação da Cadeia de Valor da Ovinocultura no Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira De Gestão E Desenvolvimento Regional**, 9(1). Recuperado de <https://www.rbqdr.net/revista/index.php/rbqdr/article/view/875>. Acesso em: jun. 2024.

APÊNDICES

**APÊNDICE I - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA
CATEGORIA 1: EMPRESAS**

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO(A)

Nome:

Idade:

Sexo:

Lugar de origem:

Localização do empreendimento:

Formação:

Tempo de atuação no mercado:

1. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A ATUAÇÃO

1. Que tipo de atividade desenvolve junto à fruticultura na região?
2. Quem são os seus principais clientes?
3. Como interage com a agricultura familiar na região?

2. SOBRE A FRUTICULTURA E A AGRICULTURA FAMILIAR

Do seu ponto de vista:

1. Quais os impactos da fruticultura para a região? E como percebe a participação da agricultura familiar neste cenário?
2. Quais são as potencialidades da fruticultura na região? E quais as potencialidades da agricultura familiar neste cenário?
3. Quais são as limitações da fruticultura na região? E quais as limitações da agricultura familiar neste cenário?
4. O que considera ser necessário para ultrapassar essas limitações?
5. Qual o impacto ou implicação da fruticultura para o meio ambiente?

**APÊNDICE II - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA
CATEGORIA 2: INSTITUIÇÕES DE PESQUISA, FOMENTO E EXTENSÃO**

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO(A)

Nome:

Idade:

Sexo:

Lugar de origem:

Instituição/Localização da instituição:

Formação:

Tempo de atuação:

1. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A ATUAÇÃO

- 1 Que tipo de atividade desenvolve junto à fruticultura na região?
- 2 Quem é o seu principal público?
- 3 Como interage com a agricultura familiar na região?

2. SOBRE A FRUTICULTURA E A AGRICULTURA FAMILIAR

Do seu ponto de vista:

- 1 Quais os impactos da fruticultura para a região? E como percebe a participação da agricultura familiar neste cenário?
- 2 Quais são as potencialidades da fruticultura na região? E quais as potencialidades da agricultura familiar neste cenário?
- 3 Quais são as limitações da fruticultura na região? E quais as limitações da agricultura familiar neste cenário?
- 4 O que considera ser necessário para ultrapassar essas limitações?
- 5 Qual o impacto ou implicação da fruticultura para o meio ambiente?

ANEXOS

ANEXO I – QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO APLICADO NOS ASSENTAMENTOS

1. 1a) Nome do Assentamento:

Marque todas que se aplicam.

- Abreu e Lima
- Água Viva I
- Água Viva II
- Alegre
- Alto da Areia
- Aquarius
- Catalunha
- Cumatá
- Bom Jesus
- Boqueirão
- Brilhante
- Denis de Souza
- Edmilson de Araújo
- Eldorado
- Jibóia
- Opção 34
- José Almeida
- José Ivaldo I
- José Ivaldo II
- José Ramos
- Josias e Samuel
- Madre Paulina
- Mansueto de Lavor
- Nossa Senhora da Conceição
- Ouro Verde
- Potiguar
- Riacho Fundo
- Safra
- São Francisco (Bahia)
- São Francisco (Pernambuco)
- São José do Vale
- Vale da Conquista
- Vale da Conquista dos Algodões
- Vitória

2. **1b) Cidade**

Marque todas que se aplicam.

- Cabrobó
- Casa Nova
- Juazeiro
- Lagoa Grande
- Orocó
- Petrolina
- Santa Maria da Boa Vista
- Sento Sé
- Sobradinho

3. **1c) Estado**

Marque todas que se aplicam.

- Bahia
- Pernambuco

4. **2. Ano da criação do assentamento:**

5. **3. Condições de vias de acesso:**

Marque todas que se aplicam.

- Estrada de chão batido/terra
- Asfalto

6. **4. Distância dos principais centros de comercialização:**

7. **5.1 Número de famílias na Relação de Beneficiários (INCRA):**

8. **5.2 Número de famílias residentes efetivamente na área:**

9. **5.3 Número de pessoas residentes na área:**

10. **6.1 Breve histórico da área:**

6.1 Nome da fazenda ocupada

11. **6.2 Breve histórico da área: Data de ocupação**

6.2 Data da ocupação

12. **6.3 Breve histórico da área: Origem**

13. **6.4 Breve histórico da área: Origem do nome do assentamento**

14. **7.1 Área Total do assentamento (em ha):**

15. **7.2 A área está parcelada?**

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

16. **7.3 Tamanho (em ha) da Área de Preservação Permanente e Reserva Legal:**

17. **7.4 Tamanho (em ha) da Área de produção:**

18. **7.5 Tamanho (em ha) da Área social:**

19. **7.6 Tamanho (em ha) da Parcela individual:**

20. **7.7 Tamanho (em ha) da Parcela coletiva:**

21. **7.8 Área total do assentamento utilizada para a produção de frutas atualmente (em ha):**

22. **7.9 Área adicional possível para ampliação da produção de frutas (potencial):**
(Em ha)

23. **7.10 Área irrigada do assentamento utilizada para a produção de frutas atualmente:**

24. **8. Como as famílias estão distribuídas na área do assentamento?**

Marque todas que se aplicam.

- Lotes individuais
 Agrovila
 Área coletiva

25. **9. Quais as benfeitorias coletivas presentes no Assentamento?**

Marque todas que se aplicam.

- Cooperativa (sede)
 Associação (sede)
 Escola municipal
 Escola estadual
 Posto de saúde
 Adutora de irrigação
 Trator (coletivo)
 Caminhão (coletivo)
 Agroindústria
 Energia elétrica
 Outro: _____

26. **10. Qual o sistema de abastecimento de água para consumo humano?**

Marque todas que se aplicam.

- Cisterna
- Poço artesiano
- Açude
- Barragem
- Nascente
- Captação direta Rio S.F.
- Carro pipa

27. **11. Qual o sistema de abastecimento de água para produção?**

Marque todas que se aplicam.

- Cisterna
- Poço artesiano
- Açude
- Barragem
- Nascente
- Rio São Francisco

28. **12. Manejo dos sistemas produtivos**

Marque todas que se aplicam.

- Convencional
- Orgânico Certificado
- Agroecológico
- Misto

29. **12.1 a) Número aproximado de famílias envolvidas no Manejo dos sistemas produtivos: convencional 100**

12.1a) Especificar em função da marcação anterior n. famílias envolvidas no manejo Convencional

30. **12.1b) Número aproximado de famílias envolvidas no Manejo dos sistemas produtivos : orgânico certificado.**

12.1b)Especificar em função da marcação anterior n. pessoas envolvidas no Manejo Orgânico Certificado.

31. **12.1c) Número aproximado de famílias envolvidas no Manejo dos sistemas produtivos: agroecológicos.**

12.1b)Especificar em função da marcação anterior n. pessoas envolvidas no Manejo Agroecológicos.

32. **12.1d) Número aproximado de famílias envolvidas no Manejo dos sistemas produtivos: Misto**

12.1d))Especificar em função da marcação anterior n. pessoas envolvidas no Manejo Misto

33. **13. Método de irrigação predominante**

Marque todas que se aplicam.

- Gotejamento
- Microaspersão
- Inundação/sulco
- Pivocentral
- Outro: _____

34. **14. O que se produz na área?**

Marcar os existentes (x), E Classifica-los em ranking com os 5 mais presentes na área.
Caso se desconsidere o ranking, marcar apenas a coluna do x para aqueles presentes na área.

Marque todas que se aplicam.

	x	1	2	3	4	5
Manga	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Uva	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Acerola	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Goiaba	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Maracujá	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pinha	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Caju	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Melancia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Melão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Lavouras temporárias	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pecuária	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Apicultura	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Piscicultura	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Extrativismo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Medicinais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

35. **15. Canais de comercialização acessados**

Marcar com X caso exista ; Ranking (3 primeiros)

Marque todas que se aplicam.

	X	1	2	3
Feira municipal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Feira estadual	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
PAA/PNAE	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Armazém do Campo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
CEASA/Mercado do produtor	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Atravessadores locais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Mercados particulares	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Cestas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

36. **15.1 Para os mercados na questão anterior, responda: Onde? e Para quem?**

37. **15.2 Especifique os "Outros" caso tenha marcado, e responda: Onde? e Para quem?**

38. **16. Se necessário, escreva aqui informações adicionais sobre o assentamento**

39. **16.1) As informações foram coletadas:**

Marcar apenas uma oval.

- Entrevistas individuais
- Entrevistas coletivas - reuniões, seminários

40. **16.2) A entrevista foi realizada**

Marcar apenas uma oval.

- Presencial
- On line

41. **17. Responsável pela inserção dos dados neste formulário**
